



Universidade do Porto
Faculdade de Direito

João Cardoso da Silva Próspero Luís

**TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEADO,
PSICOPATIA E A INTENÇÃO DE REINCIDIR EM CRIMES CONTRA A
PROPRIEDADE**

Mestrado em Criminologia

Trabalho realizado sob a orientação de
Professor Doutor Pedro Manuel Rocha Almeida

2014

RESUMO

A presente investigação teve como objetivo aplicar a Teoria do Comportamento Planeado (TCP; Ajzen, 1991) ao estudo das intenções criminais relativas a crimes contra a propriedade, mais precisamente os crimes de furto, furto qualificado e roubo. Recorreu-se ainda ao Modelo Triárquico da Psicopatia (Patrick et al., 2009) para estudar de que forma é que este conjunto de traços de personalidade interage com a intenção de cometer crimes. De forma a alcançar este objetivo, foram aplicadas duas escalas, uma construída especificamente no âmbito desta investigação para mensurar as variáveis inerentes à TCP, e uma escala operacionalizando os componentes do modelo triárquico, a uma amostra final de 97 reclusos do estabelecimento prisional de Paços de Ferreira e do estabelecimento prisional de Santa Cruz do Bispo. Constatamos que o modelo final do comportamento planeado explica 21.5% da variância das intenções face ao crime. Para além disso, verificou-se que as atitudes, norma subjetiva afetiva e controlo comportamental volitivo funcionam como preditores das intenções criminais. Verificou-se, de igual modo, que indivíduos com valores mais altos de psicopatia consistentemente sobrestimam benefícios e subestimam as consequências negativas do comportamento de furto. Por outro lado, verificaram-se relações entre os níveis de ousadia e a norma subjetiva afetiva, controlo comportamental sobre a vigilância e intenção e entre a malvadez e a totalidade dos elementos da TCP (excetuando a norma subjetiva anti normativa). Verificou-se também que os níveis de malvadez se encontra positivamente relacionado com o peso da opinião dos pares anti normativos e negativamente relacionados com o valor da opinião dos pares pró normativos. Verificou-se ainda que o uso de armas assume um papel importante no processo de tomada de decisão nos indivíduos com níveis elevados das três subdimensões da psicopatia. Por outro lado, elementos que, à partida, funcionariam como dissuasores (p.ex. vigilância) perdem parte do seu efeito inibitório para indivíduos com níveis elevados destes traços. No final, são discutidos os resultados obtidos, e são avançadas sugestões para a explicação dos mesmos. Serão também avançadas algumas críticas e aspetos suscetíveis de melhoramento, bem como algumas pistas de investigação futuras.

Palavras-chave: Teoria do Comportamento Planeado; Modelo Triárquico da Psicopatia; Intenção Criminal; Furtos; Roubos; Ousadia; Desinibição; Malvadez.

ABSTRACT

This study aimed at studying the impact of the Theory of Planned Behaviour (Ajzen, 1991) in the prediction of the intention to reoffend. Furthermore, the Triarchic Psychopathy Model (Patrick et al., 2009) was used to assess the influence of psychopathy in Ajzen's Model. We used two different scales to measure the variables in our model; to evaluate the attitudes, subjective norm, perceived behavioural control and the intentions, we constructed a questionnaire, following the principles and methodology established by the author; to study the interaction of psychopathy (boldness, meanness and dishinibition) we administered the Triarchic Psychopathy Measure. We sampled a group of 97 inmates punished for crimes of theft and robbery, from two prisons centres from the Porto area; Paços de Ferreira and Santa Cruz do Bispo. Multiple regression analyses showed that the Theory of Planned Behaviour predicted intentions with a moderate degree of accuracy, whilst we found no relation between the past behavior and the intention itself. The addition of psychopathy to the prediction equation did not improve the prediction of the criminal intent. We found out that the attitudes, subjective norm (normative peers), and volitive behavioural control acted as predictors of the criminal intention. Moreover, we found out that the higher the score of meanness and boldness, the higher the expectation of benefits and lower the expectation of negative outcomes related to criminal behavior. Participants with higher scores of meanness also attributed higher values of social influence to criminal peers and lower values to pro-social ones. Furthermore, the importance associated with the use of weapons such as guns or knives was stronger in participants with higher scores of meanness, boldness and dishinibition. Moreover, some elements typically perceived as obstacles such as surveillance and bystanders lose some of their efficiency when the individuals have higher scores of at least one of the three elements of psychopathy. Finally, we will discuss the results and interpret them accordingly. We will also talk about some of the limitations encountered as well as list a number of remarks about what would be interesting to study and improve in future investigations.

Keywords: Theory of Planned Behaviour; Triarchic Psychopathy Model; Criminal Intentions; Theft; Robbery; Boldness; Meanness; Dishinibition.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de mais, ao meu Orientador, Professor Doutor Pedro Almeida, por quem tenho o maior respeito e admiração. Gostaria de agradecer a constante partilha de conhecimento, o apoio crítico, a rigorosa orientação metodológica e teórica. O meu mais sincero obrigado pela disponibilidade, boa disposição e esforço dedicado ao sucesso da presente investigação científica.

Um agradecimento especial aos meus pais, ao meu irmão e à minha família pelo constante apoio, paciência e ajuda e por sempre me darem tudo sem nada exigirem em troca.

À Rita e à Margarida pela diversão, paciência e amizade que sempre demonstraram, nos bons e nos maus momentos. Obrigado por me segurarem quando precisei e por me baterem quando mereci.

Gostaria também de agradecer à Dra. Olga Marques pelo encorajamento e disponibilidade que sempre demonstrou e sem a qual não teria conseguido concluir esta etapa.

À Luísa pelo tempo perdido a administrar escalas, pelos debates polémicos típicos da hora de almoço.

Ao Lobato, ao Pau e ao Paiva por me lembrarem constantemente daquilo que realmente importa.

Ao Gersão pelos momentos de descompressão e de “compressão” que me mantiveram concentrado e focado nos meus objetivos.

Ao Pedro Liberado pelas gargalhadas, boa disposição e permanente debate “científico” nas horas mortas.

À Gilda pela paciência, preocupação, desafio e presença constante, sem as quais não teria conseguido atingir os meus objetivos.

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

BFI	<i>Big Five Index</i>
CCP	Controlo Comportamental Percebido
CCSV	Controlo Comportamental sobre a Vigilância
CCTV	<i>Closed-circuit Television</i>
CCV	Controlo Comportamental Volitivo
CP	Código Penal
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
EBP	<i>Evidence-Based Practices</i>
EPPE	Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira
EPSCB	Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo
IRI	<i>Interpersonal Reactivity Index</i>
MCAR	<i>Missed Completely at Random</i>
MFQ	<i>Moral Foundations Questionnaire</i>
NPI	<i>Narcissistic Personality Inventory</i>
NS	Norma Subjetiva
NSA	Norma Subjetiva Afetiva
NSAN	Norma Subjetiva Anti-Normativa
PPI –SF	<i>Psychopathic Personality Inventory – Short Form</i>
RNR	<i>Risk-Need-Responsivity</i>
TAR	Teoria da Ação Racional
TCP	Teoria do Comportamento Planeado
TriPM	<i>Triarchic Psychopathy Measure</i>

ÍNDICE DE MATERIAIS

RESUMO	I
ABSTRACT	II
AGRADECIMENTOS.....	III
LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	IV
ÍNDICE DE MATERIAIS.....	V
ÍNDICE DE TABELAS	VII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	3
1. A TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEADO.....	3
1.1 <i>As atitudes</i>	7
1.2 <i>A Influência Normativa dos Grupos</i>	13
2. PSICOPATIA	18
3. A REINCIDÊNCIA.....	23
4. OS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE	28
4.1 <i>O Furto</i>	28
4.2 <i>O Roubo</i>	29
4.3 <i>Tomada de decisão no crime de furto/roubo</i>	30
5. TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEADO - OPERACIONALIZAÇÃO	33
5.1 <i>Intenções</i>	34
5.2 <i>Atitudes</i>	35
5.3 <i>Norma Subjetiva</i>	36
5.4 <i>Controlo Comportamental Percebido</i>	37
CAPÍTULO II	39
1. OBJETIVOS E HIPÓTESES	39
2. DESCRIÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA METODOLOGIA.....	39
2.1 <i>Desenho da investigação</i>	39
2.2 <i>Constituição da amostra</i>	40
2.3 <i>Participantes</i>	41
Estudo Exploratório (Parte 1)	41
Pré Teste (Parte 2)	42
Estudo TCP/TriPM (Parte 3)	42
2.4 <i>Instrumentos</i>	43
Questionário do Estudo de Elicitação	43
Questionário do Modelo do Comportamento Planeado	44
TriPM (<i>Triarchic Psychopathy Measure</i>)	46
2.5 <i>Procedimentos</i>	47
2.6 <i>Procedimentos para análise de dados</i>	51
2.6.1 <i>Screening</i>	51
2.6.2 <i>Estatística Descritiva</i>	52
2.6.3 <i>Análise fatorial</i>	52
2.6.4 <i>Estudos de associação e poder preditivo</i>	53
CAPÍTULO III.....	54

1.	A TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEADO.....	54
1.1	<i>Modelo de Comportamento Planeado.....</i>	54
1.2	<i>Modelo do Comportamento Planeado e Dados Sociodemográficos.....</i>	55
1.3	<i>Modelo do Comportamento Planeado e Componentes do Modelo triárquico da Psicopatía.....</i>	55
2.	OUSADIA, MALVADEZ, DESINIBIÇÃO, PSICOPATIA E OS ELEMENTOS DA TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEADO	57
3.	PSICOPATIA E ELEMENTOS EXPETATIVA/VALOR	57
3.2	<i>Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatía e a Expetativa face às crenças comportamentais (Atitudes).....</i>	58
3.3	<i>Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatía e o Valor atribuído às crenças comportamentais (Atitudes).....</i>	59
3.4	<i>Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatía e a Expetativa face às crenças normativas (Norma Subjetiva).....</i>	60
3.5	<i>Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatía e o Valor atribuído às crenças normativas (Norma Subjetiva).....</i>	61
3.6	<i>Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatía e a Expetativa face às crenças de controlo (Controlo Comportamental Percebido).....</i>	62
3.7	<i>Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatía e o Valor atribuído às crenças de controlo (Controlo Comportamental Percebido).....</i>	64
	CAPÍTULO IV	66
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
	LEGISLAÇÃO	94
	ANEXOS.....	95
	ANEXO 1	96
	ANEXO 2	99
	ANEXO 3	101
	ANEXO 4	104

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - CRENÇAS DE UM RECLUSO PRIMÁRIO RELATIVAS AO CRIME DE FURTO (SIMULAÇÃO).....	11
TABELA 2 - CRENÇAS DE UM RECLUSO PRIMÁRIO RELATIVAS A UM EMPREGO HONESTO (SIMULAÇÃO).....	11
TABELA 3 - FATORES DE RISCO E RESPECTIVAS NECESSIDADES DINÂMICAS.....	26
TABELA 4 - ELEMENTOS PRECIPITANTES NA TOMADA DE DECISÃO NO CRIME DE FURTO/ROUBO.....	31
TABELA 5 -CARATERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA AMOSTRA DA PARTE 1	41
TABELA 6 -CARATERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA AMOSTRA DA PARTE 3	43
TABELA 7 - CONSISTÊNCIA INTERNA DAS ESCALAS DA TCP	45
TABELA 8 - CONSISTÊNCIA INTERNA DAS ESCALAS DA TCP	46
TABELA 9 -TAXA DE CONCORDÂNCIA INTERCOTADOR NAS CATEGORIAS DO ESTUDO DE ELICITAÇÃO.....	47
TABELA 10 -CATEGORIAS ESTUDO DE ELICITAÇÃO.....	48
TABELA 11 -CATEGORIAS ESTUDO DE ELICITAÇÃO (CONTINUAÇÃO).....	49
TABELA 12 -CRENÇAS SELECIONADAS	50
TABELA 13 -IMPACTO DA OUSADIA, MALVADEZ E DESINIBIÇÃO	55
TABELA 14 -IMPACTO DA PSICOPATIA	56
TABELA 15 - CORRELAÇÃO ENTRE OUSADIA, MALVADEZ, DESINIBIÇÃO E PSICOPATIA E OS ELEMENTOS DO MODELO DO COMPORTAMENTO PLANEADO	57
TABELA 16 - CORRELAÇÃO ENTRE OUSADIA, MALVADEZ, DESINIBIÇÃO E PSICOPATIA E A EXPETATIVA FACE ÀS CRENÇAS COMPORTAMENTAIS	58
TABELA 17 - CORRELAÇÃO ENTRE OUSADIA, MALVADEZ, DESINIBIÇÃO E PSICOPATIA E O VALOR ATRIBUÍDO ÀS CRENÇAS COMPORTAMENTAIS.....	59
TABELA 18 - CORRELAÇÃO ENTRE OUSADIA, MALVADEZ, DESINIBIÇÃO, PSICOPATIA E A EXPETATIVA FACE ÀS CRENÇAS NORMATIVAS.....	60
TABELA 19 - CORRELAÇÃO ENTRE OUSADIA, MALVADEZ, DESINIBIÇÃO E PSICOPATIA E O VALOR ATRIBUÍDO À OPINIÃO DOS DIFERENTES GRUPOS.....	61
TABELA 20 - CORRELAÇÃO ENTRE OUSADIA, MALVADEZ, DESINIBIÇÃO E PSICOPATIA E A EXPETATIVA FACE ÀS CRENÇAS DE CONTROLO.....	62
TABELA 21 - CORRELAÇÃO ENTRE OUSADIA, MALVADEZ, DESINIBIÇÃO E PSICOPATIA E O PESO DOS ELEMENTOS DE CONTROLO.....	64

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESQUEMA DO MODELO DO COMPORTAMENTO PLANEADO	4
FIGURA 2 -MODELO DO COMPORTAMENTO PLANEADO EM CRIMES AQUISITIVOS	54

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, apresentada no âmbito do mestrado em Criminologia, pretendeu explorar a aplicabilidade do modelo do comportamento planeado de Ajzen (1991) ao comportamento criminal, mais concretamente, ao estudo dos preditores da intenção de cometer crimes de furto e roubo. Para além das variáveis subjacente ao modelo base, achou-se pertinente incluir no estudo uma avaliação de traços psicopáticos, conforme operacionalizados pelo modelo triárquico da psicopatia (Patrick, Fowles, & Krueger, 2009).

De acordo com a Teoria do Comportamento Planeado (TCP; Ajzen, 1991), as intenções de realizar um determinado comportamento podem ser estudadas avaliando as crenças comportamentais (atitudes), as crenças normativas (Norma Subjetiva) e as crenças de controlo (Controlo Comportamental Percebido) que o indivíduo possui em relação ao comportamento em causa. Do mesmo modo, Ajzen (1991) postula que as intenções comportamentais se encontram positivamente correlacionadas com a probabilidade do indivíduo incorrer no comportamento, de forma que, quanto mais elevada for a intenção do indivíduo consumir o comportamento, maior será a probabilidade de este o consumir.

Por sua vez, ao abordar o estudo a psicopatia optou-se pela adoção do modelo triárquico da psicopatia (Patrick et al. 2009). Esta abordagem concretiza a psicopatia em três grandes dimensões a ousadia (*boldness*), a malvadez (*meanness*) e a desinibição (*dishinhibition*). Cada uma destas subescalas engloba um conjunto de traços de personalidade que poderão, ou não, surgir associados a uma personalidade psicopática em particular.

É de referir que, apesar da TCP ser consistentemente validada por um número considerável de estudos (e.g. Carpenter & Raimers, 2005; Chang, 1998; King & Dennis, 2006; Lin & Chen, 2010) e meta-análises (e.g., Armitage & Conner, 2001; Sheppard, 1988) da área da psicologia social, esta nunca foi utilizada para estudar o comportamento criminal. Esta investigação objetiva a preencher essa lacuna. Para alcançar os objetivos estabelecidos recorreu-se a uma abordagem metodológica do tipo quantitativo, seguindo as *guidelines* apresentadas pelo manual de aplicação da TCP. Para isso foram construídos dois instrumentos que foram aplicados, em conjunto com a escala de psicopatia (Triarchic Psychopathy Measure; TriPM; Patrick, 2010) a uma amostra total de 139 reclusos de dois Estabelecimentos

Prisionais da zona do Grande Porto (Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira), divididos em três momentos distintos.

A estrutura do trabalho é composta por três capítulos principais, de onde emergem subcapítulos. O primeiro capítulo é maioritariamente teórico e terá como objetivo desenvolver o *estado da arte* das variáveis em estudo, mais especificamente, a TCP, o conceito de psicopatia, a reincidência criminal e o furto e roubo. No que diz respeito à TCP será discutida a forma de funcionamento do modelo e a investigação científica que se desenvolve neste domínio, a progressão histórica dos estudos das atitudes e da influência normativa de grupos, bem como as suas respetivas definições e a forma como se operacionaliza cada uma das variáveis subjacentes ao modelo. Seguidamente, será definido e explicado a criação e o funcionamento interno do modelo triárquico da psicopatia, bem como as suas respetivas subdimensões, e serão apresentados estudos de validação do modelo. Na seguinte secção deste capítulo será abordada a questão da reincidência, a suas diversas definições e um breve levantamento de investigações no âmbito dos fatores de risco e do modelo RNR (*Risk Need Responsivity*; Andrews & Dowden, 2007). O subcapítulo seguinte aborda as definições jurídico-penais no crime de furto e de roubo e, por último, apresenta-se uma abordagem aos processos de tomada de decisão subjacentes a este tipo de criminalidade.

No segundo capítulo, será apresentada a metodologia utilizada na presente investigação. Concretamente, serão descritos, primeiramente, os objetivos gerais e específicos do estudo. De seguida, será caracterizado o estudo quantitativo, sendo apresentados os processos de amostragem, bem como a explicação de cada instrumento utilizado. Na secção posterior serão descritos os diversos procedimentos inerentes ao estudo, quer a nível da recolha dos dados quer a nível da própria análise estatística.

O terceiro capítulo focar-se-á nos resultados obtidos no decorrer do estudo. Efetivamente, numa primeira fase serão descritas as características principais da amostra e, de seguida, serão apresentados os dados relativos à construção do modelo e à exploração entre os seus constituintes e os dados sociodemográficos e os diversos domínios da psicopatia. Posteriormente, proceder-se-á à descrição dos resultados dos cruzamentos entre as diversas variáveis em estudo. Por último, o trabalho culminará com a discussão dos dados obtidos, na qual apresentaremos interpretações para os dados que se obtiveram no presente estudo, assim como sugestões para investigações futuras. Serão também abordadas nesta secção as limitações encontradas.

1. A Teoria do Comportamento Planeado

A Teoria do Comportamento Planeado foi desenvolvida por Ajzen (1991) a partir do Teoria da Ação Racional - TAR - (Ajzen & Fishbein, 1975) com a pretensão de prever e explicar o comportamento humano em contextos particulares. Este modelo foi formulado com base na premissa de que o ser humano é um ser racional e que, portanto, faz uso sistemático da informação disponível aquando dos processos de tomada de decisão relativos à execução ou não de determinado comportamento; os indivíduos têm em conta as implicações das suas ações antes de optarem por consumir ou não um determinado comportamento (Ajzen & Fishbein, 1980).

Assim como na sua teoria precursora, o elemento central da TCP é a intenção individual de executar um dado comportamento. Subjacentes à intenção encontram-se fatores motivacionais que influenciam o comportamento em causa. Assume-se que as intenções abrangem os fatores motivacionais que influenciam o comportamento. As intenções serão indicações do nível de esforço que os indivíduos estão dispostos a por em prática de forma a levar a cabo um dado comportamento. De um modo geral, quanto mais forte a intenção de enveredar por um dado comportamento, mais provável será a sua consumação. É, contudo, importante ter noção que a intenção comportamental apenas se exterioriza num comportamento se este for dependente da vontade e controlo do sujeito. Apesar de alguns comportamentos preencherem este requisito, a *performance* da maioria depende (pelo menos até certo ponto) de fatores não motivacionais – oportunidades e recursos. No seu todo, estes fatores representam o efetivo controlo do indivíduo sobre o comportamento. Se estiverem presentes as oportunidades e recursos necessários e o sujeito possuir a intenção de executar o comportamento, este irá ser consumado (Ajzen, 1991; Armitage & Conner, 2001). Segundo Ajzen (1991), as intenções fornecem ideias críticas inerentes aos processos comportamentais. A ideia de que o comportamento depende da motivação (intenção) e da capacidade do sujeito (controlo comportamental) não é mérito desta teoria (Ajzen, 1991).

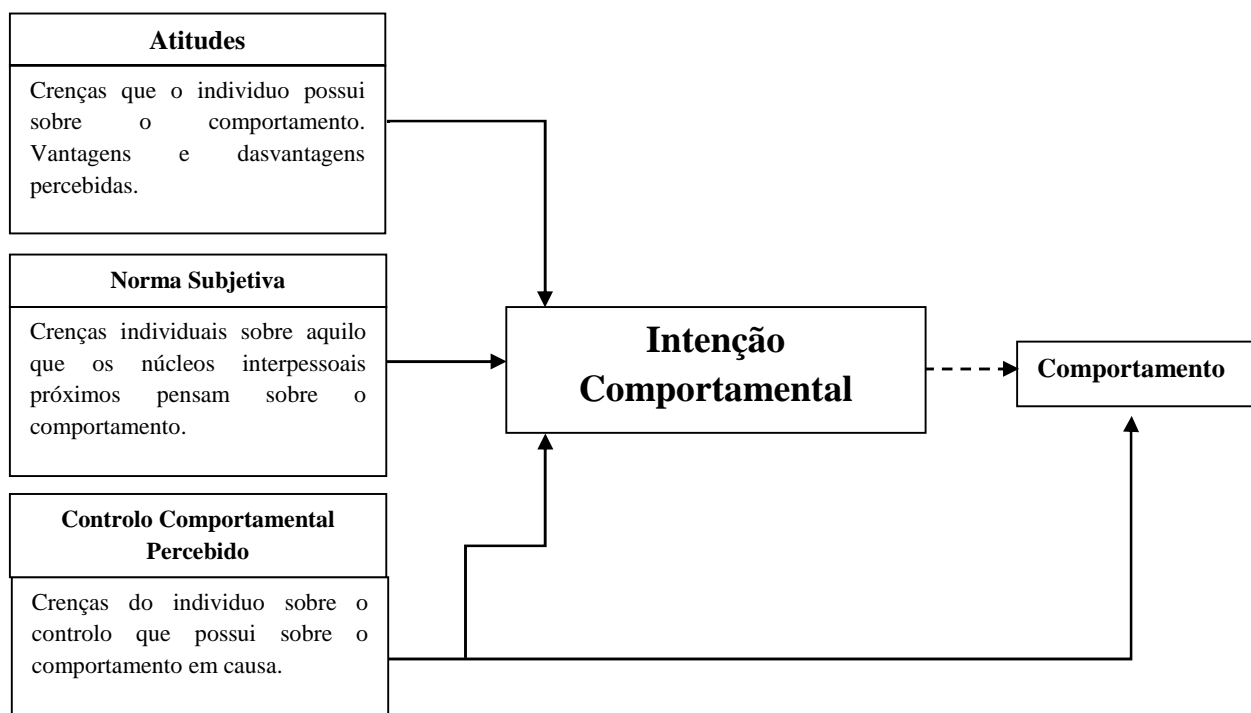
Quanto ao Controlo Comportamental Percebido (CCP) a sua importância é bastante evidente: os recursos e as oportunidades disponíveis ditam, até certo ponto, a probabilidade da consumação do comportamento. Contudo, a perceção relativa sobre esse controlo (bem como

o seu impacto sobre as intenções e ações) é substancialmente mais dependente do ponto de vista psicológico do que o controlo em concreto. Efetivamente, o CCP possui um papel fundamental na teoria em estudo (este conceito é a grande adição à prévia Teoria da Ação Racional; Ajzen, 1991; Armitage & Conner, 2001).

Uma das observações mais preponderantes do modelo em questão diz respeito à forte associação encontrada entre intenções e comportamento (Armitage & Conner, 2001). Efetivamente, apesar desta associação não ser completamente perficiente, os autores concluíram que a intenção poderá invariavelmente ser usada como um *proxy* para a conduta; assim, ao se estudar as variáveis subjacentes à intenção será possível extrapolar o resultado que estas surtiriam no desfecho da conduta (Francis et al., 2004).

Segundo Ajzen (1988) a intenção do indivíduo face ao comportamento é modulada e explicada por três fatores fundamentais que se lhe subjazem: as atitudes individuais face ao comportamento alvo; a estimativa individual da pressão social relativa à consumação da conduta (denominada norma subjetiva - NS) e, por último, o elemento do controlo comportamental percebido (CCP). A imagem ilustra, de forma esquemática a teoria do comportamento planeado (Ajzen, 1991).

Figura 1 - Esquema do modelo do comportamento planeado



O domínio da atitude constitui o sentimento geral de favorecimento que o indivíduo possui relativamente a levar a cabo dado comportamento. É através deste elemento, que diversos fatores exógenos (como por exemplo experiências passadas do evento) se repercutem na intenção (Carpenter & Reimers, 2005). É geralmente estabelecido que este elemento da TCP engloba duas componentes que interagem continuamente de forma mútua e que o determinam: a avaliação das crenças do indivíduo relativas às consequências que adviriam do comportamento e o valor (negativo e positivo) de cada uma dessas consequências (Francis et al., 2004). Para Ajzen (1988) estas atitudes representam a atratividade do comportamento: quanto mais positiva for a avaliação do indivíduo relativamente ao comportamento, maior será a intenção demonstrada face à sua consumação.

A componente social do modelo é denominada de norma subjetiva. Este elemento assenta na perceção do indivíduo relativamente à opinião de outros indivíduos (próximos de si) face ao comportamento em causa. A norma subjetiva é a influência de familiares, pares e outros indivíduos que se encontrem próximos e, portanto, altera-se em conformidade com as modificações das opiniões e ideias dos mesmos. Baseado neste fator, os autores defendem que, quanto mais o indivíduo julga que os seus pares concordam com o seu comportamento, mais provável é que este mostre intenções positivas relativamente ao mesmo (Ajzen, 1991; Carpenter & Reimers, 2005). No fundo, neste fator condensa-se a pressão social percebida para executar ou não dado comportamento (Beck & Ajzen, 1991). As duas componentes interativas que subjazem à explicação deste fator são: as crenças individuais sobre a forma como os grupos de referência do indivíduo gostariam que este se comportasse e o valor atribuído a cada um destes grupos de referência (Francis et al., 2004). Esta componente foi a última adição à Teoria da Ação Racional e alguns autores argumentam ser o seu elemento mais frágil (ver meta-análises realizadas de Sheppard (1988) e Van den Putte (1991)). Por este motivo, alguns autores removeram deliberadamente este elemento das suas análises. Apesar de estes resultados poderem refletir meramente a menor relevância deste conceito para o desenvolvimento do estudo da intenção, Trafimow e Finlay (1996) discordam. Depois de analisados 30 comportamentos, estes autores encontraram evidências que sugerem uma distinção entre indivíduos cujas ações são conduzidas unicamente por atitudes, e indivíduos cujas ações são guiadas por normas subjetivas. A explicação mais lógica para a fraca prestação da componente normativa residirá na sua mensuração.

A definição do conceito de CCP utilizada no presente modelo teórico é muito compatível com o conceito de auto eficácia percebida (*Perceived Self-Efficacy*) avançado por Bandura

(1977). Segundo Bandura (1982) “*This concept is concerned with judgments of how well one can execute courses of action required to deal with prospective situations*”. Como seria de esperar, muito do conhecimento inerente ao conceito do CCP provém de investigações de Bandura (1977). De facto, os seus estudos mostraram que o comportamento é intensamente influenciado pela confiança do indivíduo na sua capacidade para levar a cabo a tarefa. Crenças acerca da auto eficácia poderão influenciar a escolha de atividades, a preparação para uma dada atividade, o esforço empregue durante a *performance* e os padrões e reações emocionais. A teoria do comportamento planeado posiciona este conceito numa moldura mais generalista da relação entre crenças, atitudes, intenções e comportamento (Ajzen, 1991; Armitage & Conner, 2001).

De acordo com a teoria do comportamento planeado, o CCP, conjuntamente com a intenção comportamental poderão ser usados diretamente como preditores do comportamento.

Em primeiro lugar, mantendo a intenção constante, o esforço despendido de forma a alcançar uma conclusão bem-sucedida tende a aumentar com o CCP. Por exemplo, se dois indivíduos possuem intenções igualmente fortes para aprender uma dada tarefa, e ambos a iniciam, o indivíduo que se encontra confiante relativamente à sua habilidade em executar a tarefa tem maior probabilidade de prevalecer sobre aquele que duvida das suas capacidades. O segundo argumento assenta no facto de o CCP poder ser usado como medida substituta do controlo concreto (como é óbvio isto depende a precisão das perceções). O CCP afigura-se particularmente ineficaz nos casos em que o indivíduo possui pouca informação acerca do comportamento, bem como em contextos em que os recursos e os requisitos tenham mudado ou em situações em que surgem elementos novos com os quais o indivíduo não se encontra familiarizado. Contudo, quando realista (tendo em conta as especificidades do fenómeno) o CCP poderá ser utilizado para prever a probabilidade de uma tentativa comportamental bem-sucedida (Ajzen, 1991; Armitage & Conner, 2001).

De uma forma holística, o CCP retrata o controlo que o sujeito julga ter sobre o comportamento, ou seja, até que ponto é que o indivíduo se julga apto a agir. A este constructo subjazem dois aspetos estruturais: quanto controlo possui o indivíduo sobre o evento e, quão confiante se sente acerca de ser (ou não) capaz de executar o comportamento. Este elemento da TCP é determinado por crenças de controlo sobre o poder de fatores internos e situacionais para inibir ou facilitar a consumação da conduta (Francis et al., 2004).

Para haver uma previsão precisa é necessário o preenchimento de determinadas condições. Em primeiro lugar, as medidas de intenção e de CCP devem corresponder (ou ser

compatíveis) ao comportamento a prever. Ou seja, as intenções e as percepções devem ser avaliadas em relação ao comportamento em concreto, e o contexto específico deve ser o mesmo no qual é esperado o comportamento ocorrer. As intenções e o CCP devem manter-se estáveis no intervalo de tempo entre a avaliação e a observação do comportamento. Efetivamente, determinados eventos alheios ao controlo do investigador poderão produzir mudanças na intenção ou na percepção de controlo, com efeitos evidentes (a mensuração inicial das variáveis perde a precisão).

A teoria do comportamento planeado é, sem dúvida alguma, uma das teorias de previsão comportamental mais estudada, tendo sido extensamente validada. Tal validação é demonstrada pela meta-análise de Armitage e Conner (2001). Sheppard et al. (1988) realizou, igualmente, uma meta-análise na qual providenciou um forte suporte científico para a eficácia preditiva do modelo de Ajzen. Para além das previamente mencionadas meta-análises encontram-se elaborados um vasto número de artigos científicos que se servem da TCP para compreender comportamentos como o caso de Smith e Stasson (2000), no estudo da previsão do contágio por VIH, Bailey (2006), que estuda os furtos no local de trabalho, Carpenter e Raimers (2005), no estudo do comportamento fraudulento, Chang (1998), que estuda o comportamento não ético, Lin & Chen (2010), no estudo da honestidade no local de trabalho, entre outros.

Depois da abordagem generalista, afigura-se agora relevante um levantamento bibliográfico acerca de cada um dos elementos constitutivos da TCP.

1.1 As atitudes

O termo “atitudes” deriva do latim *aptus* que significa apto ou pronto a agir (Hogg & Vaughan, 2011). Esta interpretação faz referência a algo que é suscetível de ser observado diretamente, o que contraria, de certa forma, a atual conceitualização do termo atitude. Na verdade, este é percebido como um constructo que, apesar de não ser diretamente observável, antecede o comportamento, guiando as escolhas e decisões do sujeito.

O conceito de atitude assume um papel de destaque na psicologia social. De facto, este foi considerado durante alguns anos “o conceito mais indispensável” desta mesma área (Hogg & Vaughan, 2011). Hogg e Vaughan (2011) escrevem que “o conceito de atitude é, provavelmente, o mais distinto e indispensável da psicologia social americana. Efetivamente, mais nenhum termo surge com mais frequência na literatura quer teórica, quer experimental”. Outros autores anteriores a Allport já tinham definido a própria psicologia social como a

ciência que se dedica ao estudo das atitudes (e.g., Thomas & Znaniecki, 1918; Watson, 1930). O decorrer dos anos 30 mostrou-se revolucionário para o estudo das atitudes, quer a nível concetual quer a nível experimental, com o surgimento da primeira geração de instrumentos de avaliação de atitudes com base em escalas implementadas a partir de questionários.

Allport (1935) define as atitudes como um estado de prontidão mental e neuronal, organizado com base na experiência que influencia de forma diretiva ou dinâmica a resposta individual face a objetos e situações com os quais esteja relacionada. Aquelas são vistas como um fenómeno não diretamente observável, apenas inferível. É importante mencionar que esta definição deu lugar a um constante debater do constructo das atitudes nos anos subsequentes (por exemplo, face a um ponto de vista radical que percecionava as atitudes como um simples fruto da imaginação, sendo criadas pelos indivíduos como forma de explicar comportamentos anteriores; Hogg & Vaughan, 2011).

O desenvolvimento do estudo das atitudes englobou três momentos históricos de relevo. Numa primeira fase (anos 20 e 30) verificou-se uma dedicação às mensurações do fenómeno, bem como à relação que estas têm com o comportamento em si. Seguidamente (anos 50 e 60), o estudo das atitudes centrou-se nas dinâmicas que subjazem à sua mudança. O último momento (anos 80 e 90) centralizou a investigação numa abordagem das estruturas cognitivas e sociais, bem como no funcionamento das atitudes e dos seus sistemas (McGuire, 1986).

As atitudes assumem um papel fundamental no funcionamento psicológico humano. Efetivamente, se estas não existissem os indivíduos teriam extremas dificuldades em construir e reagir a eventos. Do mesmo modo teriam dificuldades ao nível dos processos de tomada de decisão e do entendimento das suas relações interpessoais (Hogg & Vaughan, 2011).

Uma dúvida recorrente no estudo das atitudes passa pela sua definição enquanto constructo. Este poderá ser visto como sendo unitário ou múltiplo (representando até três componentes distintos). De uma forma sumária, tomando as atitudes como um constructo representado apenas por uma componente, aquelas seriam entendidas como o grau de emocionalidade (negativa ou positiva) associado a determinado objeto psicológico. Nesta vertente a componente básica é a afetividade (Thurstone, 1931).

As abordagens de duas componentes, como a usada por Allport (1935), adicionam o conceito de prontidão mental, uma predisposição implícita que possui uma influência consistente e generalizante na forma como o indivíduo decide o que é bom e o que é mau. Por último, a abordagem triárquica percebe as atitudes como sendo o fruto da interação entre o elemento cognitivo, o afetivo e um elemento comportamental, onde se insere a experiência.

Segundo Zanna e Rempel (1988) apesar de aparentar maior abrangência, este último modelo falha por estabelecer uma ligação precoce entre atitudes e comportamento. A maioria das definições modernas centram-se na importância das crenças e dos sentimentos, enfatizando sempre o facto de ser possível prever o comportamento futuro através dos dados recolhidos do estudo das atitudes (Hogg & Vaughan, 2011).

Importa, agora, dissertar brevemente acerca da função primária das atitudes, partindo-se do pressuposto que, se estas efetivamente existem, terão uma utilidade. De um modo holístico, estas permitem poupar recursos cognitivos, impedindo que o indivíduo tenha que pensar no modo como se deve relacionar com dado objeto, situação ou pessoa (Smith, Bruner & White, 1956). As atitudes possuem uma função utilitária de avaliar objetos, independentemente da valência positiva ou negativa das mesmas, permitindo uma orientação da pessoa face a este (Fazio, 1989).

Com o decorrer dos tempos, diferentes modelos teóricos foram concebidos para explicar o funcionamento das atitudes. É de relevo mencionar as teorias do tipo Consistência Cognitiva, como o caso da Teoria da Dissonância Cognitiva de Festinger (1957) e da Teoria do Equilíbrio de Heider (1946). Estes modelos colocam o ênfase na necessidade do indivíduo manter uma consistência interna (uma ordem/acordo) nas suas cognições, e entre cognições e comportamento. Do mesmo modo, para estas abordagens, as crenças assumem um papel basal na construção das atitudes.

Um segundo grupo importante engloba os modelos do tipo sociocognitivo (Pratkanis & Greenwald, 1989). Estes, apesar de atribuírem, de igual modo, grande importância aos processos cognitivos, focam-se primariamente na componente avaliativa das atitudes.

O último grande coletivo teórico aborda a questão do processamento de informação, demonstrando a complexidade subjacente à aquisição de conhecimento, e à formação/modificação das atitudes. Neste domínio, Anderson (1971) apresenta o Modelo da Integração de Informação, que sugere que os indivíduos utilizam álgebra cognitiva no seu processo de construção de atitudes. Estas são concebidas com recurso a dados que o indivíduo adquire dos próprios objetos da atitude.

Depois desta breve jornada pelo conceito e funcionamento das atitudes, surge o momento em que se procederá ao estudo da relação existente entre estas e o comportamento. Esta relação está na base do modelo de Ajzen e Fishbein (1975) e, por conseguinte, na base deste trabalho.

Hogg e Vaughan (2011) levantam uma questão fundamental: qual o interesse de estudar as atitudes se não existe, efetivamente, uma definição holisticamente aceita por toda a comunidade científica? A sua resposta é simples: o estudo das atitudes permite, até certo ponto, prever o comportamento humano. Deste modo, é suscetível de se dizer que é possível alterar-se comportamentos, manipulando-se as atitudes. Apesar de tudo, diversos cientistas sociais discordam desta ligação atitude-comportamento, como é o caso de LaPiere (1934), Gregson e Stacey (1981) ou Wicker (1969), considerando que existem correlações muito baixas entre atitudes e diversos comportamentos. Contudo, através de investigações mais tardias, concluiu-se que a relação entre estas duas variáveis não é de um para um (relevância de diversas outras variáveis) explicando-se assim, o porquê de correlações tão baixas em estudos prévios.

Por exemplo, a consistência atitude-comportamento é moderada por variáveis extrínsecas, como o caso da melhor ou pior acessibilidade às atitudes, a expressão (pública ou em privado) de dada atitude e ou a relação que o indivíduo possui com o grupo que vê determinada atitude como algo normativo (Doll & Ajzen, 1992; Smith & Stasson, 2000).

Para além disso, diversos autores concluíram que, aplicar este conceito de forma unidimensional (baseado apenas numa avaliação bipolar bom-mau de um sujeito face a dado objeto/situação) diminui marcadamente o seu poder preditivo (a afetividade, contudo, permanece o elemento base da atitude). A alternativa mais viável passa por analisar, não só as atitudes, mas a interação destas com as crenças e com as intenções comportamentais, assim como a conexão destas com as ações subsequentes (Hogg & Vaughan, 2011). Nesta interação é necessário pesar as crenças, de forma a perceber qual a sua importância para o indivíduo. Efetivamente, algumas crenças terão maior influência no ato final. Ao negligenciar estes dados será impossível conceber uma previsão fiável do comportamento individual.

De que forma se poderá avaliar cientificamente a influência das crenças de um dado indivíduo no seu comportamento? Através do método *expectancy-value*, um dos métodos mais usados para a previsão comportamental. Esta técnica tem em atenção dois elementos fundamentais: a força e a expectativa individual da crença. Atente-se ao seguinte exemplo: um recluso na sua primeira detenção por crime de furto pode ter determinadas crenças relativamente ao crime e relativamente a um emprego honesto. Estas crenças poderão ser mais fortes ou mais frágeis. A força é definida por uma estimativa de probabilidade que pode ir de 0 a 1. Neste caso, o recluso poderá acreditar que o furto é altamente rentável (1.00). O rendimento é visto como algo extremamente benéfico para o indivíduo, deste modo, este irá

avaliar a crença em +2, numa escala de 5 pontos que irá de -2 a +2. Os dois valores interagem terminando num resultado final de +2.00.

Por sua vez, o mesmo indivíduo poderá crer de forma menos intensa que o trabalho honesto lhe renderá dinheiro (0.50). Ainda que o rendimento possua o mesmo valor, o sujeito não tem tanta expectativa de vir a ser compensado pelo trabalho, obtendo uma pontuação final de +1.00. Do mesmo modo, o indivíduo poderá achar que um emprego honesto não lhe é prazeroso, enquanto o furto já o poderá ser. A tabela seguinte (tabelas 1 e 2) explica de forma mais detalhada e completa a álgebra hipotética desenvolvida no presente exemplo. Analisando os dados, poderíamos descobrir em que direção tendem as crenças deste indivíduo relativamente ao comportamento.

Tabela 1 - Crenças de um recluso primário relativas ao crime de furto (simulação)

Atributo	Expetativa da Crença		Valor da Crença		Resultado
<u>Rendimento</u>	1.00	x	+2	=	+2.00
<u>Prazer</u>	1.00	x	+2	=	+2.00
<u>Detenção</u>	0.80	x	-2	=	-1.60
<u>Discriminação</u>	0.20	x	-1	=	-0.20
<i>Outcome</i>					+2.20

Tabela 2 - Crenças de um recluso primário relativas a um emprego honesto (simulação)

Atributo	Expetativa da Crença		Valor da Crença		Resultado
<u>Rendimento</u>	0.50	x	+2	=	+1.00
<u>Prazer</u>	0.10	x	+2	=	+0.20
<u>Detenção</u>	0.10	x	-2	=	-0.20
<u>Discriminação</u>	0.20	x	-1	=	-0.20
<i>Outcome</i>					+0.80

De facto, este indivíduo possui crenças mais favoráveis ao cometimento de crimes do que à participação num emprego honesto. Esta metodologia de mensuração foi, mais tarde adaptada para a TCP (Hogg & Vaughan, 2011).

Num estudo direcionado à compreensão das atitudes e à forma como estas modelam o comportamento surgem duas possíveis abordagens; uma primeira na qual se focam atitudes mais específicas, e outra onde se recorre a atitudes de uma forma mais generalista.

A maioria das investigações concluiu que o uso de atitudes específicas resulta em melhor predição comportamental (Hogg & Vaughan, 2011). Para isso, o investigador deve formular itens com um determinado grau de especificidade. Esta questão, segundo Fishbein e Ajzen (1975), levantou diversos problemas no decorrer do estudo das atitudes. De facto, estes afirmam que a grande maioria das baixas correlações encontradas entre crenças e comportamento é devido ao facto de diversos autores tentarem prever comportamentos específicos recorrendo a atitudes muito gerais (e *vice-versa*) (Fishbein & Ajzen, 1975). Na verdade, quando a formulação dos itens se encontra com o próprio comportamento, o modelo tem maior poder preditivo (Kraus, 1995).

Por sua vez, o uso de atitudes de carácter mais geral também poderá funcionar, mas apenas no caso da seleção de critérios de ato múltiplo. Normalmente, estes critérios abrangem comportamentos gerais usando uma combinação ou média de uma panóplia de comportamentos específicos. A falha deste tipo de abordagem advém da imensidão de variáveis que influenciam os comportamentos específicos (Fishbein & Ajzen, 1975).

Por último, de modo a melhor integrar a questão das atitudes à área de estudos da Criminologia importa referir os contributos da Teoria da Escolha Racional para o estudo e integração do fenómeno (Cornish & Clarke, 1987). Este modelo, inicialmente pertencendo ao ramo da economia foi integrado no estudo do crime por Becker (1974).

Efetivamente, esta é pautada por uma abordagem economicista ao estudo do crime. De facto, o modelo baseia-se na premissa de que o ofensor reflete e planeia antes de passar ao ato, mesmo que apenas por breves momentos. O delinquentes avalia, no decorrer deste processo os custos e os benefícios, as vantagens e as desvantagens esperadas da sua ação; existe um processo de tomada de decisão (Cornish & Clarke, 1987). Este processo é em tudo semelhante ao processo análogo de tomada de decisão para comportamentos normativos (Felson, 2002). O comportamento criminal é então percebido como algo intencional, racional e ponderado, onde o indivíduo efetua um cálculo de probabilidade esperada, uma expectativa, relativamente a obter uma recompensa ou uma consequência (Clarke, 2008). Esta avaliação será, igualmente, condicionada quer pelas aptidões quer pelos recursos necessários ao cometimento do crime, assim como pela informação existente (Cornish & Clarke, 1987).

Na verdade, esta teoria vai exatamente ao encontro dos elementos atitudinais avaliados pela TCP de Ajzen (1991).

Afigura-se igualmente importante referir a este ponto, o Modelo do *Risk-Need-Responsivity* (este será abordado em profundidade mais à frente) (Andrews & Dowden, 2007). De facto, este apresenta uma serie de fatores de risco para o comportamento criminal. As atitudes pró criminais, ou seja, todas as crenças e racionalizações que suportem o comportamento criminal, são entendidas como sendo importantes contributos para a reiteração deste tipo de comportamentos (*idem*), o que acaba por ir de encontro à TCP, integrando-a, de certa forma, no estudo da criminalidade.

A revisão anterior apresenta e demonstra a importância do estudo das atitudes para uma enorme diversidade de áreas do saber, incluindo a própria criminologia, como foi possível verificar. Importa agora introduzir o estudo da influência normativa dos grupos e perceber de que modo esta atua com o processo de tomada de decisão e até com o próprio comportamento criminal.

1.2 A Influência Normativa dos Grupos

A influência social reflete-se, de um modo geral, sob a forma de pedidos diretos ou então obediência à autoridade. Contudo, também pode funcionar de modo menos direto, através da conformidade às normas sociais ou de grupo. É importante referir que a pressão normativa é, efetivamente, um dos elementos mais influentes na modificação comportamental como demonstrado por diversas investigações (Hogg & Vaughan, 2011).

Efetivamente, de acordo com Sherif (1936) os indivíduos necessitam de ter a certeza de que aquilo que estão a fazer, pensar e sentir é o correto e o esperado. Deste modo, quando o individuo se encontra confiante em relação a determinado comportamento, a influência do grupo irá perder importância. Quando a incerteza prevalece, surge uma tendência para estabelecer uma amplitude de comportamentos possíveis usando os comportamentos dos outros (contexto social comparativo relevante) como pista. Como existe preferência à adoção de posições centrais, surge uma convergência de normas dentro do próprio grupo, havendo assim um consenso interno. Para o autor, é a partir da dinâmica grupal que se formam as normas sociais. As normas acabam por surgir como guia comportamental e informativo em momentos de incerteza (Sherif, 1936).

Em diversas experiências acerca do denominado efeito autocinético, Sherif (1936) demonstrou que, quando se questionam participantes individualmente acerca de uma dada

estimativa, estes baseiam as suas respostas numa moldura de referência concebida individualmente. Em contrapartida, quando as questões são colocadas num contexto grupal, as respostas acabam por ir de encontro as estimativas centrais, convergindo rapidamente numa média de grupo. Neste último caso é clara a criação de uma moldura de referência coletiva.

Na tentativa de confrontar os dados de Sherif, e numa outra série de investigações, Asch (1952) elabora um estudo, no qual utiliza uma medida menos ambígua. Todavia, a conclusão manteve-se: a grande maioria dos elementos das suas amostras acaba por seguir a norma de grupo, mesmo quando a resposta era efetivamente concreta e óbvia. Segundo os dados que recolheu de entrevistas posteriores com os participantes, esta conformidade surgiu devido a um sentimento de incerteza e dúvida, experienciado como consequência do desentendimento entre a sua opinião e a do grupo. Alguns indivíduos justificaram a sua conformidade com a norma por acharem que a sua resposta não era a correta. Um outro grupo de participantes declarou que efetivamente discordou das respostas do grupo, no entanto, seguiram-no pois não queriam salientar-se. Os indivíduos que discordaram do grupo mostraram-se confiantes nas suas respostas ou assumiram uma postura mais individualista.

Estes estudos mostram que uma das razões para a conformidade face a uma dada norma social é o medo real de ser ridicularizado, censurado ou socialmente rejeitado. Outras investigações foram concebidas para tentar perceber quais as implicações de um comportamento conformista caso não esteja presente o receio da rejeição social. Efetivamente, estes estudos mostram um decréscimo no conformismo (Asch, 1951; Deutsch & Gerard, 1995). É contudo notável que, apesar de os participantes se encontrarem isolados no momento em que davam as suas respostas, a taxa de conformidade com as respostas do grupo manteve-se na casa do 23%, mostrando que, mesmo quando sozinho, o indivíduo é influenciado informativamente pelas normas percebidas.

Outras investigações tentaram perceber quais os traços de personalidade mais comumente encontrados em indivíduos com maior tendência para se conformarem com as normas do grupo. Para além destes elementos também se encontrou relação entre o conformismo e a existência de insegurança dentro do próprio grupo, o sentimento de inferioridade, elevado nível de aceitação social bem como a presença de uma personalidade marcadamente autoritária (Costanzo, 1970; Crutchfield, 1955; Elms & Milgram, 1966; Raven & French, 1958; Stang, 1972). Apesar das conclusões apresentadas, inconsistências encontradas sugerem que os fatores situacionais têm maior peso do que os traços individuais (Barocas & Gorlow, 1967; Barron, 1953; McGuire, 1968; Vaughan, 1964).

Uma outra vertente do estudo da influência de grupos centrou-se na descoberta dos fatores situacionais que influenciam a conformidade às normas. As duas variáveis mais detalhadamente investigadas são a dimensão do grupo e a unanimidade (Allen, 1975). Efetivamente, Asch (1952) concluiu que, à medida que o número de indivíduos em unanimidade aumentava, o rácio de conformidade com as normas do mesmo também aumentava, decrescendo, posteriormente, de forma subtil. Apesar de alguns estudos declararem a existência de uma relação linear entre a dimensão do grupo e o conformismo (Mann, 1977), a grande maioria defende que o conformismo atinge o seu ponto máximo com uma maioria de três para cinco pessoas (Stang, 1976). Outros autores sugerem que o efeito da dimensão do grupo poderá diferir dependendo da motivação experienciada pelo indivíduo bem como da sua apreciação (Campbell & Fairey, 1989). De facto, quando à questão não subjaz uma resposta correta e o indivíduo pretende integrar-se no grupo, a dimensão assumida pelo coletivo terá um efeito relativamente linear – quanto maior a dimensão da maioria, maior será a influência sob o sujeito. Porém, quando efetivamente existe uma resposta objetivamente correta e a preocupação do indivíduo é mostrar que está correto, apenas será necessário o ponto de vista de um ou dois membros, sendo as restantes opiniões irrelevantes. A dimensão do grupo poderá não corresponder diretamente ao número de indivíduos que o constituem, mas sim ao número de fontes aparentemente independentes que existam no mesmo. De acordo com a investigação levada a cabo por Wilder (1977), uma maioria de três sujeitos considerados independentes será mais influente que uma maioria de cinco indivíduos percebidos como estando em concordância entre si e, portanto, representando apenas uma fonte de informação singular. O elemento da uniformidade também assume um papel importante na forma como se modela a conformidade. Efetivamente, a investigação mostra que a taxa de uniformidade cai drasticamente quando a maioria não é unanime. Alguns estudos discriminam diferentes tipos de indivíduos pertencentes ao grupo que, por causa de determinadas características quebram a unanimidade do grupo e, portanto, reduzem a conformidade ao mesmo (Morris & Miller, 1975; Asch, 1952; Shaw, Rothschild & Strickland, 1957).

O estudo das influências grupais também assume um papel de relevo na área da Criminologia. Efetivamente, um dos achados mais consistentes no estudo do comportamento delinquente é a correlação existente entre este e a delinquência dos pares (Matsueda & Anderson, 1998). Esta relação foi testada numa enorme diversidade de estudos (p.ex. Akers et al., 1979; Elliott et al., 1985; Gold, 1970; Krohn et al. 1996; Warr, 1993; Warr & Stafford,

1991). Efetivamente, esta associação continua a ser o foco central de diversos estudos na área do comportamento criminal, assim como de uma diversidade de teorias explicativas do crime (Matsueda & Anderson, 1998). Este tipo de influência já foi estudada em relação a uma variedade de comportamentos criminais e de risco, como por exemplo, ofensas de menor gravidade, ofensas graves, condução perigosa, e abuso de substâncias (Chassin et al., 2004; Simons-Morton, Lerner & Singer, 2005).

De salientar que, uma das questões atualmente em debate passa pelos mecanismos explicativos da associação entre pares desviantes e comportamento criminal. Efetivamente, a investigação têm-se vindo a focar na seguinte clarificação: as associações a grupos desviantes levam a uma mudança comportamental em direção à delinquência (*socialização* por pares) ou, a adoção de comportamento delinquente é que leva à associação a grupos de pares anti normativos (*seleção* de pares) (Monohan, Steinberg & Cauffman, 2009). Na sequência do previamente mencionado, alguns estudos (Gordon et al., 2004; Haynie & Osgood, 2005) concluíram que a questão da *seleção* será mais impactante do que a da *socialização* relativamente ao comportamento delinquente, enquanto que, no caso do abuso de substâncias ambas exercem o mesmo tipo de influência (Curran, Stice & Chassin, 1997; Dishion & Owen, 2002).

Contudo, outros estudos concluíram que a idade poderá influenciar a relação entre estas variáveis. Efetivamente, enquanto que a meio da adolescência a *socialização* e a *seleção* têm o mesmo tipo de impacto sobre o comportamento delinquente, nos finais deste período, apenas a *socialização* parece surtir efeito (Monohan, Steinberg & Cauffman, 2009). É contudo importante mencionar que, na transição para a vida adulta, a afiliação a pares anti normativos decai, reduzindo a sua influência no comportamento individual (Monohan, Steinberg & Cauffman, 2009).

Existem dois principais processos de surgimento de conformidade à norma social. Por um lado, surge a influência informacional, que poderá ser definida como o processo de aceitação de informação de outrem como evidencia acerca da realidade. Os indivíduos sentem necessidade de se sentirem autoconfiantes (que as suas crenças, percepções e sentimentos são os corretos) e, é nesta vertente, que a influência informacional se salienta (quando os sujeitos não se encontram seguros). De um modo geral, para ultrapassar este estado, os indivíduos tendem a fazer testes objetivos; quando estes falham em dar resposta à problemática, estes fazem comparações sociais (Festinger, 1950, 1954; Suls & Wheeler, 2000). Quando este processo é concluído com eficácia poderá culminar em mudanças cognitivas efetivas. Este

processo é visto como o responsável pelas conclusões observadas nos estudos autocinéticos de Sherif (1936) já mencionados, uma vez que o objeto de análise desta investigação era algo não objetivo.

O segundo tipo de influência é a denominada influência normativa (a influência para o indivíduo se conformar à expectativa dos outros). A influência normativa é vista como o efeito da natureza socio-relacional do ser humano. Este relacionamento é tendencialmente instrumental, uma vez que, funciona como forma de cultivar a aprovação/aceitação social, bem como para afastar qualquer tipo de censura e desaprovação. A influência normativa apenas surge em contextos em que o grupo em causa tenha poder para punir ou reforçar os comportamentos do indivíduo (Hogg & Vaughan, 2011); é essencial que o indivíduo acredite estar a ser vigiado pelo grupo (Hogg & Vaughan, 2011). Ao contrário da influência informativa, a normativa não origina mudanças cognitivas definitivas, mas constitui unicamente uma plataforma para aquiescência em contextos públicos. Efetivamente, diversos estudos já comprovaram que os indivíduos se conformam com alguma frequência a um grupo maioritário sem, na verdade, internalizarem esse comportamento, percepção ou crença (Neil, 1986). Este processo está claramente presente nas conclusões do estudo de Asch.

Contudo, estas duas perspetivas explicativas do processo de influência social (também denominadas por *dual-process dependency model*) foram fortemente confrontadas por não atribuírem suficiente relevância ao papel do sentimento de pertença ao grupo. Este confronto foi originado pela Teoria da Identidade Social de Tajfel e Turner (1979) ao propor um processo alternativo de conformidade às normas do grupo: a *Referent Informational Influence*. Num contexto em que o indivíduo sente que pertence ao grupo, este irá recrutar memórias e servir-se da informação disponível no contexto social de forma a determinar os atributos normativos mais relevantes do próprio grupo. A fonte mais frequente deste tipo de informação é o efetivo comportamento dos restantes elementos do grupo, mais especificamente aqueles que nos vemos como sendo mais fidedignos. As normas intragrupo que são construídas neste processo capturam e acentuam não apenas as semelhanças entre os membros, mas também as diferenças entre estes e outros grupos externos.

Este último modelo de influência social difere grandemente dos outros supra mencionados. Efetivamente, neste modelo é claro que os indivíduos se conformam com a norma, não para evitar rejeição ou validar a realidade, mas sim porque são membros do grupo. Importa referir que, a identidade social se encontra associada à identidade individual, na medida em que, a identidade social é a porção do autoconceito que surge da percepção que o indivíduo tem sobre

a pertença a um determinado grupo. Os indivíduos não se conformam a outros indivíduos, mas sim a uma norma. Do mesmo modo, uma vez que esta é internalizada, os indivíduos comportam-se de acordo, mesmo na ausência de supervisão do grupo (Hogg & Vaughan, 2011).

Por último, afigura-se relevante apontar que a relevância da informação discriminada no presente capítulo surge no âmbito da teoria do Comportamento Planeado. Efetivamente, como já referido anteriormente, Ajzen e Fishbein (1991) incluem o elemento da influência grupal e conformidade à norma coletiva como uma das bases estruturais na predição do comportamento humano. Este breve sumário teve como objetivo conferir uma visão mais aprofundada e um ponto de vista mais alargado acerca da forma como se processa este fenómeno.

2. Psicopatia

Afigura-se agora importante desenvolver um pouco a literatura que rodeia o constructo da psicopatia, com um enfoque especial no modelo triárquico. A inclusão deste constructo num modelo de tomada de decisão baseado em componentes de expectativa X valor poderá ser de extrema importância, especialmente dadas as sugestões de défices na aprendizagem de expectativas de valor associadas com a psicopatia (Blair, 2014).

O estudo do fenómeno da psicopatia representa uma área de grande interesse, uma vez que o seu funcionamento e estrutura englobam diversos domínios, como é o caso da afetividade e de diferentes processos de controlo comportamental. Efetivamente, a investigação demonstra que indivíduos com níveis elevados de psicopatia apresentam défices quer a nível do controlo inibitório quer a nível dos mecanismos de processamento emocional (Patrick et al., 2009). O conceito apresenta uma longa história na sua relação com o comportamento antissocial. É nesta lógica investigativa que se centraram grande parte dos esforços do estudo da psicopatia, mais especificamente na forma como esta se desenvolve e na melhor forma de a prevenir (Patrick et al., 2009).

Apesar da longa história de desenvolvimento conceptual da psicopatia, duas grandes famílias de modelos dominam o atualmente panorama científico (Patrick et al., 2009). Por um lado, os modelos inspirados na conceptualização proposta pela *Psychopathy Check-list* (Hare, 1980) e seus derivados assumem que a psicopatia pode ser conceptualizada como um constructo unitário, ao qual subjazem dois fatores (características afetivas e interpessoais; impulsividade e estilo de vida antissocial), moderadamente relacionados. Uma segunda

família de modelos, denominada “modelos de dois processos” (Fowles & Dindo, 2006) conceptualiza a psicopatia como refletindo a influência de dois fatores etiológicos (baixo medo-traço e vulnerabilidade à externalização) ortogonais na sua origem. O modelo Triárquico da Psicopatia (Patrick et al., 2009), que será utilizado na presente tese, é na sua origem um modelo de dois processos. Este modelo procura concetualizar a psicopatia em termos de subcomponentes fenotípicas com uma referência clara aos níveis psicológico e neurobiológico. O modelo foi construído através de uma extensiva análise das características psicopáticas propostas por modelos anteriores, e o seu posterior agrupamento em três componentes fenotípicas: desinibição, malvadez e ousadia. Estes três constructos, possuindo diferentes identidades fenotípicas são suscetíveis de serem medidos, concetualizados e compreendidos separadamente, apesar de, na verdade, se encontrarem interrelacionados. Recorrendo a estes três elementos será possível compreender o fenómeno da psicopatia nas suas diversas formas, criminal Vs. Não criminal, primária Vs. Secundária (Karpman, 1941; Lykken, 1957, 1995; Skeem et al., 2007), estável Vs. Agressiva (Hicks et al., 2004) ou bem-sucedida Vs. mal sucedida (Hall & Benning, 2006).

A desinibição é definida como “uma propensão geral fenotípica para problemas de controlo de impulsos”. Este domínio engloba dificuldades a nível de planeamento e antecipação, assim como deficiente regulação do afeto e desejos, foco na gratificação imediata e até mesmo défices a nível de controlo comportamental. Entre os elementos da rede nomotética da desinibição contam-se constructos como a externalização, psicopatologia desinibitória ou baixo controlo inibitório. Numa análise em termos de personalidade, esta componente poderá ser compreendida como estando centrada nas dimensões impulsividade e afetividade negativa. A nível de manifestações comportamentais, a desinibição encontra-se associada à irresponsabilidade, a impaciência, a escolha por ações impulsivas que culminam em consequências negativas, à alienação, bem como à falta de confiança, comportamentos agressivos, uma marcada tendência para problemas de abuso de substâncias como álcool e drogas, assim como à participação em atividades ilícitas e anti normativas (Patrick et al., 2009).

A externalização apresenta um largo espetro concetual a nível da sua progressão histórica, visto que o conceito engloba uma ampla gama de fenómenos comportamentais patológicos. Efetivamente, no decorrer dos anos, tanto a desinibição como a tendência para a externalização foram vistas como sinónimos de psicopatia, tendo esta orientação mudado nas últimas décadas. Nas investigações modernas, sugere-se que a externalização se encontra

associada à afetividade negativa (que na sua essência é distinta da ausência de ansiedade ou medo) e à elevada incidência de problemas de internalização e suicídio. O diagnóstico da psicopatia considera-se aplicável nos casos em que a tendência para a externalização se encontra associada à ousadia e malvadez (*idem*).

A ousadia poderá ser definida como “a capacidade para permanecer calmo e concentrado em situações que envolvam pressão ou algum tipo de ameaça”. De mesmo modo, poderá ser vista como a capacidade para recuperar rápida e eficazmente de eventos stressantes ou traumatizantes. É um conceito que se encontra associado a elevada auto eficácia e eficácia social, tolerância a situações não familiares e ao perigo. Associado a este elemento do modelo triárquico surgem conceitos chave como a dominância com baixo medo (*fearless dominance*), a audácia, ou a resiliência. Quando analisada tendo em vista elementos da personalidade, a ousadia poderá ser percebida como centrada na dominância social com características como baixa reatividade ao *stress* e a busca de sensações. Esta componente manifesta-se por meio de imperturbabilidade, postura social, assertividade, capacidade de persuasão, bravura e propensão para a aventura. Contudo, o constructo da ousadia é intrinsecamente distinto do de ausência de medo, na medida em que a primeira é uma das formas de expressão fenotípica da última, que constitui um elemento disposicional etiológico (*idem*).

Por último, a malvadez é descrita como “uma constelação de atributos fenotípicos que inclui deficiência a nível da empatia, desdém e falta de ligação aos outros, comportamentos de rebeldia, procura de excitação, tendência exploradora e procura de poder por meio de atos cruéis”. Este constructo encontra-se associado a elementos como a frieza emocional, ausência de afeto e o antagonismo. De um ponto de vista do comportamento interpessoal, a malvadez ocupa uma posição intermédia entre a elevada dominância e a reduzida capacidade de afiliação. Este conceito, em contraste com o de evitamento social (que implica um afastamento passivo dos outros), implica confrontação e exploração abusiva. Os autores apresentam este confronto como “*moving away from people vs. moving against people*” (Patrick et al. 2009, p. 927). Como manifestações comportamentais mais marcantes verifica-se a arrogância, o desafio e confronto de autoridade, a inexistência de relações interpessoais próximas, a competitividade agressiva, a crueldade física para com pessoas e/ou animais, a agressão predatória (premeditada), a explorações estratégica de outros para ganhos individuais e, por último, a busca de sensações através de comportamentos autodestrutivos. Esta última componente surge mais evidente em amostras criminais e delinquentes (*idem*).

Estudos atuais mostram que a malvadez é suscetível de ser decomposta da desinibição (externalização), uma vez que também possui um elemento marcado de falta de medo traço. Contudo, ao contrário da ousadia, esta configura uma expressão maligna do baixo medo (*idem*).

Diversas investigações se centraram na validação deste modelo. Stanley, Wygany e Sellbom (2013) abordaram o estudo do modelo triárquico da psicopatia recorrendo a uma amostra de 141 reclusos americanos, de ambos os sexos, na qual administraram a Medida Triárquica da Psicopatia (Triarchic Psychopathy Measure; TriPM), bem com outros índices de psicopatia (PPI-SF - *Psychopathic Personality Inventory – Short Form*, NPI - *Narcisistic Personality Inventory*, IRI - *Interpersonal Reactivity Index*, e BFI – *Big Five Inventory*). Ao analisar as intercorrelações entre as três escalas, os autores verificaram uma correlação de – .03 entre a ousadia e a desinibição, .20 entre a ousadia e a malvadez e .36 entre a malvadez e a desinibição. Não foram detetadas diferenças significativas entre homens e mulheres na TriPM. O score total da PPI-SF encontrava-se positivamente associado à totalidade das componentes do modelo triárquico, explicando 58% da variância desta medida. Para além disso, apesar das três escalas da TriPM se demonstrarem preditores significativos para a pontuação total do PPI-SF, as previsões tornavam-se particularmente fortes no caso da ousadia e malvadez. Ainda dentro da comparação com o PPI-SF, a ousadia era o único preditor da baixo medo (*fearless dominance*), enquanto que a malvadez previa com exclusividade a frieza. Por sua vez, a impulsividade antissocial era prevista significativamente pela malvadez e pela desinibição. Relativamente à associação com o Inventário de Personalidade Narcisista (NPI) verificou-se uma correlação positiva entre o *score* global deste instrumento com a ousadia e malvadez. As três escalas da TriPM explicam 40% da variância na pontuação total do NPI. Ousadia e malvadez encontravam-se relacionadas com os elementos autoridade/liderança e o exibicionismo grandioso do NPI. Por último os autores reportaram que a malvadez previa, igualmente, o elemento da tendência para a exploração dos outros do NPI. Relativamente à relação entre a TriPM e o IRI, verificou-se que ousadia surge como preditor único para a perturbação pessoal do IRI. Por sua vez, a malvadez aparece como preditor exclusivo da tomada de perspectiva e da fantasia e preocupação empática. Em último lugar, estudaram-se as associações entre este modelo e o FFM. A ousadia surge como único preditor significativo do elemento da extroversão. Por sua vez, a malvadez possuía algum poder preditor sobre a agradabilidade. Já o neuroticismo era significativamente previsto pela ousadia e pela desinibição, apesar de o impacto surgir em direções opostas. A

conscienciosidade era prevista pelos três elementos do modelo, apesar da relação da malvadez e da desinibição ser mais forte. Em último lugar, a abertura à experiência é prevista quer pela ousadia, quer pela malvadez (Stanley et al., 2013).

Poy e colegas (2013) estudaram as relações existentes entre a TriPM e o BFI numa amostra de 349 estudantes universitários. Encontrou-se uma relação entre a desinibição e o baixo nível de conscienciosidade, o reduzido grau de agradabilidade, bem como um elevado valor de neuroticismo e de busca de sensações. Por sua vez, o *score* de malvadez estava inversamente associado à agradabilidade e à conscienciosidade. Para além destas associações o domínio da malvadez também se encontrava relacionado com a baixa ligação interpessoal. Por último, os *scores* da escala da ousadia surgem relacionados com o baixo nível de neuroticismo e de agradabilidade assim como com alto nível de extroversão, de abertura à experiência e de conscienciosidade (Poy et al., 2013).

Por sua vez, Dirslane e colegas (2013), também estudaram a associação entre o modelo triárquico da psicopatia e outros traços de personalidade. Por um lado, a desinibição surge relacionada com a maioria dos índices que avaliam a faceta desviante da psicopatia, nomeadamente a impulsividade, a irresponsabilidade, a falta de cuidado, a busca de sensações assim como o próprio comportamento antissocial. A desinibição e a malvadez contribuem de forma semelhante para a variância única no *score* total de psicopatia. Por sua vez, a malvadez tem uma forte correlação com a ausência de emocionalidade, maquiavelismo, manipulação, bem como ausência de remorsos. A ousadia surge associada, nesta investigação, com índices de mau ajustamento (com por exemplo manipulação, a insensibilidade afetiva, estilo de vida errático, desonestidade, grandiosidade/ausência de modéstia e ausência de sentimento de culpa), assim como com medidas de função adaptativa (charme, imunidade ao stress, bem estar e a conquista) (Dirslane et al., 2013).

Por último, é fundamental salientar uma característica interessante dos indivíduos com níveis elevados de psicopatia. De facto, estes possuem défices de aprendizagem. Blair e colegas (2004) testaram esta variável através de um teste de aprendizagem por evitamento passivo. Nestes testes, os indivíduos devem acionar um botão quando apareciam números num ecrã, sendo que determinados números estão associados a recompensas e outros a punições. A ausência de resposta não adicionava nem retirava quaisquer pontos. Através desta investigação (Blair et al., 2004) concluiu-se que, enquanto que a punição (ao acertar num número *mau*) modelava a *performance* do grupo de indivíduos não psicopatas, o mesmo não se passava nos indivíduos psicopatas (Blair et al., 2004). Todavia, no caso das omissões, a

recompensa já modelava a *performance* de ambos os grupos. Estes resultados implicam que indivíduos com altos níveis de psicopatia possuem disfunções na formação de associações estímulo-punição. Estas mesmas conclusões poderão ser extrapoladas aos casos de punições por crimes cometidos (Blair et al., 2004).

3. A Reincidência

Segundo Maltz (2001), a reincidência afigura um conceito algo volátil, quer no âmbito da sua definição, quer no âmbito da sua mensuração. As características instáveis deste conceito dificultam a investigação do fenómeno, bem como a comparação de dados entre os estudos.

De uma forma geral, e seguindo uma linha jurídico-criminal, a reincidência poderá ser definida como a reversão de um indivíduo para o comportamento criminal, posteriormente a ter sido condenado, sentenciado e, presumivelmente, corrigido. Portanto, um reincidente será aquele que, depois da sua libertação não se encontra reabilitado e retorna a padrões de comportamento criminal prévios (Maltz, 2001). Apesar de esta conceção aparentar alguma linearidade, torna-se complexa quando se busca uma definição operacional, que permita a medição do fenómeno. Grande parte dos estudos têm em conta taxas de reincidência englobadas no primeiro ano (Maltz, 2001). Importa então expor as duas definições mais frequentemente usadas na compreensão do fenómeno da reincidência (Maltz, 2001).

De um modo geral, este fenómeno é medido tendo em conta o intervalo temporal entre dois eventos distintos, o momento da libertação e o momento da reincidência. Maltz (2001) agrupou estes eventos em diversos intervalos de tempo caracterizadores da reincidência, dos quais apenas dois são relevantes para o contexto nacional:

R_{ac} – Apreensão e Condenação. O intervalo de tempo vai desde a data de libertação até à data da apreensão; contudo só é visto como reincidência se a apreensão resultar em condenação

R_a – Apreensão. O intervalo de tempo vai desde a data de libertação até à data de apreensão, independentemente de haver acusação ou condenação. Esta é a definição mais usada no âmbito de estudos sobre o fenómeno (Maltz, 2001).

Maltz (2001) apenas se refere a medições de origem oficial, deixando de fora qualquer reflexão acerca da reincidência autorrevelada. Deste modo, é importante referir que, assim como quaisquer outros dados produzidos a partir de registos oficiais, não serão incluídos nos resultados casos de indivíduos que tenham reincidido sem, contudo, haver deteção por parte

dos mecanismos de controlo formal. Este tipo de reincidência é apenas detetada com recurso a instrumentos de delinquência autorrevelada – reincidência autorrevelada.

O próprio Código Penal Português avança com uma definição jurídico-penal para o conceito de reincidência. Efetivamente, segundo o artigo 75.º do Código Penal Português, “é punido como reincidente quem, por si só ou sob qualquer forma de comparticipação, cometer um crime doloso que deva ser punido com prisão efetiva superior a 6 meses, depois de ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena de prisão efetiva superior a 6 meses por outro crime doloso, se, de acordo com as circunstâncias do caso, o agente for de censurar por a condenação ou as condenações anteriores não lhe terem servido de suficiente advertência contra o crime”. Para a presente investigação, este será o conceito escolhido para definir a reincidência, uma vez que, o estudo será feito com recurso a uma amostra de reclusos julgados como reincidentes pelo próprio sistema de justiça recorrendo, portanto, à definição avançada pelo código penal.

A discussão que orbita na conceptualização do fenómeno da reincidência também aborda uma outra questão fundamental. Deverá o sujeito inicialmente condenado pelo crime X ser considerado reincidente se, após a sua libertação, cometer um ilícito Y? Por um lado, o sujeito será reincidente já que cometeu outro crime posteriormente à finalização de uma pena prévia, contudo, a natureza do crime é, hipoteticamente, diferente. Pode-se assumir que o comportamento antissocial original cessou e um conjunto diferente de comportamentos se manifestou. Segundo Maltz (2001) apenas se poderá etiquetar um indivíduo como reincidente quando este comete um determinado ilícito semelhante àquele que causou a primeira condenação. Todavia, esta conceptualização implica que todos os criminosos são especialistas o que contraria estudos prévios (e.g., Petersilia, 1980; Chaiken & Chaiken, 1982; Goldstein, 1982).

Diversos investigadores estudaram o fenómeno da reincidência de forma a melhor perceber como o abordar, diminuindo a sua incidência. Uma das vertentes desse percurso investigativo centrou-se num conjunto elementos que potenciam esse comportamento, os fatores de risco. Ao detetar e analisar detalhadamente esses fatores de risco será possível perceber, com alguma exatidão, a probabilidade do sujeito voltar a cometer crimes (Andrews & Dowden, 2007).

É fundamental a avaliação de risco para o estudo da reincidência, na medida em que, previsões acertadas permitem que as autoridades foquem os seus escassos recursos em indivíduos que, efetivamente apresentam um grande risco para a sociedade. Nos dias que

correm este processo de avaliação assume um papel de extrema importância, fazendo parte integrante do modelo RNR (*Risk-Need-Responsivity*) e do processo das EBPs (*Evidence-based Practices*), permitindo aos técnicos perceber a intensidade requerida de uma intervenção de forma a reabilitar eficazmente os indivíduos (Rhodes, 2010).

Até à presente data, a maioria da pesquisa na área versou acerca da relação entre a reincidência e fatores de risco. De acordo com uma meta-análise de Gendreau, Little e Goggin (1996), podem ser identificadas oito categorias de fatores pré-reclusão com fortes características preditivas da reincidência (Brown, 2002; Andrews & Dowden, 2007; Makarios, 2010). Identificaram-se como fatores as necessidades criminógenas, como o caso da personalidade antissocial (envolvendo características como a busca de sensações, baixo autocontrolo, agressividade, insensibilidade) e atitudes (que incluem crenças e racionalizações que aprovam o crime, estados emocionais cognitivos de cólera, indignação, e desafio), pares antissociais, ou seja, associação com outros indivíduos no mundo do crime, conjuntamente com um distanciamento de pares pró-sociais, conflito interpessoal e abuso de substâncias (drogas ou álcool); percurso e histórico criminal, envolvendo delinquência, criminalidade em idade adulta e infrações disciplinares na prisão; fracas conquistas sociais referentes ao estado marital, educação, empregabilidade, ordenado e habitação; demografia, referente a idades mais jovens, sexo masculino, e etnia; fatores familiares, incluindo criminalidade na família, fracas práticas de educação familiar (baixa supervisão parental e falta de cuidados), e separação dos pais; fraco funcionamento intelectual e cognitivo; origem socioeconómica desfavorecida; aflições pessoais (há contudo investigações que defendem que este último fator não é relevante para a predição da reincidência). Segundo outras investigações também se detetaram dois outros fatores relevantes, que são a baixa *performance* e satisfação escolar, que poderá incluir o abandono das atividades educativas (este fator poderá, de igual modo, estar relacionado com o emprego) e o reduzido envolvimento e satisfação em atividades de lazer pró-sociais (Brown, 2002; Andrews & Dowden, 2007; Makarios, 2010; Listwan et al., 2007; Hudson et al., 2002).

A tabela seguinte sintetiza as necessidades criminais consideradas mais gravosas e responsáveis pelo comportamento criminal.

Tabela 3 - Fatores de risco e respectivas necessidades dinâmicas

Fatores de Risco	Caraterísticas	Necessidade dinâmica
<i>Atitudes Antissociais</i>	Atitudes, valores, crenças e racionalizações que suportem o comportamento criminal, e estados cognitivo-emocionais de raiva, ressentimento e desafio. Identidade criminal.	Reduzir a cognição antissocial; reconhecimento de pensamentos e sentimentos arriscados; construção de alternativas menos arriscadas; reforma da identidade criminal.
<i>Pares Antissociais</i>	Associações próximas com indivíduos criminais e isolamento de indivíduos pró sociais; suporte social imediato para o crime.	Reduzir associação com indivíduos criminais; melhor a associação com pares pró sociais.
<i>Padrão de Personalidade Antissocial</i>	Busca de sensações; baixo autocontrolo, agressividade, insensibilidade e discordante.	Construção de capacidades de resolução de problemas; capacidade de autogestão; controlo de raiva e capacidades de <i>coping</i> .
<i>Estado Familiar/Matrimonial</i>	Dois dos elementos chave são a baixa educação enquanto jovem e a reduzida supervisão.	Redução do conflito, construção de relacionamentos positivos e melhoramento da educação e da supervisão.
<i>Abuso de Substâncias</i>	Abuso de álcool e outras substâncias	Reduzir o abuso de substâncias, reduzir o suporte pessoal e interpessoal para o comportamento de abuso de substâncias, melhorar alternativas ao abuso de drogas.
<i>Estado de Trabalho/Escola</i>	Baixos níveis de <i>performance</i> e satisfação na escola e/ou trabalho (baixo sucesso socioeconómico).	Aumentar a <i>performance</i> , as recompensas e a satisfação.
<i>Recreação/Lazer</i>	Baixos níveis de envolvimento e satisfação em atividades pró sociais.	Aumentar o envolvimento, as recompensas e a satisfação.

Adaptado de Andrews & Dowden, 2007

Não é apresentado na tabela o fator de risco do histórico criminal devido à sua natureza estática. Será, contudo, fundamental indicar que o número de crimes cometidos pelo sujeito no passado será um pesado preditor na sua possível reincidência (Bonta & Andrews, 2006).

Um instrumento de avaliação de risco é um instrumento fundado na teoria e na evidência empírica que permite avaliar a probabilidade que um dado sujeito possui de incorrer num dado comportamento criminal. Estes medidores são estruturados para que sejam atribuídos pesos numéricos aos seus diversos itens constitutivos; estes são combinados de forma mecânica e encontram-se relacionados com o comportamento criminal. Aquando da seleção de um instrumento de avaliação de risco o investigador deve ter sempre em conta o tipo legal de crime em estudo, uma vez que, existem escalas específicas dependendo dos tipos criminais (e.g., escalas gerais e específicas para violência, delinquência sexual, etc.), o grupo populacional a avaliar (e.g., adultos/jovens; homens/mulheres), assim como o contexto em que o indivíduo se encontra inserido (prisão *versus* comunidade). É, contudo, importante ter em conta que estas avaliações não são infalíveis, podendo por vezes surgir falsos positivos ou falsos negativos (Bonta & Andrews, 2006; Bonta, Andrews & Wormith, 2006).

O processo de avaliação de risco é extremamente complexo. Efetivamente, numa primeira fase, é fundamental analisar fatores tendencialmente estáticos e atuariais, relacionados com a própria reincidência (por norma, é uma fase muito centrada no percurso criminal do indivíduo). Esta permite diferenciar os indivíduos em função do risco, embora não permita recolher informação útil para uma eventual intervenção. Seguidamente, incluem-se fatores essencialmente dinâmicos (suscetíveis de mudança) de forma a aperfeiçoar a previsibilidade da própria avaliação (Andrews & Bonta, 2006).

Há um forte apoio empírico para a validade, fidelidade e validade preditiva dinâmica das avaliações de risco, podendo estas serem extremamente benéficas em diversas áreas das ciências criminológicas. Todavia, estas apresentam, de igual modo, um conjunto de limitações subjacentes, não permitindo o uso de dados agregados de uma dada população para aplicação a um indivíduo. Estas avaliações também não têm em conta a diversidade do grupo populacional e não têm sensibilidade ao contexto onde operam os fatores de risco. Por outro lado, estes instrumentos são validados com recurso a dados de reincidência que não refletem a realidade geral (Andrews, Bonta & Wormith, 2006).

4. Os Crimes Contra a Propriedade

4.1 O Furto

Não seria sensato desenvolver um tema do cariz criminológico sem abordar, nem que seja de forma superficial, o regime jurídico subjacente ao tipo legal de crime que se pretende estudar, sobretudo tendo em conta todas as especificidades que são característica de uma disciplina tão complexa como o Direito. O que se pretende colmatar com este capítulo são, então, as especificidades conceptuais que subjazem à definição do crime de furto (e posteriormente roubo) mais especificamente aquelas que dizem respeito às singularidades da realidade nacional portuguesa.

O crime de furto, na sua forma estrutural (furto simples), encontra-se previsto no artigo número 203º do Código Penal Português (CPP) e a sua versão com agravante (furto qualificado) no artigo 204º do mesmo diploma legal.

Em primeiro lugar importa perceber qual o bem jurídico que se pretende tutelar com esta configuração jurídica. Efetivamente, a pretensão deste artigo é a proteção da propriedade. Este Bem Jurídico não assume o carácter técnico que assume no direito civil, mas sim uma forma mais geral que abrange todos aqueles bens com um mínimo de representação jurídica. Pode-se então definir a propriedade como todo o poder de uso sobre uma coisa que seja tutelada, ou pelo menos, não proibida pelo direito. Todavia, a definição não é ampla ao ponto de tutelar toda e qualquer propriedade, mas apenas só aquela considerada coisa móvel e alheia. Móvel na medida em que configura um pedaço de realidade suscetível de remoção, desde que possa ser deslocada mantendo, pelo menos em parte, a sua funcionalidade. O adjetivo "alheia" diz respeito ao direito de uso sobre a coisa, ou seja, não se refere ao bem em si, mas sim ao valor de uso (Dias, 2001).

O crime de furto é também considerado um crime de execução vinculada e é consumado com recurso à subtração. O momento da consumação é definido pelo momento em que o objeto é removido da esfera de disponibilidade fática do legítimo titular. O relevante é o momento em que ocorreu a lesão. O artigo não apresenta qualquer especificação da forma como a subtração deve ocorrer, permitindo qualquer meio idóneo de produzir o resultado. É também visto como um crime material e um crime de dano, na medida em que tem que haver efetiva lesão do bem jurídico (Dias, 2001).

Importa também referir que o objeto alvo do crime tem que, obrigatoriamente, possuir valor patrimonial, deixando de fora situações em que o objeto apenas possui valor pessoal (Dias, 2001).

Para que o crime caiba na previsão do artigo 203º, este tem que ser considerado doloso, ou seja, tem que haver intenção de apropriação assim como intenção de desapropriar, quer seja para si, quer seja para terceiros. O crime de furto é um crime semipúblico e, portanto, depende de queixa, a não ser nos casos previstos pelo artigo 207º que necessitam de acusação particular e, portanto, apresentam-se crimes particulares. O regime da tentativa encontra-se concomitante com este crime e, portanto, o indivíduo poderá ser condenado mesmo na ausência de consumação. O crime de furto simples é punível com uma pena de prisão que poderá ir de um mês a três anos ou, alternativamente, com uma pena de multa (Dias, 2001).

Por sua vez, o furto qualificado, previsto no artigo 204º do CP, configura uma agravação do furto simples. Esta agravação resulta da combinação do atentado ao bem jurídico com outros fatores previstos no número 1 e 2 do mesmo artigo. Este tipo legal de crime possui um duplo grau de agravação. A única diferença entre os dois artigos reside na própria agravação, mantendo-se constante o bem jurídico, o tipo objetivo e o tipo subjetivo. A pena prevista para o crime de furto qualificado depende do tipo de agravação; efetivamente, se constar no primeiro tipo de agravação, este será punível com uma pena de prisão que poderá ir de um mês a cinco anos, ou com uma pena de multa até 600 dias. Contudo, se tivermos em conta o segundo tipo de agravação, a pena aplicável só poderá ser de prisão e pode ir de dois a oito anos. Como é suscetível de se observar, as penas previstas para o artigo 204º são intrinsecamente mais severas do que aquelas previstas para o artigo 203º (Dias, 2001).

4.2 O Roubo

Importa agora tentar perceber os fundamentos jurídicos subjacentes ao crime de roubo. Este encontra-se previsto no artigo número 210º do CP.

No que toca ao bem jurídico tutelado por este tipo legal de crime, poder-se-á dizer que é algo complexo, uma vez que, ao contrário do furto, este não só tutela bens jurídicos patrimoniais (o direito de propriedade e de detenção de coisas moveis), como também tutela bens jurídicos pessoais (a liberdade individual de decisão e ação e a própria integridade física). Para além do já referido, em alguns casos de roubo agravado, presentes no número dois do mesmo artigo, põe-se mesmo em causa o bem jurídico vida. De uma forma mais simples, pode-se dizer que num crime de roubo, a vítima é coagida, por meio de violência quer física quer psíquica, a tolerar a subtração dos bens (Dias, 2001).

Assim como o furto, o roubo é também considerado um crime de execução vinculada. Efetivamente, os meios para a subtração do objeto ou para o constrangimento à sua entrega

encontram-se especificados no artigo; é necessário violência contra uma pessoa, ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física ou a colocação da vítima numa posição de impossibilidade de resistir. Como já referido anteriormente, o conceito de violência previsto neste artigo engloba quer a violência física, quer violência psicológica (Dias, 2001).

Para haver consumação do crime de roubo é obrigatório que o agente tenha o conhecimento correto da factualidade típica, ou seja, o individuo tem que ter a intenção e a vontade de cometer o crime; o crime tem que ser cometido de forma dolosa. Ao contrário do furto, o crime de roubo é considerado um crime público, ou seja, não depende de queixa ou de acusação particular. O tipo legal de crime previsto no artigo 210º poderá ser punível a título de tentativa (Dias, 2001).

A pena prevista para o crime de roubo depende da forma como este é consumado. Efetivamente, a pena base esta delineada de um a oito anos de prisão, contudo, se o modo como foi cometido o crime estiver previsto no número dois ou três do artigo 210º a moldura abstrata altera-se se três a quinze anos (se a vítima for colocada em perigo de vida) ou de oito a 16 (se do roubo resultar a morte da vítima. De uma forma holística, é claro que este tipo legal de crime implica maior severidade que o crime de furto (Dias, 2001).

4.3 Tomada de decisão no crime de furto/roubo

Análises levadas a cabo por Bennett e Wright (1984) verificaram que os criminosos perpetradores de crimes contra a propriedade tendem a apresentar algum elemento precipitante para o cometimento do crime. Os autores, baseados nestes dados, criaram seis categorias principais ordenados do mais para o menos importante. Estes dados encontram-se apresentados na seguinte tabela.

Tabela 4 - Elementos precipitantes na tomada de decisão no crime de furto/roubo

Precipitantes	Caraterísticas
Necessidades instrumentais	Os indivíduos têm falta de dinheiro e roubam para resolver este problema.
Influência de terceiros	A decisão de roubar surge da participação de um terceiro.
Surgimento de oportunidade	Engloba a oportunidade inesperada e não aquela que é procurada. O sujeito apercebe-se de uma vítima vulnerável e aproveita para a roubar.
Ausência de precipitante	Esta categoria surge quando o individuo rouba regularmente, e portanto não necessita de qualquer elemento que potencie o roubo.
Necessidades expressivas	A decisão de roubar é potenciada pelo estado de humor do individuo. O sujeito encontra-se transtornado ou aborrecido e, por isso, rouba como forma de distração.
Influência de álcool	O consumo de álcool desinibe o indivíduo, facilitando o roubo.

Adaptado de Bennett e Wright, 1984

O elemento precipitante de maior relevo é, de facto, as necessidades instrumentais, sendo o dinheiro a mais frequentemente mencionada. Apesar da maioria dos indivíduos referir que apenas cometem furtos/roubos quando necessitam de dinheiro, os fins para os quais este é usado são variados. Efetivamente, enquanto que um determinado grupo furta/rouba apenas na ausência de dinheiro indispensável, outro utiliza o dinheiro roubado em atividades de prazer, como é o caso do jogo ilegal e os consumos de substâncias. Este fator não só é relevante na tomada de decisão, como também na frequência com que este comportamento é cometido. De facto, o individuo irá obter um determinado rendimento com o roubo que, eventualmente irá acabar. Quando isto acontecer este voltará a roubar. É importante referir que quanto mais lucrativo for a crime, maior será o período no qual este tipo de ofensores não irá prevaricar (Bennett & Wright, 1984).

De seguida, importa explicar de forma mais aprofundada os roubos precipitados pela influência de pares. Neste âmbito, surge um subgrupo de indivíduos cuja intenção de roubar é potenciada por terceiros, o que não quer dizer que não lhe estejam subjacentes outras necessidades. Esta pressão social pode ser ativa, nos casos em que o desejo de furtar é exclusivamente causado pelo terceiro, ou passiva. Este último caso poderá ser dividido em três diferentes casos: no primeiro, o individuo é pressionado para cometer o crime; no

segundo caso, o sujeito encontra-se disposto a cometer o crime mas os pormenores do *onde* e *quando* ficaram ao critério do terceiro e, por último, o caso em que é solicitado ao sujeito determinado item furtado sendo este estimulado a rouba-lo (Bennett & Wright, 1984).

A terceira subcategoria apenas engloba casos em que a oportunidade de roubar surge de forma inesperada e não quando esta é procurada. Ou seja, quando o individuo opta por roubar determinado objeto ao descobrir que este será de fácil aquisição, que se trata de um alvo fácil. Neste caso, os autores apresentam dois tipos de método do sujeito detetar uma vítima vulnerável de forma aleatória: avistando uma oportunidade no decorrer das suas atividades de rotina ou como resultado de ter sido avisado por um terceiro. Apesar de tudo, a grande maioria dos sujeitos declara que procura a oportunidade, em vez de esperar que esta surja. É também relevante mencionar que, em alguns casos, os indivíduos apercebem-se da oportunidade, contudo, apenas mais tarde se aproveitam desta, depois de terem planeado todo o processo que subjaz ao roubo ou até depois de se prepararem psicologicamente para tal.

No caso em que parece não haver precipitante, o que acontece é que o individuo sai todos os dias com o objetivo de roubar algo, acabando por se tornar algo rotineiro. Também são descritos alguns casos em que a ideia simplesmente surge na cabeça do sujeito (Bennett & Wright, 1984).

A quarta categoria propõe que o estado emocional do individuo poderá potenciar o comportamento criminoso. O individuo poderá encontrar-se algo deprimido e ter vontade de fazer com que “algo aconteça”. Esta “algo” pode ser algum tipo de desafio em que o sujeito se coloque em algum tipo de risco. Outros ofensores também declaram que, por vezes, roubam apenas por se encontrarem aborrecidos ou por não terem que fazer. A natureza da necessidade expressiva, apesar de pouco específica, ronda a procura de diversão ou excitação (Bennett & Wright, 1984).

Por último, segundo os autores, o álcool também é frequentemente percebido como um elemento despoletador do crime de furto e roubo. Apesar de alguns indivíduos verem o álcool como única causa para o crime, este surge maioritariamente como elemento facilitador. Ou seja, o sujeito sente-se mais apto a roubar quando consome álcool (Bennett & Wright, 1984).

Depois do presente levantamento bibliográfico importa agora a descrição da abordagem metodológica a utilizar para a conceção do presente estudo. De seguida serão apresentadas as questões relativas à operacionalização da TCP.

5. Teoria do Comportamento Planeado - Operacionalização

Depois de dissecada a teoria importa então compreender o processo ao qual se irá recorrer para a sua operacionalização, de forma a conseguir-se uma mais eficaz aplicação da mesma ao domínio da criminalidade, mais especificamente ao estudo do fenómeno da reincidência. Numa nota inicial, importa mencionar que a construção de instrumentos de aplicação da TCP envolve o recurso a metodologias quer quantitativas quer qualitativas.

Aquando da mensuração das variáveis inerentes ao modelo é possível a utilização de medições diretas (questionando o indivíduo, por exemplo, acerca da sua atitude global) ou indiretas (perguntando ao sujeito acerca de crenças comportamentais específicas e sobre avaliações de resultado). Contudo, quando ambas as metodologias abordam os mesmos elementos, espera-se que os resultados estejam positivamente correlacionados e, portanto, é frequentemente recomendado que ambas as estratégias sejam incluídas em questionários deste tipo. No presente documento apenas se vai abordar os métodos indiretos, uma vez que se revelam mais aptos a estudar o fenómeno e poderão fornecer informação interessante relativamente às motivações de indivíduos condenados por furto e roubo (Francis et al., 2004).

Afigura-se relevante enumerar as diferentes fases que subjazem ao processo de construção de um instrumento que permita captar as diferentes dimensões subjacentes à Teoria do Comportamento Planeado. Efetivamente, a composição de um questionário deste tipo engloba nove fases fulcrais: i) definição da população em estudo, refletindo, de igual modo, sobre qual a melhor forma de recolher uma amostra representativa da mesma; ii) definição, de forma extremamente detalhada, do comportamento em estudo recorrendo ao princípio TACT (Alvo – *target*, Ação – Action, Contexto – Context, e Tempo – Time) no nosso caso o elemento *Ação* será o cometimento de um crime de furto/roubo, por sua vez, o alvo poderá ser o objeto de desejo; o Contexto será o contexto pós libertação e, por último, o Tempo será o decorrido enquanto o indivíduo estiver em liberdade¹; iii) decisão acerca da melhor forma de medir o elemento da intenção comportamental (será abordado adiante); iv) determinação das vantagens e desvantagens mais frequentemente percebidas acerca da consumação do comportamento; v) discriminação dos elementos sociais cuja opinião relativamente ao comportamento é relevante para os participantes; vi) determinação dos diferentes obstáculos e

¹ Contudo, há que ter em conta que, de acordo com Ajzen (2002), a definição dos elementos do TACT é, de certa forma, arbitrária, podendo haver diversas alternativas de conceitualização. Efetivamente, neste domínio, o verdadeiro ponto-chave é que todos os constructos subjacentes à teoria sejam definidos nos mesmos termos, nos mesmos elementos (Princípio da Compatibilidade) (Ajzen, 2002).

fatores facilitadores percebidos para a execução do comportamento; vii) rascunho inicial do instrumento (itens de medida) com os conceitos estruturais do modelo; viii) pilotagem do instrumento numa subamostra da população alvo, refraseando os itens considerados necessários; ix) avaliação da fiabilidade teste-reteste das mensurações indiretas, recorrendo à administração do questionário duas vezes ao mesmo grupo amostral com um intervalo de pelo menos duas semanas² (*idem*).

5.1 Intenções

Após este breve estudo do processo de trabalho inerente a uma investigação da TCP, iremos indicar e aprofundar os métodos recorrentemente usados para mensurar as intenções comportamentais. A literatura salienta três estratégias gerais de medição, cada uma delas com qualidades e desvantagens específicas. Efetivamente, o primeiro método em discussão é a Intenção de *Performance*, estratégia que deve ser utilizada em situações em que seja exequível observar o próprio comportamento e utilizar a mesma escala de medição – esta compatibilidade direta poderá ser de alguma utilidade para alguns tipos de estudos. O método das Intenções Generalizadas é o mais frequentemente utilizado - esta abordagem permite estudar mais detalhadamente comportamentos que apresentem uma multiplicidade de opções possíveis. Finalmente, a estratégia de Simulação de Intenção em que são apresentados diferentes cenários aos participantes para que estes possam avaliar e tomar uma decisão tendo em conta a informação disponibilizada. Este último é uma potente medida *proxy* do comportamento em si, visto que, aproxima os indivíduos de uma realidade mais concreta, sendo, todavia, uma abordagem extremamente dispendiosa a nível de recursos temporais (cada avaliação poderá demorar semanas) e deve se aplicada com extremo detalhe e cuidado, sob o risco de dar origem a dados enganadores. De uma forma holística, a metodologia utilizada irá depender da decisão do investigador acerca de quais as questões que poderão fazer mais sentido para a conduta e grupo amostral em concreto (Francis et al., 2004).

De modo a complementar a informação disponibilizada serão agora explicados sucintamente os processos subjacentes a cada um destes métodos. No método I o investigador deve utilizar um único item que deve ser cotado apenas tendo em conta o valor assinalado pelo participante na própria escala. Por sua vez o segundo método aconselha o uso de três itens para que seja demonstrada consistência interna adequada; o valor final deve ser obtido

² Esta fase não foi possível de realizar devido à inexistência de recursos temporais suficientes.

através do cálculo da média entre os itens. Por último, o método III envolve duas fases; numa primeira etapa o investigador deve redigir os cenários (estes devem ser 10, com cerca de 90 palavras cada) e, seguidamente, deve questionar o sujeito sobre a forma como este agiria em tal circunstância, permitindo apenas uma resposta de Sim/Não. Para pontuar este último o investigador deve contar o número de respostas “SIM” (o valor que daqui advier será a pontuação para a simulação comportamental – quanto mais elevado o valor maior a intenção de consumir a conduta) (*idem*).

5.2 Atitudes

O passo seguinte no processo de operacionalização da TCP passa pela mensuração do elemento das atitudes. Como já referido neste documento, cada um dos domínios do modelo possui uma estratégia de medição direta e uma indireta. Todavia, apenas os métodos indiretos serão abordados.

A abordagem indireta, como já referido anteriormente, baseia-se num esquema expectativa x valor, e permite a mensuração de crenças comportamentais, assim como de avaliações de resultado, apesar de ser um pouco mais demorada. Esta engloba três principais etapas, uma das quais de teor qualitativo (Francis et al., 2004).

Em primeiro lugar, é realizado um estudo de exploração de índole qualitativa de forma a compreender quais as crenças comportamentais mais comumente presentes na amostra alvo. O investigador deve seleccionar um grupo amostral de cerca de 25 indivíduos da população alvo e questiona-los de forma aberta (através de entrevistas individuais) acerca das suas crenças relativas à conduta (ver exemplo de guião de entrevista para este propósito no Anexo 3). As respostas devem ser analisadas e organizadas em ordem decrescente da mais para a menos frequentemente mencionada (*idem*).

Seguidamente, o investigador deve construir itens para questionário de forma a avaliar a força das crenças comportamentais, seleccionando as crenças mais mencionadas e convertendo-as num conjunto de afirmações, que devem refletir as crenças que poderiam afetar o comportamento em causa (a inclusão de 75% de todas as crenças deverá ser suficiente para ilustrar adequadamente as crenças da população). Estes itens devem, então, ser testados aplicando-os uma amostra piloto da população (é fulcral questionar estes indivíduos acerca da dificuldade sentida em responder às questões, rephraseando, se necessário – $n = 10$). Nestes itens, devem-se utilizar escalas de 1 a 7, do menos provável para o mais provável (*idem*).

Por último, o investigador deve converter cada afirmação em formato de frase incompleta; ao completar a frase (utilizando o formato de respostas apresentado) o indivíduo irá exprimir uma avaliação positiva ou negativa acerca do conteúdo da crença. Estes itens também devem ser sujeitos a um pré teste semelhante ao anterior. Nesta etapa os itens devem incluir uma escala com uma amplitude de -3 a +3, do mais indesejável ao mais desejável (*idem*). É possível observar-se o questionário final observando-se o Anexo 4.

Resta agora explicar o processo de pontuação utilizado na avaliação do domínio das atitudes. Para cada crença comportamental, o valor da crença na escala de expectativa (concebido na segunda etapa desta abordagem) deve ser multiplicado pela pontuação obtida na escala de valor (elaborada na terceira etapa). Os resultados decorrentes das diferentes crenças comportamentais são então somados, de modo a criar uma pontuação geral de atitudes. A fórmula utilizada é a seguinte: $A = (CC_1 * AO_1) + (CC_2 * AO_2) + \dots (CC_n * AO_n)$, onde n representa o número de crenças, A representa o resultado total da atitude, CC representa o valor das várias crenças comportamentais e AO representa a expectativa que cada um dos elementos presentes na crença decorra da execução do comportamento. É possível interpretar os resultados obtidos recorrendo à seguinte chave: se o *score* for positivo significa que, no geral, o indivíduo é favorável à execução do comportamento, se, por outro lado, o valor for negativo, pode-se concluir que, no global, o indivíduo se opõe à execução da conduta (*idem*).

5.3 Norma Subjetiva

Seguidamente, abordaremos os métodos indiretos para a operacionalização do elemento norma subjetiva.

Uma vez mais, a mensuração indireta é mais dispendiosa a nível de recursos e envolve três fundamentais etapas. Assim como nas atitudes comportamentais o primeiro passo é conduzir um estudo exploratório de forma a compreender quais os elementos e grupos sociais mais frequentemente referidos pelo indivíduo como sendo capazes de influenciar o comportamento em causa. Através da mesma amostra piloto, o investigador deverá tentar identificar quais os grupos, organizações e categorias de indivíduos que terão maior probabilidade de aplicar pressão social relativamente ao comportamento em estudo. Estes dados deverão ser tratados e organizados como explicado na secção anterior (Francis et al., 2004).

Seguidamente, são formulados itens para avaliar a força das crenças normativas relativas a cada grupo, seleccionando os grupos de referência (ou indivíduos) mais frequentemente mencionados, convertendo-os nos troncos de itens de crenças normativas (a inclusão de 75%

dos grupos listados deverá ser suficiente para uma adequada cobertura das fontes de pressão social). Os itens formulados deverão refletir a forma como elemento de um determinado grupo social julga que o indivíduo deve agir (norma injuntiva), ou o comportamento que esse próprio elemento faria (norma descritiva) e deverão ser formulados no âmbito de uma escala de -3 a 3 (*idem*).

A última fase passa por conceber itens para avaliar a motivação para agir em conformidade com cada grupo em particular (*motivation to comply*); o investigador deverá converter cada fonte de pressão social num formato de uma afirmação acerca da importância das várias fontes de pressão social. Deste modo, ao responder às questões o participante irá indicar (de 1 a 7) a potência da sua motivação para agir em conformidade com a opinião dos diferentes grupos de referência. É fundamental pré testar os itens (n=10) (*idem*).

O formato de valorização das pontuações é o mesmo que é usado na contagem do *score* do domínio das atitudes – $NS = (CN_1 * MC_1) + (CN_2 * MC_2) + \dots (CN_n * MC_n)$ em que n representa o numero de fontes de pressão social, CN representa o valor das diferentes crenças normativas e MC representa a *motivation to comply* com cada grupo de pressão social. Um total positivo indica que, no geral, o indivíduo experiencia pressão social para consumir o comportamento, um total negativo indica que o sujeito sente pressão social para não consumir o comportamento (*idem*).

O questionário final encontra-se anexado no final do trabalho (Anexo 4).

5.4 Controlo Comportamental Percebido

Resta agora explicar o processo de medição proposto para o elemento do controlo comportamental percebido.

Para uma medição indireta deste elemento o investigador deverá seguir as etapas já definidas pelas outras variáveis. Inicialmente deverá elaborar um estudo qualitativo (Anexo 3) onde procurará descobrir e identificar o conteúdo das crenças de controlo mais frequentemente partilhadas entre a população em estudo acerca dos obstáculos e facilitadores do comportamento em causa, ordenando, posteriormente, os tópicos por frequência. De seguida, este deve escolher as crenças mais frequentes e converte-las em afirmações, que expressem as crenças que poderão tornar mais difícil a consumação da conduta, tornando-as em itens que avaliem a força das crenças de controlo (utilizando uma escala de 1 a 7). Por último, o investigador deverá construir itens para avaliar o poder percebido destes fatores para influenciar a decisão do comportamento, através da conversão de cada crença de controlo em

afirmações incompletas, onde o participante afirmará se a presença destes irá facilitar, dificultar, aumentar ou diminuir a probabilidade de consumação do comportamento (itens com escalas de -3 a 3). Os itens deverão ser testados e rephraseados se necessário (n=10). Uma vez mais, para n crenças de controlo, a determinação da pontuação segue a mesma aritmética apresentada na medição das atitudes e norma subjetiva – $CCP = (CC_1 + PCC_1) + (CC_2 + PCC_2) + \dots + (CC_n + PCC_n)$ em que CC representa a pontuação atribuída às crenças de controlo e PCC simboliza a avaliação do poder das crenças de controlo para cada crença. Um *score* total positivo indica que o participante se sente em controlo do comportamento, por sua vez, uma pontuação negativa significa que o indivíduo não sente que consiga controlar o comportamento (Francis et al., 2004).

O questionário final encontra-se anexado no final do trabalho (Anexo 4).

CAPÍTULO II

ESTUDO EMPÍRICO (METODOLOGIA)

1. Objetivos e Hipóteses

O objetivo principal do presente projeto passa por aplicar a Teoria de Comportamento Planeado de Ajzen (1991) e o Modelo Triárquico da Psicopatia (Patrick et al., 2009), enquanto preditores da intenção de cometer crimes, ao estudo do fenómeno da criminalidade, mais especificamente no caso dos crimes de furto, roubo e furto qualificado.

O presente estudo poderá ser subdividido em quatro objetivos secundários:

1. Construir um instrumento de medição de intenções criminais segundo o quadro teórico do comportamento planeado para estudar a reincidência no crime de furto/roubo;
2. Estudar as intenções criminais do crime de furto/roubo/furto qualificado com recurso ao instrumento construído;
3. Perceber como é que as três componentes da psicopatia, de acordo com o modelo triárquico, se associam com a intenção de cometer crimes de furto/roubo;
4. Perceber como as componentes da psicopatia se associam os elementos da Teoria do Comportamento Planeado.

Deste modo, a variável dependente subjacente ao estudo será a intenção de cometimento de um novo crime de furto/roubo e, por sua vez, o papel de variável independente será assumido pelas crenças altitudinais, pelas crenças normativas, pelas crenças de controlo face ao comportamento e, por último, pelos diferentes elementos da psicopatia.

2. Descrição e Fundamentação da Metodologia

2.1 Desenho da investigação

O presente estudo configura uma investigação do tipo quantitativo, devido às especificidades inerentes quer ao processo de recolha de dados quer ao processo de análise dos mesmos. Estes instrumentos serão aplicados a uma amostra de reclusos, de forma a ir de encontro aos objetivos e hipóteses anteriormente mencionadas. No entanto há uma componente qualitativa (*elicitation*), onde se elicitarão as crenças (comportamentais, normativas e de controlo) dos participantes relativamente ao crime de furto.

A investigação assume características de um estudo transversal/observacional, visto haver apenas uma recolha de dados num momento temporal circunscrito. O facto de não haver qualquer manipulação da variável independente atribui características não-experimentais ao estudo. Concretizando, o investigador procederá à análise de possíveis associações entre variáveis, não se limitando apenas à caracterização das mesmas (Hagan, 2006; Marôco, 2011).

2.2 Constituição da amostra

Ao longo da presente investigação procedeu-se a três momentos distintos de amostragem, obedecendo, todos eles à mesma metodologia de amostragem. Efetivamente, no decorrer do desenho do estudo foram estipulados uma série de critérios de seleção, obedecendo, contudo a um método de amostragem por conveniência, visto ter-se selecionado os participantes com base na facilidade de acesso a estes. Este tipo de abordagem é particularmente vantajoso devido ao facto de ser mais rápido e fácil, tendo, todavia, a consciência que os resultados e conclusões obtidas apenas poderão ser tidos em consideração para a amostra não podendo ser extrapolados para a população (já que não há garantia de que a amostra seja representativa do universo de onde foi extraída; Hill & Hill, 2009). Esta metodologia de amostragem encontra-se englobada num grupo de abordagens não probabilísticas, já que os indivíduos não possuem todos a mesma probabilidade de serem amostrados (Hill & Hill, 2009). É fundamental referir que todos os participantes leram e assinaram um formulário de consentimento informado explicando todos os detalhes do estudo (Anexo 1).

Dos estabelecimentos prisionais selecionados, escolheram-se os participantes tendo como base as seguintes características:

- Selecionaram-se apenas dois estabelecimentos prisionais, o Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira e o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Masculino.

- Foram excluído quaisquer indivíduos dados como inimputáveis pelo sistema de justiça. Por último,

- Foram escolhidos apenas reclusos que alguma vez tivessem sido condenados por um crime aquisitivo, seja este um furto, um roubo ou um furto qualificado.

Assim, a amostra global deste estudo é composta por 129 reclusos, 28 incluídos na primeira fase, 4 no grupo de pilotagem do instrumento e 97 para a última secção deste trabalho, todos estes respeitando os critérios supramencionados.

2.3 Participantes

Recolheram-se as seguintes informações biográficas: Estabelecimento Prisional; Idade; Número Interno; Habilitações Literárias; Profissão; Crime; Consumado/Tentativa; Primário/Reincidente; Duração pena; Termo da pena; Concurso/Crime Singular; Processos Pendentes; Infrações Disciplinares; Número de infrações disciplinares; Número de furtos; Número de Furtos qualificados; Número de roubos; Número de outros crimes; Número total de crimes; Consumos de drogas pesadas; Especificação das drogas consumidas; Observações (Anexo 2).

Estudo Exploratório (Parte 1)

Para a elaboração da primeira fase do presente estudo constituiu-se uma amostra de 28 participantes recolhidos em contexto prisional. Utilizou-se como critério de amostragem o tipo de crime cometido, selecionando-se assim apenas aqueles indivíduos que alguma vez tenham sido condenados por um crime de furto, roubo ou furto qualificado. Excluiu-se da amostra qualquer indivíduo que tivesse sido dado como inimputável. Da globalidade da amostra, 20 indivíduos encontravam-se a cumprir pena no EPPF e os 8 restantes no EPSCB. Sendo ambos estabelecimentos prisionais masculinos, a totalidade da amostra é do sexo masculino. Por lapso, não se registaram os consumos desta amostra. As características da amostra são apresentadas na tabela 5.

Tabela 5 -Caraterísticas Sociodemográficas da amostra da Parte 1

	<i>N</i>	<i>Min.</i>	<i>Max.</i>	<i>X</i>	<i>SD</i>
Idade	27	24	56	37.70	6.747
<35 anos	9				
35 aos 45 anos	16				
> 45 anos	2				
Nível de escolaridade	25	0	9	5.44	2.274
Infrações disciplinares	27	0	11	1.19	2.434
Total de crimes cometidos	27	1	58	15.04	12.312
Total de furtos	27	0	6	1.59	1.623
Total de furtos qualificados	27	0	18	4.19	4.515
Total de roubos	27	0	24	2.56	4.995
Total de outros crimes	27	0	56	6.74	10.865

Pré Teste (Parte 2)

A escala relativa ao modelo TCP foi pilotada numa amostra de 4 participantes, todos eles do EPSCB. Os critérios de seleção foram de encontro àqueles utilizados no primeiro processo de amostragem de forma a conseguir uma uniformização da mesma. Este grupo de participantes também preencheu o consentimento informado (Anexo 1).

Os participantes apresentam uma idade média de 38.25 anos e, no que toca à escolaridade verifica-se uma média de 3.75. A nível de infrações disciplinares cometidas, esta amostra apresenta uma média de 2.35 infrações. Do mesmo modo, é evidente neste grupo uma média de 8.25 crimes totais detetados e condenados pelo sistema. Relativamente às subcategorias de tipo de crime: furtos - $X = 0.50$; furtos qualificados - $X = 3.00$; roubos - $X = 2.25$; outros crimes - $X = 2.50$. Por último, no que diz respeito aos consumos surge, neste grupo amostral, um total de 75% indivíduos com histórico de dependência de substâncias.

Estudo TCP/TriPM (Parte 3)

Nesta fase da investigação constituiu-se uma amostra composta por 97 indivíduos recolhida em contexto prisional. Da totalidade, 50 sujeitos são atualmente reclusos no EPPF e 47 no EPSCB. Os elementos da presente amostra foram escolhidos com base nos crimes cometidos; ou seja, apenas foram escolhidos para a amostra reclusos que alguma vez tivessem sido condenados por um crime de furto, roubo ou furto qualificado. Foram, de igual modo, excluídos da amostra qualquer sujeito considerado inimputável pelo sistema de justiça. Desta amostra, todos os indivíduos eram reincidentes, não sendo este um critério inicial estipulado, mas sim uma mera coincidência. Sendo ambos os estabelecimentos prisionais exclusivamente para homens, a totalidade da amostra é do sexo masculino. Importa mencionar que todos os participantes assinaram um formulário de consentimento informado antes da aplicação de qualquer instrumento (Anexo 1). Desta amostra, 72.2% dos participantes são ou foram consumidores de drogas pesadas. As restantes características da amostra são apresentadas na tabela 6.

Tabela 6 -Caraterísticas Sociodemográficas da amostra da Parte 3

	<i>N</i>	<i>Min.</i>	<i>Max.</i>	<i>X</i>	<i>SD</i>
Idade	94	19	62	35.49	8.758
<35 anos	49				
35 aos 45 anos	30				
> 45 anos	15				
Nível de escolaridade	91	0	12	6.10	2.150
Infrações disciplinares	96	0	9	1.48	2.229
Total de crimes cometidos	97	3	100	15.49	11.808
Total de furtos	97	0	10	1.82	2.097
Total de furtos qualificados	97	0	37	3.66	5.746
Total de roubos	97	0	27	2.88	3.940
Total de outros crimes	97	0	97	7.09	10.316

2.4 Instrumentos

Como já referido anteriormente, todos os momentos de recolha de dados da presente investigação foram efetuados através da aplicação de inquéritos por questionário. Na introdução de cada questionário salientou-se o anonimato e a confidencialidade inerentes a todo o processo de participação no estudo. Do mesmo modo, reiterou-se o facto de não advir qualquer benefício ou prejuízo adjacente à participação na investigação. Todos os detalhes acerca dos objetivos foram devidamente transmitidos, assim como a segurança de que nenhuma informação seria alguma vez transmitida a algum agente de autoridade quer interno quer externo ao EP. Foi igualmente salientado o papel fulcral que a honestidade e a sinceridade assumem para o sucesso do estudo. Foi recolhida informação sociodemográfica e processual de cada um dos participantes seguindo a estrutura de um formulário concebido para o propósito (Anexo 2).

Questionário do Estudo de Elicitação

Este questionário foi concebido especificamente para fins da presente investigação, seguindo os critérios do manual de aplicação do modelo do Comportamento Planeado (Ajzen, 1991). O grande propósito servido pelo presente instrumento é explorar quais as diferentes crenças que os reclusos que alguma vez foram condenados por crimes contra a propriedade possuem relativamente ao comportamento de furto e roubo. Este segue um modelo semiaberto que permita aos participantes exprimirem de forma livre as suas opiniões sobre as questões colocadas.

O questionário possui 9 questões agrupadas em 3 grupos. O primeiro pretende perceber quais as atitudes que a população possui acerca do comportamento de furto/roubo, questionando quais as possíveis vantagens e desvantagens do mesmo. Com a última questão do grupo pretende-se apenas aprofundar a informação recebida. O segundo grupo tem como objetivo levantar as crenças normativas de maior impacto para os sujeitos, tentando perceber que grupos nucleares próximos é que aprovam e desaprovam do comportamento criminal em estudo. Este grupo possui, igualmente, uma questão de aprofundamento. Por último, o terceiro grupo de perguntas foca as crenças de controlo, questionando o sujeito acerca dos obstáculos e possíveis facilitadores do crime de furto/roubo (Ver instrumento no Anexo 3).

Questionário do Modelo do Comportamento Planeado

A presente escala foi concebida com recurso aos dados recolhidos através do questionário anteriormente referido e segue uma abordagem do tipo expectativa-valor, ou seja, assenta num racional do tipo probabilidade percebida e desejabilidade relativamente a dado evento. O objetivo principal passa por avaliar quais as crenças mais relevantes no processo de tomada de decisão subjacente aos crimes de furto e roubo.

O questionário é composto por quatro grupos de questões (56 itens no total), os primeiros três divididos em dois subgrupos, um relativo à expectativa e outro relativo ao valor da crença. A primeira categoria foca-se na exploração das atitudes, apresentando eventuais vantagens e desvantagens a advir do comportamento criminal de furto/roubo (resultantes da fase anterior); no primeiro subgrupo o participante irá avaliar a probabilidade de dada vantagem/desvantagem ocorrer (8 itens - de pouco provável a muito provável) e no segundo irá cotar cada uma delas de acordo com o nível individual de desejabilidade (8 itens – de pouco desejável a muito desejável).

O segundo grande grupo pretende avaliar a influência normativa de grupos, tentando compreender a força de diferentes grupos sociais na facilitação/oposição ao comportamento; no elemento da expectativa o indivíduo deverá caracterizar a opinião dos diversos grupos relativamente ao comportamento em causa (6 itens – os elementos do grupo X pensam que não devo furtar a devo furtar); já no elemento do valor este deverá dar a sua opinião sobre o quão importante é a opinião destes grupos para o seu próprio processo de tomada de decisão (6 itens – de nada importante a muito importante). O terceiro e último grupo relativo às crenças pretende perceber o peso dos obstáculos/facilitadores no processo de tomada de decisão; a primeira categoria inquirir o participante acerca da probabilidade percebida de

surgir dado obstáculo (11 itens – de pouco provável a muito provável) e a segunda questiona sobre o peso que a presença daquela dificuldade teria para a realização do comportamento (11 itens – de menos provável furtar a mais provável furtar). Os autores do manual de referência para a construção de questionários a partir da TCP (Francis et. al, 2004) referem a importância de formular todos os itens deste grupo em forma de obstáculo, contudo, devido à confusão instalada por algumas duplas negações sem outra solução, as questões que poderiam suscitar alguma dúvida formuladas na positiva e, posteriormente, invertidas aquando do tratamento de dados. Nestes grupos, as opções de resposta seguem um formato tipo Likert de 1 a 5, sendo que os valores máximos e mínimos variam de acordo com o tipo de subgrupo, como referido anteriormente. Em cada um dos três primeiros grupos há uma secção apenas para indivíduos toxicodependentes.

O último grupo de itens diz respeito às intenções criminais de furto e roubo (6 itens) e é composto por dois subgrupos de questões que diferem no que toca ao tipo de escala. O primeiro apresenta ao participante uma escala do tipo analógico, no qual este terá que assinalar a probabilidade estimada de vir a furtar no futuro. Já o segundo apresenta três afirmações nas quais o participante deverá assinalar o seu grau de concordâncias, numa escala tipo Lykert numerada de 1 a 5 de Discordo Completamente a Concordo Completamente.

De seguida apresentam-se os valores do alfa de Cronbach para as escalas. Será importante referir que se extraíram fatores, a partir de uma análise fatorial (descrita mais à frente) para as diferentes escalas, contudo, de forma a facilitar a leitura os valores dos alfas foram incluídos nesta secção do trabalho.

Tabela 7 - Consistência interna das escalas da TCP

Grupo	<i>α de Cronbach</i>
Atitudes	.645
NS Afetiva	.557
NS Anti Normativa	.345
CC Volitivo	.775
CCP sobre a Vigilância	.702
Intenção Criminal	.875

Para cada grupo da escala, a pontuação é atribuída através da média do valor das crenças, ponderada pela expectativa, com uma amplitude total de 20 pontos, variando de -10 a 10. Por exemplo, um participante com uma pontuação na crença dinheiro fácil de -6 (expectativa = 3; valor = -2) e com uma pontuação de -8 na crença sentir adrenalina (expectativa = 4; valor = -2)

terá uma pontuação de -7, de -10 a 10, no elemento das atitudes, implicando a predominância de crenças comportamentais contra o comportamento de furto.

O questionário encontra-se anexado no final do presente do trabalho (Anexo 4).

TriPM (*Triarchic Psychopathy Measure*)

O presente questionário foi concebido com o propósito de medir individualmente cada um das componentes da psicopatia segundo o modelo triárquico. Este instrumento possui um formato de resposta do tipo verdadeiro/moderadamente verdadeiro/moderadamente falso/falso, onde o participante terá que caracterizar diversas afirmações de acordo com a sua opinião (Patrick, 2010).

A escala que avalia a ousadia é composta por 19 itens e por 9 subescalas criadas para avaliar este constructo no domínio do comportamento interpessoal (subescalas de Capacidade de Persuasão, Afirmação Social e Dominância), experiência emocional (subescalas de Resiliência, Autoafirmação e Otimismo) e espírito de aventura (Subescalas de Coragem, Intrepidez e Tolerância à Incerteza) (Patrick, 2010).

A escala que indexa a desinibição é composta por 20 itens e pretende medir elementos como a Irresponsabilidade, a Impulsividade Problemática, o Furto, a Alienação, a Tendência para o Aborrecimento, a Impaciência, a Fraudulência, a Dependabilidade (-) e o Controlo Planeado (-) (Patrick, 2010).

Por último, a escala que avalia a malvadez é constituída por 19 itens e indexa constructos como a Agressão Relacional, a Empatia (-), a Agressão Destrutiva, a Agressão Física, a Busca de Sensações e a Honestidade (-) (Patrick, 2010).

No presente estudo foi utilizada a versão portuguesa de investigação (Vieira, Almeida, Ferreira-Santos, Moreira, Barbosa, & Marques-Teixeira, 2014).

De seguida apresentam-se os valores do *alfa* de Cronbach para a presente escala.

Tabela 8 - Consistência interna das escalas da TCP

Grupo	<i>α de Cronbach</i>
Ousadia	.620
Malvadez	.801
Desinibição	.817

2.5 Procedimentos

Antes de qualquer processo de amostragem, foi elaborado um requerimento de autorização para investigação científica em contexto prisional à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais que recebeu uma resposta afirmativa. Posteriormente, o investigador entrou em contato com os Estabelecimentos Prisionais nos quais seria recolhida a amostra, com o objetivo de expor quais os propósitos do estudo, assim como de perceber qual a disponibilidade existente para se poder iniciar o processo de recolha de dados.

Numa primeira fase, procedeu-se à criação do questionário do estudo de Elicitação de acordo com o procedimento padrão do manual de aplicação do Modelo do Comportamento Planeado (Francis et al., 2004). O objetivo deste instrumento, como já referido, é elicitare as crenças atitudinais, normativas e de controlo sobre o crime de furto e roubo numa população reclusa. A escala foi aplicada individualmente a cada participante, com leitura em voz alta dos itens de resposta pelo investigador. Em caso de dificuldade, o investigador procedia a auxiliar o participante reformulando a questão de forma a obter uma resposta o mais rica possível sem, obviamente, influenciar a decisão e opinião do indivíduo. Esta fase finalizou-se com uma amostra de 28 participantes.

Seguidamente, foi essencial analisar os dados obtidos na fase anterior. Para isto, o investigador concebeu uma base de dados onde inseriu e codificou cada uma das respostas em categorias que depois estudou com recurso a uma análise de frequências. Para a criação de categorias, utilizou-se a seguinte abordagem: cada investigador (dois investigadores) elaborou uma categorização das respostas obtidas nos itens recolhidos dos 28 questionários abertos de forma individual. Os grupos obtidos foram mais tarde comparados, resolvendo-se as disputas. No final, procedeu-se à seleção de uma categorização ideal selecionando de ambas as listas os grupos que melhor representam a resposta. As taxas de concordância encontram-se incluídas na seguinte tabela.

Tabela 9 -Taxa de concordância intercotador nas categorias do estudo de Elicitação

Categoria	Nº de itens	Acordos (%)	Desacordos (%)
Vantagens	51	100	0
Desvantagens	69	94.20	5.80
Influências Pró-Criminais	33	84.84	15.15
Influências Pró-Sociais	130	92.31	7.69
Fatores Facilitadores	68	60.29	39.71
Obstáculos	68	82.35	17.65

Nota: O baixo nível de concordância obtido no grupo dos elementos facilitadores deve-se à diferença de abrangência entre categorias utilizadas por cada investigador.

As subcategorias finais foram as seguintes:

Tabela 10 -Categorias Estudo de Elicitação

Categoria	Subcategoria	%
Vantagens	Dinheiro	39.22
	Dinheiro para Droga	31.37
	Adrenalina	16.65
	Ficar com o objeto furtado	7.84
	Outro	3.92
Desvantagens	Ser Preso	40.58
	Desiludir/Perder a Família	15.94
	Ferir-se	15.94
	Ser Mal Visto pela Sociedade	5.80
	Prejudicar os Outros	5.80
	Perder Amigos	2.90
	Arrependimento	2.90
	Outros	10.14
Influências Pró-Criminais	Amigos do Meio	54.54
	Recetadores	12.12
	Colegas de Consumo	12.12
	Membro da Família	6.06
	Outros	3.03
	NSNR	12.12
Influências Pró-Sociais	Família	82.31
	Amigos fora do Meio	13
	Vizinhos	3.08
	Outros	3.08
	NSNR	1.54

Tabela 11 -Categorias estudo de Elicitação (continuação)

Categoria	Subcategoria	%
Fatores Facilitadores	Ferramentas	14.71
	Facilidade física de acesso aos bens	13.24
	Área Conhecida	10.30
	Armas	8.82
	Oportunidade	8.82
	Ausência de Pessoas	5.88
	Luvras/Mascara/Gorro	5.88
	Visibilidade do Objeto	5.88
	Estar Vigilante	4.41
	Estado Mental do Indivíduo	4.41
	Outros	10.29
	NSNR	7.35
Obstáculos	Pessoas a Assistir	30.88
	Vigilância	23.53
	Autoridades	19.12
	Ausência de Bens	4.41
	Elementos físicos que dificultam o acesso	2.94
	Vítimas Idosas	2.94
	Outros	13.24
	NSNR	2.94

Com esta análise concluída procedeu-se à conceção dos itens para o questionário relativo ao modelo TCP. Uma vez mais, este foi criado com recurso ao manual de aplicação do modelo (Francis et al., 2004). Para uma representação correta e global das crenças da população os autores, como já referido anteriormente, aconselham a inclusão de 75% de cada grupo de crenças na escala final. Tendo em conta esse princípio, o investigador procedeu à seleção das crenças mais frequente em cada grupo. As seleções finais encontram-se discriminadas na seguinte tabela.

Tabela 12 -Crenças seleccionadas

Crenças	Subcategoria seleccionada
Atitudes	Dinheiro Fácil
	Dinheiro para Droga
	Adrenalina
	Ficar com o objeto furtado
	Ser Preso
	Ferir-se
	Ser Mal Visto pela Sociedade
	Prejudicar os Outros
Norma Subjetiva	Amigos Pró-Criminais
	Recetadores
	Colegas de Consumo
	Família
	Amigos Pró-Normativos
Crenças de Controlo	Vizinhos
	Ferramentas
	Facilidade física de acesso aos bens
	Área Conhecida
	Armas
	Luvras/Mascara/Gorro
	Visibilidade do Objeto
	Estado Mental do Indivíduo
	Pessoas a Assistir
	Vigilância
	Autoridades

Depois de analisados os dados recolhidos na primeira fase desta investigação foi necessário ordena-los em itens no formato proposto pelo manual. É importante mencionar que as escalas de resposta com possibilidade de assumir valores negativos foram convertidas para valores positivos de forma a facilitar a compreensão dos itens. Depois de terminado a escala esta foi apresentada a dois investigadores de modo a recolher *feedback* acerca do mesmo. Posteriormente, o instrumento foi prétestado em formato de reflexão falada numa amostra de 4 reclusos seleccionados de acordo com os mesmos critérios dos restantes. Nesta fase, os itens foram lidos em voz alta aos participantes, sendo-lhes, posteriormente requerido que reformulassem as questões de forma a perceber se os mesmos compreendiam o que lhes era pedido. Qualquer dificuldade encontrada foi posteriormente anotada e corrigida.

De forma sumária, as alterações mais preponderantes foram as seguintes: alteração do número de itens de resposta de 7 para 5 devido às dificuldades percebidas em selecionar uma resposta entre a grande diversidade de opções; criação de 3 itens novos de avaliação de intenções, resultado da pouca variância esperada para os anteriores itens (itens 51 a 56); alteração dos valores máximo e mínimo das avaliações de valor do grupo das atitudes de Extremamente Indesejável/Extremamente Desejável para Pouco Desejável/Muito Desejável devido às dificuldades de compreensão que estas suscitavam; separação das questões relativas à toxicodependência; alteração do termo ferir-me para magoar-me e do termo aprovar para a opinião devido a dificuldades de compreensão; inclusão de exemplos nos respetivos enunciados de forma a facilitar a compreensão; alteração da formulação dos itens 29 a 39 acrescentando-se quão provável é antes de cada questão de modo a ajudar na compreensão dos mesmos; inclusão do item 39 e 50 sobre o estado de ressaca depois de um debate entre investigadores relativamente à pertinência dos mesmos.

Depois de concluídas as correções necessárias, iniciou-se a última fase da investigação, onde se administraram a Escala do Comportamento Planeado e a TriPM em formato de autopreenchimento em grupos que oscilavam de 2 a 5 participantes. Cada sessão demorou sensivelmente 30 minutos dependendo das competências de leitura de cada participante. É importante referir que todas as dúvidas que surgiram no âmbito do preenchimento foram solucionadas, incentivando-se este comportamento no caso de algum tipo de dificuldade nas respostas. Os dados biográficos foram recolhidos posteriormente com recurso aos processos individuais de cada participante.

2.6 Procedimentos para análise de dados

Os dados das escalas, posteriormente à sua administração, foram inseridos numa base de dados criada no *software* Microsoft Excel, sendo depois importada para o *software* estatístico IBM SPSS Statistics 20 (IBM Corp). Foram criadas diversas *sintaxes* para a preparação da base de dados final, para o *screening* e para o tratamento dos dados.

2.6.1 Screening

O processo de *screening* e validação da base de dados teve como objetivo uniformizar e preparar a base de dados para uma análise mais coerente, de forma a adequar as variáveis ao tratamento estatístico pretendido e a aproveitar a informação de todos os participantes. Neste âmbito procedeu-se à correção de *outliers* e imputação de *missing values*. Relativamente ao

primeiro procedimento, foram criados *zscores* para as variáveis respeitantes às escalas e, depois de analisados, foram corrigidos todos os valores que ultrapassassem 3.29 desvios padrão da média. Estes valores foram sendo progressivamente reduzidos até todos estes se encontrarem dentro deste valor. É fundamental dizer que esta abordagem foi usada uma vez que não havia grande percentagem de valores extremos na amostra (<20%). No que toca ao processo de imputação de *missing values* procedeu-se ao *Little's MCAR (missed completely at random) test* de forma a perceber se os dados omissos surgiam de forma completamente aleatória. Como tal se comprovou, foi possível imputar os valores de acordo com a média de cada subescala de acordo com o método *expectation-maximization* (Dempster, Laird & Rubin, 1977).

2.6.2 Estatística Descritiva

Recorreu-se a análises de estatística descritiva como método para caracterizar a amostra num conjunto de variáveis de interesse. Com esse objetivo, fez-se uso de medidas de tendência central, como o caso da média e medidas de dispersão, nomeadamente o desvio padrão. No caso das variáveis categóricas, recorreu-se sobretudo a uma descrição por frequência.

2.6.3 Análise fatorial

Na tentativa de estudar a uni vs. multidimensionalidade dos itens constituintes de cada uma das escalas contribuintes para o modelo de comportamento planeado (Atitudes, Norma Subjetiva, Crenças de Controlo) realizaram-se análises fatoriais com os itens de cada escala. Para cada um dos grupos de itens realizou-se uma análise fatorial, utilizando o método do *screen plot* para decidir o número de fatores a reter. No sentido de procurar ortogonalidade entre fatores, quando extraídas duas ou mais dimensões, utilizou-se o método de rotação Varimax para analisar a saturação dos itens em cada dimensão.

Relativamente aos itens relativos às Atitudes (dinheiro fácil, dinheiro para a droga, adrenalina, ser mal visto pela sociedade, magoar-se, prejudicar os outros, ficar com o objeto furtado e ser preso), verificou-se que todos os itens saturam numa única dimensão, que explica 32.59% da variância presente nos itens.

Relativamente aos itens respeitantes à Norma Subjetiva, foram extraídos dois fatores. O primeiro fator, explicando 28.67% da variância inclui os itens família, vizinhos e amigos pró normativos, tendo sido denominado Norma Subjetiva Afetiva. O segundo fator explica

20.63% da variância e inclui os itens amigos pró criminais e colegas do consumo e foi denominado de Norma Subjetiva Anti Normativa.

Relativamente aos itens pertencentes ao grupo do Controlo Comportamental Percebido, foram extraídos dois fatores. O primeiro, explicando 27.40% da variância foi denominado Controlo Comportamental Volitivo, e inclui os itens uso de luvas, mascaras e gorros, o uso de armas, o conhecimento do local e o uso de ferramentas (todos eles elementos dependentes da vontade do sujeito). O segundo fator, explicando da variância 17.36%, foi denominado de Controlo Comportamental Percebido sobre Vigilância e é constituído pelos itens presença de pessoas no local, existência de mecanismos de CCTV e Alarmes e presença de autoridades no local. Note-se que devido à estrutura fatorial dos grupos, passamos de três potenciais preditores dimensionais de intenção para cinco (com as dimensões Norma Subjetiva e Crenças de Controlo a desdobrarem-se em duas subdimensões).

2.6.4 Estudos de associação e poder preditivo

No que toca às relações estabelecidas entre as variáveis é fundamental referir que, recorrendo à visualização gráfica das distribuições se verificou que as variáveis seguem uma distribuição normal, recorrendo-se a testes estatísticos paramétricos, nomeadamente ao coeficiente de correlação de Pearson. Esta medida de associação varia entre -1 e 1 sendo que as correlações são tanto mais fortes quanto mais próximas se encontrarem de -1 ou 1 (as correlações próximas de 0 são, portanto as mais fracas). Para todos os procedimentos inferenciais foi utilizado um valor de significância de $p = .05$.

O peso de cada variável independente na predição da intenção de reincidir foi calculado utilizando modelos de regressão linear. O efeito da psicopatia no número de crimes detetados pelo sistema de justiça foi também analisando recorrendo-se a modelos de regressão. Contudo, dada a ausência de normalidade da variável dependente e a natureza censurada deste tipo de dados, recorreu-se a modelos de regressão Tobit (Amemiya, 1973). Todas as estatísticas foram realizadas em SPSS, versão 20 (IBM Corp), recorrendo-se ao módulo de regressão Tobit do software R (R Development Core Team, 2011).

CAPÍTULO III

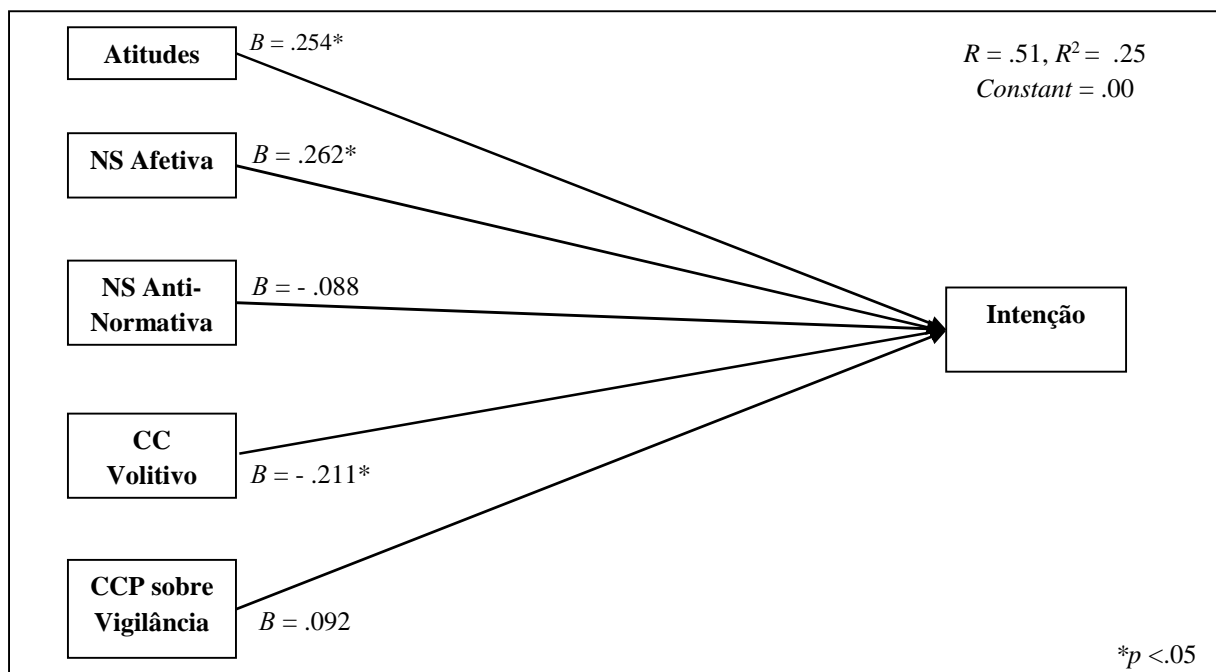
ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS)

1. A Teoria do Comportamento Planeado

1.1 Modelo de Comportamento Planeado

O poder de cada um dos cinco elementos resultantes da análise fatorial na predição da intenção de delinquir foi analisado através de um modelo de regressão linear múltipla. Os resultados são apresentados na figura 2.

Figura 2 -Modelo do Comportamento Planeado em crimes aquisitivos



Como é possível de se verificar pelo esquema anterior, o modelo em estudo explica 25.1% da variância da intenção. As atitudes face ao comportamento de furto/roubo, a Norma Subjetiva Afetiva e as Crenças de Controlo Volitivo são preditores significativos da intenção comportamental. Ao decompor o modelo, é possível verificar-se que as atitudes face ao comportamento de furto/roubo explicam a variação das intenções de furtar/roubar num sentido positivo, ou seja, o aumento das atitudes face ao crime representa, igualmente, um acréscimo na intenção de roubar/furtar. Por sua vez, a norma subjetiva afetiva, ou seja, a opinião dos familiares, amigos pró normativos e vizinhos, prevê as intenções com $\beta = .262$. A

direção desta relação demonstra que, as intenções de roubar/furtar variam positivamente de acordo com o valor e o sentido da opinião dos núcleos interpessoais pró normativos. Relativamente à variável do controlo comportamental volitivo verifica-se que, também esta contribui para a predição das intenções criminais. Todavia, esta apresenta uma relação inversa com a variável dependente, sendo que, quando este elemento do controlo comportamental aumenta, as intenções de delinquir diminuem e vice-versa. Estes valores demonstram que, quando o sujeito tem maior cuidado para controlar aquilo que está ao seu alcance as intenções de delinquir aumentam. É importante referir que as intenções criminais não se encontram relacionadas com o histórico criminal.

1.2 Modelo do Comportamento Planeado e Dados Sociodemográficos

No sentido de compreender o possível efeito das variáveis sociodemográficas no modelo, a análise anterior foi repetida, incluindo-se idade dos participantes, as habilitações literárias, e o seu histórico de consumos pesados no modelo como covariantes. Os efeitos originais das variáveis independentes da teoria do comportamento planeado mantêm os valores de significância e sensivelmente o mesmo peso.

1.3 Modelo do Comportamento Planeado e Componentes do Modelo triárquico da Psicopatia

A fim de averiguar a influência que os elementos do modelo triárquico da psicopatia têm sobre a intenção comportamental procedeu-se à inclusão dos seus três componentes na regressão. Os resultados são apresentados na tabela 13:

Tabela 13 -Impacto da Ousadia, Malvadez e Desinibição

Variável	β	p
<u>Constant</u>		.354
Atitudes	.227	.026
NS Afetiva	.196	.054
NS Anti Normativa	-.102	.293
CC Volitivo	-.162	.094
CCP sobre Vigilância	.071	.479
Ousadia	.092	.384
Malvadez	.114	.247
Desinibição	.162	.089

Nota: $R = .545$, $R^2 = .297$

Quando se adiciona os elementos do modelo triárquico ao modelo, nenhuma das componentes é preditor significativo da intenção, apesar da contribuição da desinibição ser marginalmente significativa.

Dada a contribuição marginal dos componentes e da direção consistente das associações, testou-se se a inclusão da psicopatia enquanto constructo unidimensional contribuiria significativamente para a intenção, para além dos elementos descritos pela TCP (Tabela 14).

Tabela 14 -Impacto da Psicopatia

Variável	β	p
<u>Constant</u>		.346
Atitudes	.224	.025
NS Afetiva	.192	.052
NS Anti Normativa	-.099	.299
CC Volitivo	-.160	.094
CCP sobre Vigilância	.071	.470
Psicopatia	.241	.018

Nota: $R = .544$, $R^2 = .296$

Com a entrada desta nova variável no modelo estatístico é possível verificar que, apesar de se perder a significância das crenças de controlo sobre vigilância, e da variável da norma subjetiva afetiva se tornar marginalmente significativa, o impacto da psicopatia torna-se não só significativo, como mais forte que a associação entre atitudes e intenções. Segundo estes dados, o aumento da psicopatia total provocará um incremento nas intenções criminais. Comparando este com o modelo original, verifica-se que o efeito das atitudes é o único que se mantém.

2. Ousadia, Malvadez, Desinibição, Psicopatia e os elementos da Teoria do Comportamento Planeado

Nesta secção caracterizam-se, de forma exploratória, as associações entre as variáveis envolvidas no TCP (tanto independentes como dependentes) e as componentes do modelo triárquico da Psicopatia. Para tal utilizaram-se correlações produto momento de Pearson.

Tabela 15 - Correlação entre ousadia, malvadez, desinibição e psicopatia e os elementos do Modelo do Comportamento Planeado

Elementos TCP	Ousadia	Malvadez	Desinibição	Psicopatia
Atitudes	.141	.265**	.091	.245*
NS Afetiva	.256*	.364**	.133	.367**
NS Anti Normativa	.120	.070	.108	.150
CC Volitivo	-.108	-.251*	-.162	-.267**
CCP sobre Vigilância	.258*	.244*	-.016	.218*
Intenção	.233*	.343**	.236*	.410**

Nota: *p < 0.05, **p < 0.01

Conforme se pode verificar na tabela 15, a ousadia está associada positivamente à componente afetiva da norma subjetiva, crenças de controlo sobre a vigilância e a intenção. A malvadez encontra-se correlacionada positivamente com as crenças comportamentais, com a componente afetiva da norma subjetiva e com as crenças de controlo percebido sobre a vigilância. A malvadez também se encontra negativamente relacionada com a componente volitiva do controlo comportamental. Por sua vez, a desinibição apenas se associa, em sentido positivo, com a intenção criminal. Por último, a psicopatia encontra-se positivamente correlacionada com a componente das atitudes, com a componente afetiva da norma subjetiva e com as intenções. Para além disso, encontra-se inversamente relacionada com o controlo comportamental volitivo.

3. Psicopatia e Elementos Expectativa/Valor

Dadas as relações encontradas entre as componentes do modelo triárquico e os elementos da TCP, será uma questão de investigação interessante compreender se estas associações se traduzem por relações entre a componente expectativa ou a componente de valor para cada um dos itens que contribuem as escalas.

3.2 Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatia e a Expetativa face às crenças comportamentais (Atitudes)

A seguinte tabela apresenta as associações entre a ousadia, a malvadez, a desinibição, a psicopatia e as expectativas relativas a cada uma das crenças que subjazem às atitudes na presente investigação.

Tabela 16 - Correlação entre ousadia, malvadez, desinibição e psicopatia e a expetativa face às crenças comportamentais

Crenças	Ousadia	Malvadez	Desinibição	Psicopatia
Se eu cometer furtos poderei <u>usar os objetos furtados</u>	.022	-.018	-.024	-.014
Se eu cometer furtos irei <u>prejudicar os outros</u>	-.293**	-.251*	-.030	-.264**
Se eu cometer furtos voltarei a <u>ser preso</u>	-.314**	-.237*	.065	-.208*
Se eu cometer furtos sentirei <u>adrenalina</u>	.269**	.312**	.133	.346**
Se eu cometer furtos ganharei <u>dinheiro fácil</u>	.013	.151	.133	.161
Se eu cometer furtos ficarei <u>mal visto pela sociedade</u>	-.317**	-.131	.051	-.165
Se eu cometer furtos poderei <u>magoar-me</u>	-.173	-.184	.059	-.126
Se eu cometer furtos ganharei <u>dinheiro para a droga</u>	-.181	-.092	.098	-.061

Nota: *p < 0.05, **p < 0.01

Efetivamente existe uma relação negativa entre a ousadia e a expectativa de prejudicar os outros, de ser preso, e de ficar mal visto pela sociedade. Surge igualmente uma relação positiva entre a expectativa de sentir adrenalina. Relativamente à malvadez é evidente uma associação negativa com a crença relativa à expectativa de prejudicar os outros e de ser preso e uma relação positiva com a expectativa de sentir adrenalina. No que toca à desinibição, não há qualquer relação significativa relativa à expectativa das crenças comportamentais. Por último, relativamente à psicopatia é notória uma correlação negativa entre a expectativa prejudicar os outros e de ser preso. Existe igualmente uma interação num sentido positivo com a expectativa de sentir adrenalina no cometimento de furtos.

3.3 Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatia e o Valor atribuído às crenças comportamentais (Atitudes)

Na tabela seguinte apresentam-se as correlações entre a ousadia, a malvadez, a desinibição, a psicopatia e o valor percebido para cada crença comportamental face ao crime de furto/roubo.

Tabela 17 - Correlação entre ousadia, malvadez, desinibição e psicopatia e o valor atribuído às crenças comportamentais

Crenças	Ousadia	Malvadez	Desinibição	Psicopatia
<u>Usar os objetos furtados</u> é pouco/muito desejável	-.004	.161	.116	.148
<u>Prejudicar os outros</u> é pouco/muito desejável	.103	.157	.023	.135
<u>Ser preso</u> é pouco/muito desejável	.068	.022	-.071	-.004
<u>Sentir adrenalina</u> é pouco/muito desejável	.394**	.357**	-.071	.455**
<u>Ganhar dinheiro face</u> é pouco/muito desejável	.071	.268**	.066	.202*
<u>Ficar mal visto pela sociedade</u> é pouco/muito desejável	-.027	-.013	.068	.024
<u>Magoar-me</u> é pouco/muito desejável	-.038	.122	.122	.118
<u>Ganhar dinheiro para a droga</u> é pouco/muito desejável	-.133	.106	.073	.041

Nota: *p < 0.05, **p < 0.01

De acordo com a tabela é possível observar que existe uma relação positiva entre a ousadia e o peso da crença relativa a sentir adrenalina. É, igualmente evidente uma correlação positiva entre a malvadez e o valor das crenças relativas a sentir adrenalina e a ganhar dinheiro fácil. O elemento da desinibição não se encontra significativamente correlacionado com nenhuma variável. Por último, é notória uma associação, num sentido positivo entre a psicopatia e a desejabilidade relativa à crença acerca de sentir adrenalina e ganhar dinheiro fácil.

3.4 Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatia e a Expetativa face às crenças normativas (Norma Subjetiva)

Depois de estudadas as crenças subjacentes às atitudes, importa perceber as relações existentes entre a ousadia, a malvadez, a desinibição, a psicopatia e as expetativas percebidas no núcleo da influência normativa de grupos. Recorrendo à tabela seguinte será possível perceber que relações existem entre estes elementos e a expetativa percebida acerca das crenças normativas face ao crime de furto/roubo.

Tabela 18 - Correlação entre ousadia, malvadez, desinibição, psicopatia e a expetativa face às crenças normativas

Crenças	Ousadia	Malvadez	Desinibição	Psicopatia
A <u>minha família</u> acha que eu não devo/devo furtar	.074	.147	.068	.154
Os <u>meus vizinhos</u> acham que eu não devo/devo furtar	.100	.172	.151	.218*
Os <u>meus amigos que não furtam</u> acham que eu não devo/devo furtar	.183	-.132	.035	.162
Os <u>meus amigos que consomem droga</u> acham que eu não devo/devo furtar	.061	-.039	.101	.069
Os <u>meus amigos que furtam</u> acham que eu não devo/devo furtar	.209*	.104	.199	.259*
As <u>peessoas que compram bens furtados</u> acham que eu não devo/devo furtar	.020	-.110	.082	.004

Nota: * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$

Verifica-se uma correlação positiva entre ousadia e a expetativa percebida da opinião dos amigos que furtam face ao crime. Não se verificam quaisquer relações significativas entre estas crenças e a malvadez e a desinibição. Por último, existe uma correlação positiva entre a psicopatia e a crença relativa à opinião dos amigos que furtam e dos vizinhos.

3.5 Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatia e o Valor atribuído às crenças normativas (Norma Subjetiva)

A seguinte tabela discrimina as correlações existentes entre a ousadia, a malvadez, a desinibição, a psicopatia e o valor atribuído aos diversos grupos de impacto.

Tabela 19 - Correlação entre ousadia, malvadez, desinibição e psicopatia e o valor atribuído à opinião dos diferentes grupos

Crenças	Ousadia	Malvadez	Desinibição	Psicopatia
A opinião da <u>minha família</u> é nada/muito importante para mim	-.111	-.180	-.083	-.185
A opinião dos <u>meus vizinhos</u> é nada/muito importante para mim	-.273**	-.245*	-.073	-.279**
A opinião dos <u>meus amigos que não furtam</u> é nada/muito importante para mim	.092	-.344**	-.074	-.253*
A opinião dos <u>meus amigos que consomem droga</u> é nada/muito importante para mim	.106	.138	.125	.188
A opinião dos <u>meus amigos que furtam</u> é nada/muito importante para mim	.133	.291**	.108	.264**
A opinião das <u>pessoas que compram bens furtados</u> é nada/muito importante para mim	.171	.250*	.000	.194

Nota: * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$

Ao observar os dados apresentados na tabela anterior é possível verificar uma correlação inversa entre a ousadia e o peso da opinião dos vizinhos. Seguidamente, são evidentes correlações negativas entre a malvadez e o valor da opinião dos vizinhos e dos pares pró-normativos. Esta variável também se encontra positivamente correlacionada com o peso da opinião dos pares anti normativos e dos recetadores. A desinibição não se encontra correlacionado com nenhuma das crenças apresentadas nas tabelas. Em último lugar, a psicopatia surge negativamente relacionada com o peso da opinião dos vizinhos e dos amigos que não furtam e positivamente relacionada com o peso da opinião dos amigos que furtam.

3.6 Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatia e a Expetativa face às crenças de controlo (Controlo Comportamental Percebido)

Por último, importa perceber de que forma a ousadia, a malvadez, a desinibição e a psicopatia unitária interagem com o controlo comportamental percebido, quer a nível da expetativa, quer a nível da importância, ou valor que as diversas crenças assumem para o indivíduo. Na tabela seguinte discriminam-se as relações entre estes núcleos da psicopatia e as *várias crenças de controlo* face ao comportamento criminal de furto/roubo.

Tabela 20 - Correlação entre ousadia, malvadez, desinibição e psicopatia e a expetativa face às crenças de controlo

Crenças	Ousadia	Malvadez	Desinibição	Psicopatia
Quão provável é <u>haver vigilância</u> (camaras, alarmes, cães) no local que vou furtar	.162	.031	.124	.158
Quão provável é <u>haver autoridades</u> (polícia, carros patrulha, guardas noturnos) no local que vou furtar	.026	-.079	.181	.081
Quão provável é <u>haver pessoas</u> no local que vou furtar	.078	-.004	.106	.095
Quão provável é <u>não ter comigo ferramentas</u> (chaves de fendas, pés de cabra, velas) quando vou furtar	-.130	-.086	-.226*	-.264*
Quão provável é <u>não conhecer no local</u> onde vou furtar	-.170	-.143	-.259*	-.299**
Quão provável é <u>não ter comigo armas</u> (pistolas, facas) quando vou furtar	-.368**	-.323**	-.207*	-.438**
Quão provável é <u>não ter comigo luvas, mascaras ou gorros</u> quando vou furtar	-.408**	-.215*	-.033	-.296**
Quão provável é <u>ter acesso difícil</u> aos bens que quero furtar	.152	-.188	.057	.005
Quão provável é <u>o objeto que quero furtar não estar à vista</u>	.003	-.158	-.244*	-.255*
Quão provável é <u>estar nervoso ou stressado</u> quando vou furtar	-.353**	-.214*	.055	-.219*
Quão provável é <u>não estar a ressacar</u> quando vou furtar	.230*	.202*	-.360**	-.024*

Nota: * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$

Observando a tabela, são evidentes relações negativas entre a ousadia e as expetativas face a não ter armas, não usar mecanismos de ocultação de identidade, estar nervoso e stressado e uma correlação no sentido positivo relativamente a não estar a ressacar no âmbito do furto/roubo. São igualmente evidentes relações no sentido inverso entre a malvadez e a expetativa face ao não uso de armas, ao não uso de mecanismos de ocultação de identidade e ao facto de estar nervoso e stressado; existe também uma correlação positiva entre este elemento e a probabilidade percebida de estar a ressacar no momento do furto. Relativamente à desinibição surgem correlações inversas com a expetativa face a não levar ferramentas, a não conhecer o local, a não levar arma, à não visibilidade do objeto de desejo e relativamente a não estar a ressacar no momento do crime. Por último, são também notórias relações inversas entre a psicopatia e não levar ferramentas, não conhecer o local, não levar arma, não levar materiais de ocultação de identidade, à não visibilidade do objeto de desejo e relativamente a não estar a ressacar.

3.7 Ousadia, Malvadez, Desinibição e Psicopatia e o Valor atribuído às crenças de controlo (Controlo Comportamental Percebido)

A seguinte tabela discrimina as correlações existentes entre a ousadia, a malvadez, a desinibição e a psicopatia e o valor atribuído às diversas crenças normativas.

Tabela 21 - Correlação entre ousadia, malvadez, desinibição e psicopatia e o peso dos elementos de controlo no comportamento

Crenças	Ousadia	Malvadez	Desinibição	Psicopatia
Quando <u>há algum tipo de vigilância</u> (Camaras, alarmes, cães) no local é menos/mais provável eu furtar	.322**	.206*	.117	.307**
Quando <u>há pessoas no local</u> é menos/mais provável eu furtar	.193	.236*	.198	.317**
Quando <u>há autoridades</u> (polícia, carros patrulha, guardas noturnos) no local é menos/mais provável eu furtar	.089	.116	.087	.147
Quando tenho <u>não consigo ferramentas</u> (chaves de fendas, pés de cabra, velas) é menos/mais provável eu furtar	-.046	-.083	-.128	-.138
Quando tenho <u>acesso difícil aos bens</u> que quero furtar é menos/mais provável eu furtar	.086	.175	.274**	.288**
Quando <u>não conheço o local onde vou furtar</u> é menos/mais provável eu furtar	-.072	-.225*	.007	-.137
Quando <u>não tenho consigo armas</u> (pistolas, facas) é menos/mais provável eu furtar	-.272**	-.287**	-.208*	-.381**
Quando <u>não tenho consigo luvas, mascaras ou gorros</u> é menos/mais provável eu furtar	-.272**	-.154	-.088	-.242*
Quando o <u>bem que eu quero furtar não está à vista</u> é menos/mais provável eu furtar	.200*	.288**	.265**	.387**
Quando <u>me encontro nervoso ou stressado</u> é menos/mais provável eu furtar	-.160	.197	.259*	.188
Quando <u>não me encontro a ressacar</u> é menos/mais provável eu furtar	.105	.087	-.316**	-.106

Nota: * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$

Ao estudar a tabela, é possível observar a existência de correlações positivas entre a ousadia e o peso das crenças relativas à presença de vigilância e à visibilidade do objeto. São igualmente verificáveis relações inversas entre este elemento da psicopatia e o valor do não uso de armas e de matérias de ocultação de identidade aquando de um furto. Relativamente à malvadez, esta encontra-se positivamente relacionada com o peso que a existência de vigilância, a presença de pessoas no local, e a visibilidade do objeto de desejo têm para o processo de tomada de decisão. A malvadez também se encontra inversamente relacionada com o não uso de armas. Por sua vez, o elemento da desinibição surge positivamente relacionado com o valor atribuído à acessibilidade e à visibilidade ao objeto de desejo, assim como ao estado de ansiedade no momento do furto; e negativamente correlacionado com o peso que não levar arma e não estar num estado de abstinência de substâncias tem para a decisão de furtar. Em último lugar, a psicopatia global encontra-se positivamente relacionada com o valor que a existência de vigilância, a presença de pessoas no local, a acessibilidade e à visibilidade ao objeto possuem para a decisão. A psicopatia surge igualmente relacionada, num sentido inverso com o peso do não uso de armas e de matérias de ocultação de identidade aquando de um furto.

CAPÍTULO IV

DISCUSSÃO

O presente trabalho teve como principal objetivo explorar a aplicabilidade do Modelo do Comportamento Planeado no contexto do estudo das intenções criminais de furtos e roubos. De igual modo, pretendeu-se estudar a forma como o Modelo Triárquico da Psicopatia se associa com os diversos elementos básicos da teoria e de que forma é que os níveis de ousadia, malvadez e desinibição se relacionam com as intenções face ao crime. Para atingir este objetivo foi construído um instrumento de avaliação das intenções comportamentais, baseado na TCP, tendo sido aplicado, juntamente com uma escala de psicopatia, a uma amostra de 97 reclusos de dois estabelecimentos prisionais da zona norte (estabelecimento prisional de Santa Cruz do Bispo e estabelecimento prisional de Paços de Ferreira).

Inicialmente, afigura-se importante uma breve discussão acerca dos dados obtidos no estudo de Elicitação. A vantagem que surge mais frequentemente mencionada é o dinheiro que advém da atividade criminal. Este dinheiro poderá ter varias finalidades já mencionadas anteriormente, uma das mais evidentes sendo os consumos de drogas. Analisando este achado é notório que a primeira grande motivação para roubar passa pelos rendimentos que daqui advém (Bennet & Wright, 1996). A segunda vantagem mais frequente é, a sensação de adrenalina. A frequência com que a questão da adrenalina foi levantada é, efetivamente interessante, uma vez que, autores, como Zuckerman (2009) e Eysenk (1990) descobriram relações fortes entre a busca de sensação e adrenalina no âmbito de traços de personalidade específicos que, muitas das vezes se encontram associados ao comportamento criminal.

Por sua vez, a desvantagem mais mencionada é a prisão. Este resultado pode advir do facto de a amostra ser composta exclusivamente por reclusos, e que portanto, se encontram em permanente contacto com as consequências da reclusão. Nesta secção é também mencionada a questão do prejuízo para a família, contudo, esta desvantagem acaba por surgir com mais frequência como consequência da constrição de liberdade que caracteriza a pena de prisão. Esta de facto poderia ser antecipada como uma limitação do estudo, no sentido em que seria interessante estudar se os padrões encontrados na presente amostra se generalizariam a uma amostra de ex-reclusos em liberdade ou em populações não forenses, com diversos níveis de psicopatia. Com a mesma frequência surge, igualmente, o perigo de ferimentos no âmbito do furto, uma desvantagem com um carácter puramente individualista. Estes achados permitem orientar as intervenções, de modo a focaliza-las onde sejam mais necessárias de forma a haver

uma terapia mais eficaz na reforma e tratamento do comportamento criminal (Andrews & Dowden, 2007).

Como influência pró criminal, o grupo mais frequentemente mencionado são os pares antissociais, seguidos pelos recetadores e colegas de consumo. Este achado vai de encontro ao referido pela literatura sobre pressão de pares, na medida em que os participantes veem estes grupos como influências antissociais. Contudo, ao atentar nos resultados é possível observar diferenças a nível de traços de personalidade no que diz respeito ao peso destes grupos para o processo de tomada de decisão. Esta conclusão implica que a influência de pares seja preponderante tanto como fator individual como em interação com determinadas características da personalidade. Deste modo, a relação entre criminalidade e pressão de pares antissociais atua quer num sentido de socialização por pares, quer num sentido de seleção de pares com comportamentos semelhantes (Monohan, Steinberg & Cauffman, 2009).

Por último, importa discutir as desvantagens/facilitadores para a tomada de decisão no furto. As pessoas a assistir surgem com maior frequência, seguido pelos mecanismos de vigilância e a presença de autoridades, no âmbito dos elementos dissuasores. Já no que toca aos elementos facilitadores são evidentes o uso de ferramentas, seguido pela acessibilidade aos bens, e a familiaridade do local. Estes elementos poderão ser analisados à luz dos modelos da prevenção situacional. Através destes resultados, será possível mostrar que a existência de determinados obstáculos poderão, efetivamente, pesar no processo de tomada de decisão criminal, podendo mesmo dissuadir o individuo relativamente ao comportamento (Clarke, 1997). Contudo, como observável nos resultados obtidos no presente estudo, a suscetibilidade relativa a alguns destes dificultadores dependerá de determinados traços de personalidade. Deste modo, será igualmente possível verificar que elementos de prevenção situacional são mais eficazes.

Testando os elementos que conjugam o modelo do comportamento planeado como preditores da intenção de furtar/roubar conclui-se que as atitudes, a norma subjetiva afetiva e o controlo volitivo face ao comportamento criminal explicam 25.1% da variância das intenções criminais. O elemento com mais peso no modelo, no contexto da presente investigação é a norma subjetiva afetiva, seguido pelas atitudes, e, por último, pelo controlo percebido. Estes dados permitem concluir que existem outras variáveis concorrentes que poderiam contribuir para as intenções criminais. Quando comparados estes resultados com os dados recolhidos por Beck e Ajzen (1991), num estudo sobre comportamento desonesto, são notórias as diferenças. Na verdade, estes autores verificaram uma contribuição mais forte no

elemento do controlo ($B=.46$) e das atitudes ($B=.44$) para a explicação da variância nas intenções face aos furtos em lojas (*shoplifting*). Por outro lado, a contribuição do elemento da norma não foi significativo. O modelo em si explica a variância da intenção de furto em 62 a 69% (Beck & Ajzen, 1991). É, contudo, de referir que a amostra utilizada nesta investigação é composta por alunos universitários, o que poderá contribuir para a discrepância nos resultados.

É interessante atentar para o facto de que o peso de cada um dos elementos do modelo é mais ou menos semelhante, o que implica que, na tomada de decisão de cometer um crime, estes fatores contribuem igualmente para a intenção. Isto não implica que não haja variação no peso destas crenças de indivíduo para indivíduo.

Outro dado importante é a ausência de correlação entre a intenção criminal e o comportamento criminal passado. Efetivamente, de acordo com Ajzen (1991) existe uma relação muito próxima entre as intenções face a um comportamento e a probabilidade do indivíduo incorrer nesse mesmo comportamento. Ao mesmo tempo, de acordo com o reiterado por Bonta e Andrews (2006) um dos mais fieis preditores do comportamento criminal futuro é o comportamento criminal passado, sendo este considerado como parte dos Big Five. Seria de esperar que surgisse nos resultados, algum tipo de relação entre as intenções criminais auto relatadas e o histórico criminal registado nos processos individuais dos reclusos. Todavia, isto não acontece. Tal pode ser explicado pelas cifras negras características deste tipo de registo oficial, na medida em que, muitos dos crimes perpetrados pelos indivíduos poderão não ter sido registados. Outro possível motivo, passa pela tendência para desejabilidade social. Efetivamente, o item responsável pela avaliação das intenções criminais poderá ser visto como potencialmente evasivo, levando os indivíduos a mentir. De facto, apesar da reiteração da confidencialidade que pauta o estudo, é possível, devido à natureza comprometedora dos itens, que existam alguns problemas no que toca à estimação das intenções criminais. Contudo, a inclusão de uma escala do tipo analógico configurou uma mais-valia para o estudo, na medida em que, com os anteriores itens de medição de intenção, não existia variância nas respostas.

Será igualmente interessante mencionar as associações entre a psicopatia e os elementos do modelo TCP. De facto, é evidente que, com a entrada desta variável no modelo, há um acréscimo da variância explicada por este, apresentado um aumento de 4.5%. Todavia, apesar de a psicopatia contribuir em $B=.241$ para a variância das intenções, a variância explicada quer pelo controlo quer pela norma subjetiva perde a significância estatística. Esta alteração

poderá implicar diferentes interações entre os elementos em estudo, nomeadamente uma relação de mediação entre este conjunto de traços de personalidade e algum dos elementos do modelo. Efetivamente, os elementos da psicopatia encontram-se positivamente correlacionados com as intenções criminais assim como com algumas das variáveis independentes da TCP, indiciando uma possível relação neste sentido. Contudo, não houve tempo útil para explorar a fundo destes possíveis modelos, optando por apenas estudar a teoria na sua estrutura mais básica.

Importa agora discutir as associações detetadas entre as subescalas da psicopatia e os elementos do comportamento planeado.

Efetivamente, focando a atenção na relação entre a malvadez e as atitudes, é notória uma associação positiva. Esta associação indica que os participantes com níveis superiores desta dimensão têm mais atitudes pró criminais. Ao subdividir as atitudes nas componentes expectativa/valor são claros os seguintes resultados: estes indivíduos percebem as consequências negativas do crime como menos prováveis de acontecer (prejudicar os outros, ser preso, magoar-se, ficar mal visto pela sociedade) e as vantagens como mais prováveis (adrenalina, dinheiro fácil). Para além desta relação, também é notório que os participantes com maior malvadez atribuem maior valor a algumas das possíveis consequências positivas do comportamento de furto (nomeadamente adrenalina e o dinheiro fácil, apesar de as restantes crenças também terem algum peso), não havendo relação entre o valor das desvantagens e esta componente da psicopatia. Deste modo, estes indivíduos percebem o crime como um comportamento com mais benefícios do que prejuízos. Estes achados vão ao encontro do postulado por Patrick e colegas (2009); efetivamente, a malvadez é o traço psicopático com maior associação ao crime.

Esta mesma tendência surge com a ousadia. Efetivamente, também é verificável a associação com a construção de expectativas, contudo, o grande peso de influência das atitudes nos indivíduos de alta ousadia, não surge da crença relativa ao dinheiro fácil, mas sim do impacto da adrenalina na decisão de furtar. Este achado vai de encontro ao já mencionado anteriormente. De facto, a maior valorização da ativação emocional é uma característica recorrentemente descrita em indivíduos considerados criminosos reincidentes. Tal valoração figura proeminentemente em teorias como a da hipo ativação na relação com a extroversão e crime (Eysenck, 1990) ou da busca de sensações (Zuckerman, 2009). No nosso quadro em particular, é interessante notar que esta valoração surge associada à malvadez e ousadia, características à qual subjaz etiologicalamente o baixo medo, que, mais uma vez, é

classicamente associado à baixa ativação em repouso (Raine, 1997). Relativamente à desinibição, não se verifica qualquer relação com as atitudes pró criminais. O que poderá indicar que os furtos cometidos em indivíduos mais desinibidos não se baseiam tanto em processos de escolha, mas antes em défices no controlo de impulsos, característica típica destes indivíduos; crimes de carácter oportunista (Patrick et al., 2009).

Analisando a associação entre a ousadia e os elementos da TCP, é evidente uma única correlação com o grupo de crenças da norma subjetiva afetiva. Esta associação indica que este fator influencia estes indivíduos num sentido pró-criminal. Ao decompor os elementos nas suas respetivas componentes de expectativa e valor são de salientar os seguintes resultados: não existe relação entre a expectativa relativa aos grupos considerados pró-normativos (família, vizinhos, amigos fora do meio) e os elementos da psicopatia, o que implica que a opinião percebida na norma subjetiva afetiva se mantém constante, contudo, há uma relação inversa entre os níveis de ousadia e o valor da opinião destes grupos, implicando um menor peso destes no processo de tomada de decisão de indivíduos com valores mais elevados deste traço. Este achado poderá ser interpretado pelo facto dos indivíduos com níveis elevados de ousadia serem tendencialmente individualistas e muito seguras de si, desvalorizando a opinião dos outros no âmbito do próprio processo de tomada de decisão (Patrick et al., 2009).

O mesmo se passa no grupo com elevados valores de malvadez; apesar da inexistência de associações com a expectativa, o valor dos diferentes elementos enquanto fonte de pressão social encontra-se negativamente correlacionado com o nível de malvadez. Neste caso, estes resultados poderão ser explicados pela tendência destes indivíduos para o evitamento social, desdém, confrontação e ausência de ligação interpessoal (Saucier, 1992). Deste modo, a opinião de núcleos percebidos como próximos perde alguma relevância na medida em que o grau de proximidade para estes indivíduos não é o mesmo que para a restante amostra.

A desinibição não se encontram correlacionada com esta componente da TCP, o que indica que o impacto da pressão dos grupos não varia quando relacionado com esta variável.

Não foram encontradas associações significativas entre a psicopatia e as fontes antissociais de pressão. No entanto ao analisar as associações entre esta faceta da norma subjetiva e as componentes expectativa e valor, surgiram associações que devem ser consideradas. Efetivamente verificou-se que elementos com valores mais altos de ousadia esperam mais que pares anti normativos aprovelem o comportamento de furto. Esta relação poderá ser originada pela assertividade e postura social que caracterizam estes indivíduos (Patrick et al., 2009).

Por outro lado, os indivíduos com valores mais elevados de malvadez atribuem maior valor aos grupos anti normativos (amigos que furtam, recetadores e amigos que consomem drogas). Efetivamente, esta questão da influência de pares delinquentes poderá advir da tendência para a associação a indivíduos com comportamentos semelhantes que surge, maioritariamente, no período da adolescência (Gordon et al., 2004; Haynie & Osgood, 2005). Como os indivíduos com níveis elevados de malvadez possuem uma maior tendência para enveredar por comportamentos antissociais (McChord & McChord, 1964; Quay, 1964), estes terão uma maior propensão para uma seleção de pares que integrem o mesmo género de comportamentos, acabando por valorizar mais a opinião destes grupos. Contudo, será importante manter em mente que este elemento não possui qualquer peso no modelo avançado e que portanto, apesar de estes valorizarem mais estes pares, não haverá ponderação destes fatores aquando do processo de tomada de decisão.

No que diz respeito ao peso do elemento da norma subjetiva para o modelo, importa relembrar o levantamento bibliográfico feito anteriormente. Seria, então, importante aplicar a questão da influência informacional *versus* influência normativa ao modelo em estudo. O facto de os indivíduos atribuírem importância à família e aos pares pró normativos (que não incentivam o crime) e, ainda assim, cometerem crimes demonstra que a influência destes grupos sobre os indivíduos da amostra é uma influência do tipo normativo, na qual as crenças do grupo não são interiorizadas a nível individual. Por outro lado, o efeito inverso poderá acontecer relativamente aos pares anti normativos; de facto, é possível que os participantes tenham interiorizado as normas destes, convertendo-as nas suas próprias crenças (influência informacional). Isto vai de encontro à literatura relativa à questão da identidade social. Na verdade, os indivíduos não se conformam a outros mas sim a uma norma, de modo que agem da mesma forma quer o grupo esteja ou não presente, sendo que esta interiorização acontece, não para evitar a rejeição, mas sim porque são membros do próprio grupo (Hogg & Vaughan, 2011).

De seguida, importa atentar para as relações existentes entre os elementos da psicopatia e as crenças relativas ao controlo comportamental volitivo. A principal associação surge relativa à componente fenotípica da malvadez. Esta relação implica que indivíduos com maior malvadez têm maior tendência para tomar medidas de controlo/preparação para o comportamento quando contemplan a possibilidade de cometer um furto. Este achado poderá ser resultado da tendência para agressão predatória que pauta o comportamento destes indivíduos (Patrick et al., 2009). De facto, estes indivíduos tendem a premeditar os seus

comportamentos antagonistas, e daí a importância assumida pela preparação prévia ao ato. As restantes componentes da psicopatia também demonstram uma tendência no mesmo sentido em relação a estes elementos do controlo.

Neste momento, afigura-se importante referir que os itens relativos ao controlo foram formulados como configurando obstáculos ao comportamento, daí alguns destes serem apresentados no sentido negativo.

Decompondo o elemento nas suas subunidades de expectativa/valor é possível apreender o seguinte: os indivíduos com nível elevado de desinibição levam mais frequentemente ferramentas e armas e este facto encontra-se positivamente relacionado com a familiaridade do local do furto, implicando que assaltam em sítios conhecidos com mais frequência que os indivíduos menos desinibidos. De facto, ao furtarem em locais familiares estes terão uma maior ilusão de controlo sobre o comportamento e sentir-se-ão mais à vontade. Contudo, não existe relação entre a desinibição e o uso de mecanismos de ocultação de identidade, talvez pela dificuldade que indivíduos mais desinibidos possuem no que diz respeito ao planeamento (Patrick et al., 2009). Esta forma de proceder também poderá ser entendida com origem na ausência de premeditação dos seus roubos e maior tendência para o oportunismo que advém dos défices de controlo de impulsos (Kochanska et al., 1997).

Por sua vez, os níveis de ousadia, encontram-se relacionados com todos estes elementos, implicando que estes indivíduos possuem mais cuidado com este tipo de controlo quando vão furtar. Na verdade, a capacidade destes indivíduos se manterem concentrados e calmos em situações de *stress* poderá resultar num maior cuidado na preparação dos crimes (Benning et al., 2005).

Por último, apenas o uso de armas e de mecanismos de ocultação de identidade se encontram relacionados com a malvadez, apesar da probabilidade do local do crime ser familiar demonstrar tendência na mesma direção. Uma vez mais, poderemos compreender esta relação à luz da premeditação envolvida por estes indivíduos nas suas atividades criminais (Patrick et al., 2009).

Relativamente ao peso de cada crença de controlo volitivo é evidente que o uso de armas assume uma maior importância para os indivíduos com níveis mais altos de ousadia, malvadez e desinibição, apesar de a relação poder ter origens diferentes. Efetivamente, no caso dos indivíduos desinibidos, a origem do comportamento poderá ser a ilusão de controlo que a arma atribui, já que estes são tendencialmente neuróticos e pouco autoconfiantes. Já no caso da malvadez, a lógica do valor atribuído a esta crença de controlo poderá encontrar-se

relacionada com a premeditação, ou até mesmo com a procura de poder através da crueldade que pauta este grupo de indivíduos; a presença de armas poderá levar a uma escalada de violência, contudo, os indivíduos mais maldosos não se preocupam com este tipo de problemáticas, acabando, por vezes, por servir até como recompensa (Patrick et al., 2009). Por sua vez, os indivíduos mais ousados, sendo mais autocontrolados e cuidadosos, poderão perceber as armas como uma segurança no caso da necessidade de um último recurso (Block & Block, 1980).

Para além disso, é notório que, não existe relação ou tendência da desinibição com a maioria dos elementos referidos, o que indicia que estes percebem os obstáculos com valores semelhantes aos da restante amostra, o que poderá ser explicado pela grande percentagem de indivíduos desinibidos que a constituem.

É também claro que a familiaridade do local possui um valor superior para os indivíduos com níveis mais elevados de malvadez, sendo estes mais cuidadosos nas premeditações dos crimes. Efetivamente, sendo o local familiar para o indivíduo este saberá qual a melhor forma de proceder no caso de algo ocorrer ao contrário do esperado.

Por último, a utilização de mecanismos de ocultação de identidade assume um peso mais importante para o caso de indivíduos com níveis mais elevados de ousadia. Este achado poderá ser explicado pela capacidade de concentração que estes indivíduos possuem mesmo em situações de *stress* (Kobasa, 1979); mesmo numa situação alegadamente *stressante*, estes conseguem manter a calma e planear de forma cuidadosa o crime.

Relativamente ao controlo comportamental percebido sobre a vigilância é evidente que, os indivíduos com níveis mais altos de ousadia e malvadez julgam ter maior controlo sobre elementos de vigilância (camaras, alarmes ou cães, policia ou outra autoridade ou pessoas a assistir), o que poderá advir das características egocêntricas e narcisistas, no caso da malvadez e da questão da resistência ao medo no caso da ousadia. Outra forma de interpretar estes achados poderá surgir das tendências para a busca de sensações que caracterizam ambos os subgrupos psicopáticos (Zuckerman, 2009); de facto, a existência de vigilância poderá indiciar um nível superior de adrenalina. Esta relação implica que os indivíduos mais malvados e mais ousados possuem uma maior tendência pró-criminal no que toca às crenças de controlo percebido. Todavia, no caso de indivíduos altamente desinibidos, não é evidente qualquer correlação ou tendência, o que poderá indicar que estes indivíduos furtam e roubam em circunstâncias de oportunidade; furtos por impulso. Esta afirmação poderá ser corroborada

pelos défices de controlo de impulsos e procura permanente de gratificação imediata (Kochanska et al., 1997).

Ao decompor as crenças em expectativa/valor verificou-se uma tendência no sentido positivo entre a expectativa sobre a presença de vigilância e os níveis de ousadia e desinibição, o que sugere que indivíduos com níveis elevados destas características julgam mais provável haver este tipo de controlo nos locais dos furtos. Apesar da correlação ocorrer no mesmo sentido, a origem dos achados poderá não ser a mesma. De facto, enquanto que os indivíduos desinibidos se deparam com vigilância por não terem o cuidado e premeditar os roubos/furtos, os mais ousados poderão mesmo procurar estes obstáculos como forma de tornarem o comportamento mais desafiante.

Contudo, é evidente uma correlação positiva entre o peso destes elementos para a decisão e os três subcomponentes da psicopatia. Deste modo, será possível dizer que indivíduos com altos níveis de ousadia, malvadez e desinibição percebem estes elementos de vigilância como obstáculos menores ao crime (especialmente no caso da ousadia). Este achado vai, uma vez mais, ao encontro do postulado pela teoria. De facto, a resistência ao medo característica de ambas as facetas poderá estar na origem do valor atribuído à crença (Lykken, 1957). Outra possível explicação poderá explicar a relação desta com os níveis de malvadez; estes indivíduos são marcadamente arrogantes e desafiadores da autoridade e daí a vigilância não assumir um papel tão importante na decisão de furtar. Os indivíduos marcadamente ousados também são tendencialmente atrevidos, daí a existência de vigilância assumir uma importância diminuta, podendo até atuar como recompensa do próprio comportamento (Patrick et al., 2009).

Por sua vez, a presença de pessoas ou de autoridades não se encontra correlacionado com qualquer um dos elementos da psicopatia, o que implica que a forma de valorar esta crença se afigura mais ou menos semelhante com a da restante amostra.

Relativamente à probabilidade percebida da visibilidade dos objetos de desejos, verificou-se uma correlação positiva com o nível de desinibição, o que sugere, mais uma vez, que os indivíduos mais desinibidos furtam mais frequentemente objetos visíveis do que os restantes, indicando a tendência oportunista e impulsiva destes. Este achado poderá ser interpretado à luz de uma perspetiva de prevenção situacional do crime. Efetivamente, o contexto ambiental e as disposições individuais para o crime explicam esta interação (Brantingham, Brantingham & Taylor, 2005), na medida em que o facto de o objeto de desejo estar a vista potencia a intenção de cometer crimes, promovendo a oportunidade criminal (Clarke, 1997). Apesar de

tudo, é evidente uma correlação positiva entre o peso da visibilidade do objeto para a decisão e a totalidade dos elementos da psicopatia, o que implica que, para indivíduos com níveis elevados destes traços, a visibilidade do objeto assume um papel menos relevante para a decisão de furtar.

Por último, é clara uma relação inversa entre os níveis de ousadia e malvadez e o estado de nervosismo pré crime, indicando que indivíduos com níveis elevados destes elementos ficam menos ansiosos. Estes são justamente os componentes da psicopatia cuja etiologia está relacionada com menor medo disposicional (Patrick et al., 2009). Pode acontecer, no entanto, que estes indivíduos tenham uma tendência geral para sentir nervosismo. De facto, verifica-se que o estar nervoso não influencia a sua probabilidade percebida de cometer um furto, o que não acontece na desinibição, onde se verifica que indivíduos com valores mais altos neste traço indicam que é mais provável estarem nervosos quando furtam. Estes resultados são congruentes com a existência de subgrupos de indivíduos com psicopatia de características distintas: por um lado um subgrupo parece ter menos tendência para sentir ansiedade, e para os quais a ansiedade não atua como fator de inibição de comportamentos transgressivos (estes têm sido denominados de psicopatas primários; Lykken, 1957; 1995), e um outro subgrupo, de indivíduos desinibidos, mas que sentem ansiedade aquando do cometimento de comportamentos antissociais (estes têm sido denominados psicopatas secundários; *idem*). A existência destes subgrupos tem sido extensamente documentada, inclusivamente com estudos recentes utilizando o modelo triárquico da psicopatia (Drislane et al., 2013).

Outro resultado interessante passa pela associação entre as componentes da psicopatia e o estado de abstinência de substâncias num contexto de crime. Está demonstrado que indivíduos com alta desinibição se encontram mais suscetíveis aos consumos de substâncias estupefacientes, sendo o consumo de substâncias considerado, juntamente com a desinibição, um dos elementos da tendência para a externalização (Krueger et al., 2005; Patrick et al., 2009). Deste modo, pode ocorrer que indivíduos mais altos em desinibição acabem por cometer furtos quando há falta de recursos para sustentar os consumos, o que vai de encontro aos precipitadores avançados por Bennett e Wright (1996), mais especificamente, o tipo de indivíduos cuja opção de roubar é potenciada pela presença de necessidades. Todavia, já a ousadia e a malvadez se dirigem num sentido contrário, o que não quer dizer que indivíduos mais altos nestas componentes não tenham históricos de consumo, contudo, têm uma menor probabilidade de roubar num estado de abstinência que os restantes indivíduos. Estes dados poderão ser justificados pelo facto dos indivíduos desinibidos furtarem quando há necessidade

de dinheiro (para droga), enquanto que os ousados e os malvados furtam por razões de outra natureza, nomeadamente, a adrenalina (busca de sensações) (Patrick et al., 2009), o que vai de encontro aos resultados das correlações com as crenças comportamentais e, mais uma vez ao defendido por Bennett e Wright (1996) que falam de indivíduos cuja decisão de roubar é precipitada por estados de aborrecimentos e necessidade de ativação em repouso (Raine, 1997). Efetivamente, a interação entre a droga e o crime, atentando nos resultados obtidos, poderá não ser tão linear como o avançado pelos estudos iniciais (Agra, 2002). De facto, poderá não ser o consumo de drogas que leva ao crime, ou vice-versa (Agra, 2002). Entre estas duas variáveis poderão existir elementos concorrentes como o caso de determinados traços de personalidade, como demonstrado pelos presentes resultados. Como observável nos resultados previamente expostos, o peso da relação droga-crime poderá ser maior no caso de indivíduos mais desinibidos e mais débil no caso dos indivíduos com níveis elevados de ousadia e malvadez.

Ao atentar para o modelo será possível observar algumas das crenças que pesam no processo de tomada de decisão para os crimes de furto e roubo. Estes achados vão de encontro ao defendido por Bennet e Wright (1984), no que toca aos precipitantes dos crimes contra a propriedade. De facto, especialmente no caso dos indivíduos com níveis elevados de desinibição, é evidente a oportunidade criminal, como já mencionado anteriormente, surgir como precipitante do comportamento criminal, o que, por sua vez, também vai de encontro ao postulado pela teoria da ação situacional (Felson, 2002). Outra questão que também poderá surgir como precipitante diz respeito à influência do álcool ou, neste caso, de drogas (Bennet & Wright, 1984), visto que, como já referido anteriormente, alguns dos participantes furtavam quando se encontravam em estados de abstinência de substâncias. Neste caso, não é o efeito *per si* da droga que despoleta o comportamento, mas sim os efeitos secundários desta. A questão da influência de terceiros como precipitante (*idem*) também será interessante de referir, na medida em que, o elemento da norma subjetiva possui um elevado peso no processo de tomada de decisão.

Finalmente, todas as componentes da psicopatia se encontram relacionadas com a intenção de delinquir. Se bem que estes resultados seriam absolutamente evidentes para malvadez (indo de encontro à visão desta dimensão como representando o núcleo fenotípico da psicopatia criminal, conforme conceptualizada classicamente (McCord & McCord, 1964; Quay, 1964)) e a desinibição, já não seria tão expectável para a ousadia. Na verdade existe hoje um debate aceso acerca do lugar das características positivas da psicopatia na rede

nomológica deste constructo (Lillienfeld et al., 2012; Miller & Lynam, 2012). A demonstração que estas características estão associadas a uma maior intenção de delinquir, bem como a elementos vistos como facilitadores da tomada de decisão de delinquir, parecem refutar a tese de que o elemento não deverá ser ignorado quando se estuda a probabilidade de delinquir, suportando a tese de que características relacionadas com baixa ansiedade e potência social devem ter um papel no constructo da psicopatia, quando existentes em associação com outros elementos. No nosso caso, estando perante uma amostra de criminosos reincidentes, a presença de esses outros elementos (nomeadamente um historial de comportamentos antissociais) é evidente.

Uma questão interessante a levantar nesta secção passará pela integração do modelo dos *Central Eight* (Bonta & Andrews, 2006) nos modelos em estudo e nos resultados da presente investigação. Efetivamente é evidente que a grande maioria dos elementos estudados ao longo desta investigação se encontram descritos por Bonta e Andrews (2006) como sendo os diversos fatores de risco responsáveis pelo comportamento criminal. Em primeiro lugar, surge o histórico criminal, avaliado com o número de crimes cometidos detetados e punidos pelo sistema; de seguida, são também evidentes as atitudes pró criminais avaliadas (p.ex. dinheiro fácil, adrenalina, etc.). De relembrar que estas foram elicitadas com base na perceção de diferentes reclusos, mostrando a forma como estes avaliam comportamento criminal. Foi igualmente estudada a pressão/associação a pares antissociais, assim como os consumos de substâncias (Andrews & Dowden, 2006). Para além do já mencionado, também se estudou o denominado padrão de personalidade antissocial, através da abordagem do modelo triárquico da psicopatia (Patrick et al., 2009). Na verdade, através de uma abordagem diferente, esta investigação acabou por ir de encontro àquilo que os mais recentes estudo acerca da reincidência indiciam como fatores de peso na predição da probabilidade de reincidir (Andrews & Dowden, 2006).

Serão de seguida discutidas as limitações da presente investigação. O grande obstáculo enfrentado ao longo do processo investigativo prendeu-se com as grandes dificuldades de compreensão demonstradas pelos participantes. De facto, muitas das vezes surgiram problemas, por parte dos indivíduos, na interpretação de itens de respostas, na compreensão de determinadas palavras, na contextualização de certas perguntas ou na compreensão do objetivo de determinadas partes das escalas. De forma a solucionar estas situações levaram-se a cabo diversas operações: redução do número de itens de respostas de 7 para 5, visto que muitos dos participantes sentiram dificuldades na atribuição de opiniões aos números;

reformulação das escalas que integravam valores de -2 a +2 para escalas de 1 a 5, uma vez que surgiram grandes dificuldades na interpretação de valores negativos; inclusão de exemplos antes de cada grupo de questões de forma a facilitar a interpretação do propósito dos itens; inversão de determinados itens cuja formulação poderia torna-se confusa (p.ex. duplas negações nas questões relativas aos obstáculos). Em alguns casos foi necessário explicar e reformular as questões em voz alta, nomeadamente alguns itens da TriPM, do questionário da TCP e até no guião do estudo qualitativo. Já no final da recolha de dados julgou-se que teria sido benéfico alterar as questões que incluíam respostas de muito desejável/pouco desejável para bom/mau contudo a decisão não surgiu a tempo útil.

Outra questão problemática adveio da tendência dos participantes para modelar as suas respostas em função da desejabilidade percebida das mesmas. Isto foi especialmente problemático nos itens relacionados com a medição da intenção. A pouca variabilidade das respostas nestes itens obrigaram à criação de uma outra solução para medir a variável dependente. Para resolver esta situação foram criados novos itens com escalas do tipo analógico com o extremo mínimo correspondente a uma opinião de carácter perentório (eu nunca voltarei a furtar) e o extremo máximo corresponde a uma opinião puramente hipotética (é possível que eu volte a furtar). Deste modo, foi possível conferir alguma variância à intenção, permitindo assim uma medição correta da variável.

Outra limitação prendeu-se com o facto de grande maioria dos indivíduos da amostra ter problemas de dependência de substâncias, o que poderá ter enviesado os resultados. Para resolver esta situação incluíram-se itens de resposta exclusiva para toxicodependentes/ex-toxicodependentes, de modo a conseguir controlar mais eficazmente a influência que estes hipoteticamente teriam nos resultados. De qualquer modo, os modelos foram estudados nas subamostras de toxicodependentes e não-toxicodependentes, não se encontrando diferenças relevantes.

Uma outra limitação interessante é o facto de os participantes possuírem uma grande tendência para responder de acordo com a sua experiência e estado atual de reclusão em vez de terem como ponto de referência em conta a experiência passada, como era necessário. Deste modo, foi necessário, muitas das vezes, explicar o objetivo pretendido.

Afigura-se agora relevante, apresentar algumas sugestões para futuras investigações na área. Seria importante que a escala da TriPM fosse reformulada e adaptada a populações reclusas, visto terem surgido diversas complicações na compreensão de certos itens assim como de determinados termos usados. No entanto, esta escala já foi passada a populações

reclusas, verificando-se convergência com outros instrumentos de avaliação da psicopatia (Stanley, Wygany & Sellbom, 2013). Seria de igual modo interessante a administração de um *proxy* de QI de forma a perceber que peso possui esta variável nos estudos levados a cabo com este tipo de população. Um acréscimo a esta investigação seria a aplicação de avaliações de risco ou mesmo de uma avaliação longitudinal da reincidência de modo a perceber a verdadeira interação entre as intenções de furtar e o próprio comportamento.

Em nota de conclusão, o modelo trabalhado contribui de forma eficaz para a compreensão das interações entre variáveis, apresentando uma abordagem diferente ao estudo do crime. Efetivamente, foi possível perceber o efeito da psicopatia nas variáveis em estudo, efeito este que se encontra em harmonia com os dados e conclusões da literatura. Para além disso, os dados obtidos no presente estudo poderão ter aberto uma porta no que toca à avaliação do risco e previsão do comportamento criminal, através de uma abordagem inovadora e pioneira ao estudo das intenções criminais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agra, C. (2002). *Entre Drogas e Crime. Actores, Espaços, Trajetórias*. Lisboa: Editorial Notícias.

Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality, and behavior*. Milton-Keynes, England: Open University Press.

Ajzen, I. (1991). The Theory of Planned Behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50 (2), 197-211.

Ajzen, I. (2001). Nature and Operation of Attitudes. *Annual Reviews of Psychology*, 52 (1), 27-58.

Ajzen, I. (2002). Constructing a TpB Questionnaire: Conceptual and Methodological Considerations. Acedido a 6 de Janeiro em <http://www-unix.oit.umass.edu/~aizen/pdf/tpb.measurement.pdf>.

Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.

Ajzen, I., & Fishbein, M. (2005). The influence of attitudes on behavior. In Albarracín, D., Johnson, B., & Zanna, M. (Eds.), *The handbook of attitudes* (pp. 173-221). Mahwah: Erlbaum.

Akers, R., Krohn, M., Lanza-Kaduce, L. & Radosevich, M. (1979). Social learning and deviant behavior: A specific test of a general theory. *American Sociological Review*, 44 (4), 636-655.

Allen, V. (1975). Social Support for non conformity. In Berkovitz, L. (ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*, (pp. 2-43), New York: Academic Press.

Allport, G. (1935). Attitudes. In Murchison, C (ed), *Handbook of social psychology*, (pp. 798–844). Worcester, MA: Clark Univ. Press.

Amemiya, T. (1973). Regression analysis when the dependent variable is truncated normal. *Econometrica*, 41 (6), 997–1016.

Anderson, N. (1971). Integration theory and attitude change. *Psychological Review*, 78, 171–206.

Andrews, A., Bonta, J. & Wormith, S. (2006). The Recent Past and Near Future of Risk and/or Need Assessment. *Crime & Delinquency*, 52 (1), 7-27.

Andrews, D., & Dowden, C. (2007). The Risk-Need-Responsivity Model of Assessment in Human Service and Prevention and Corrections: Crime Prevention Jurisprudence. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 49 (4), 439-464.

Armitage, C., & Conner, M. (2001). Efficacy of the Theory of Planned Behaviour: A meta-analytic review. *British Journal of Social Psychology*, 40 (4), 471-499.

Asch, S. (1952). *Social Psychology*. New Jersey: Prentice Hal.

Asch, S. (1951). Effects of group pressure on the modification and distortion of judgments. In Guetzkow (Ed.), *Groups, leadership and men* (pp. 177–190). Pittsburgh, PA: Carnegie Press.

Bagozzi, R. (1992). The self-regulation of attitudes, intentions and behavior. *Social Psychology Quarterly*, 55 (2), 178–204.

Bailey, A. (2006). Retail employee theft: a theory of planned behavior perspective. *International Journal of Retail & Distribution Management*, 34 (11), 802 – 816.

Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84 (2), 191-215.

Bandura, A. (1982). Self-efficacy mechanism in human agency. *American Psychologist*, 37 (2), 122-147.

Barocas, R., & Gorlow, L. (1967). Religious affiliation, religious activities and conformity. *Psychological Reports*, 20, 366-366.

Barron, F. (1953). Some Personality Correlates of Independence of Judgment. *Journal of Personality*, 21 (3), 287-297.

Beck, L., & Ajzen, I. (1991). Predicting Dishonest Actions Using the Theory of Planned Behaviour. *Journal of Research in Personality*, 25 (3), 285-301.

Bennett, T. & Wright, R. (1996). *Burglars on Burglary: prevention and the offender*. Hampshire: Gower.

Benning, S., Patrick, C., Blonigen, D. , Hicks, B., & Iacono, W. (2005). Estimating facets of psychopathy from normal personality traits: A step toward community–epidemiological investigations. *Assessment*, 12 (1), 3–18.

Blair, R., Mitchell, D., Leonard, A., Budhani, S., Peschardt, K., & Newman, C. (2004). Passive avoidance learning in individuals with psychopathy: modulation by reward but not by punishment. *Personality and Individual Differences*, 37 (6), 1179-1192.

Block, J., & Block, J. (1980). The role of ego-control and ego resiliency in the organization of behavior. In Collins, W. (Ed.), *The Minnesota symposium on child psychology: Vol. 13. Development of cognition, affect, and social relations* (pp. 39–101). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Bonta, J. & Andrews, D. (2006). Risk-Need-Responsivity Model for Offender Assessment and Rehabilitation, Acedido a 1 de Fevereiro em http://www.publicsafety.gc.ca/res/cor/rep/fl/Risk_Need_2007-06_e.pdf

Brantingham, P., Brantingham, P. & Taylor, W. (2005). Situational crime prevention as a key component in embedded crime prevention. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 47(2), 271-292.

Brown, S., Amand, S. & Zamble, E. (2002). The Dynamic Prediction of Criminal Recidivism: A three-wave Prospective Study. *Law and Human Behaviour*, 33 (1), 25-45.

Campbell, J., & Fairey, P. J. (1989). Informational and normative routes to conformity: The effect of faction size as a function of norm extremity and attention to the stimulus. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57 (1), 457-468.

Carpenter, T., & Raimers, J. (2005). Unethical and Fraudulent Financial Reporting: Applying the Theory of Planned Behaviour. *Journal of Business Ethics*, 60 (2), 115-129.

Chang, M. (1998). Predicting Unethical Behaviour: A Comparison of the Theory of Reasoned Action and the Theory of Planned Behaviour. *Journal of Business Ethics*, 17 (16), 1825-1834.

Chassin, L., Hussong, A., Barrera, M., Jr., Molina, B., Trim, R., & Ritter, J. (2004). Adolescent substance use. In Lerner, R. & Steinberg, L. (Eds.), *Handbook of adolescent psychology* (pp. 665–696). New York: Wiley.

Clarke, R. (1997). Introduction. In Clarke, R. (Ed.), *Situational crime prevention: Successful case studies* (pp. 2-43). Guilderland, New York: Harrow and Heston.

Conner, M. & Armitage, C. (1998). Extending the Theory of Planned Behavior: a Review and Avenues for Further Research. *Journal of Applied Social Psychology*, 28(15), 1429 – 1464.

Constanzo, P. (1970). Conformity development as a function of self-blame. *Journal of Personality and Social Psychology*, 14 (4), 366-374.

Cornish, D. & Clarke, R. (1987). Understanding crime displacement: An application of rational choice theory. *Criminology*, 25(4), 933–947.

Crutchfield, R. (1955). Conformity and Character. *American Psychologist*, 10, 191-198.

Curran, P., Stice, E., & Chassin, L. (1997). The relation between adolescent alcohol use and peer alcohol use: A longitudinal random coefficients model. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65 (1), 130–140.

Dempster, A., Laird, N. & Rubin, D. (1977). Maximum Likelihood from Incomplete Data via the EM Algorithm. *Journal of the Royal Statistical Society*, 39 (1), 1–38.

Deutsch, M. & Gerard H. (1955). A study of normative and informational social influences upon individual judgment. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 51 (3), 629-36.

Dias, F. (2001). *Comentário Conimbricense do Código Penal*: tomo III. Coimbra: Coimbra Editora, 2001,

Dishion, T., & Owen, L. (2002). A longitudinal analysis of friendships and substance use: Bidirectional influence from adolescence to adulthood. *Developmental Psychology*, 38 (4), 480–491.

Doll, J., & Ajzen, I. (1992). Accessibility and stability of predictors in the theory of planned behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 754-765.

Drislane, L., Patrick, C., & Arsal, G. (2013). Clarifying the Content Coverage of Differing Psychopathy Inventories through Reference to the Triarchic Psychopathy Measure. *Psychological Assessment*. Artigo Não Publicado

Elliott, D., Huizinga, D. & Ageton, S. (1985). *Multiple Problem Youth: Delinquency, Substance Use, and Mental Health Problems*. New York: Springer-Verlag.

Elms, A. & Milgram, S. (1966). Personality characteristics associated with obedience and defiance toward authoritative commands. *Journal of Experimental Research in Personality*, vol. 2, 292-289.

Eysenck, H (1990). Biological dimensions of personality. In Pervin, L. (Ed.), *Handbook of personality: Theory and research* (pp. 244–276). New York: Guilford.

Fazio, R. H. (1989). On the power and functionality of attitudes: The role of attitude accessibility. In Pratkanis, A., Breckler, S., & Greenwald, A. (Eds.), *Attitude structure and function* (pp.153-179). Hillsdale, N.J.: Erlbaum.

Felson, M. (2002). *Crime and everyday life*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Festinger, L. (1950). Informal Social Communication. *Psychological Review*, 57 (5), 271-82.

Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7 (2), 117–140.

Festinger, L. (1957). *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Fishbein, M. & Ajzen, I. (1975). Belief, Attitude, Intention, and Behaviour: An Introduction to Theory and Research. Reading, MA: Addison-Wesley.

Francis, J., Eccles, M., Johnston, M., Walker, A. Grimshaw, J., Foy, R., Kaner, E., Smith, L. & Bonetti, D. (2004). *Constructing Questionnaires Based on the Theory of Planned Behaviour: A Manual for Health Services Researchers*. Rebeqi: United Kingdom.

Fowles, D., & Dindo, L. (2006). A dual deficit model of psychopathy. In Patrick, C. (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 14–34). New York: Guilford Press.

Glasman, L. & Albarracín, D. (2006). Forming Attitudes That Predict Future Behaviour: A Meta-Analysis of the Attitude-Behavior Relation. *Psychological Bulletin*, 132(5), 778 – 822.

Gold, M. (1970). *Delinquent Behavior in an American City*. Belrnont, Calif.: Wadsworth.

Gordon, R., Lahey, B., Kawai, E., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., & Farrington, D. (2004). Antisocial behavior and youth gang membership. *Criminology*, 42 (1), 55–88.

Gregson, R. & Stacey, B. (1981). Attitudes and Self-reported Alcohol Consumption in New Zealand, 1978-1979. *New Zealand Psychologist*, 10, 15-23.

Hagan, F. (2006). *Research Methods in Criminal Justice and Criminology*. United States of America: Pearson Education, Inc.

Hall, J. R., & Benning, S. D. (2006). The “successful” psychopath: Adaptive and subclinical manifestations of psychopathy in the general population. In Patrick, C. (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 459–478). New York: Guilford Press.

Haynie, D., & Osgood, D. (2005). Reconsidering peers and delinquency: How do peers matter? *Social Forces*, 84 (2), 1109–1130.

Heider, F. (1946). Attitudes and Cognitive Organization. *Journal of Psychology*, 21 (), 107-112.

Hicks, B., Markon, K., Patrick, C., Krueger, R., & Newman, J. (2004). Identifying psychopathy subtypes on the basis of personality structure. *Psychological Assessment*, 16 (3), 276–288.

Hill, M., & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

Hogg, M. & Vaughan, G. (2011). *Social Psychology*. England: Pearson education.

Hogg, M., & Turner, J. (1987). Intergroup Behaviour, self-stereotyping and the salience of social categories. *British Journal of Social Psychology*, 26 (4): 325–340.

IBM Corp. Released (2011). *IBM SPSS Statistics for Windows, Version 20.0*. Armonk, NY: IBM Corp.

Lewin, K. (1947). Frontiers in group dynamics II: Channels of group life, social planning and action research. *Human relations*, 1 (3), 143-153.

Karpman, B. (1941). On the need for separating psychopathy into two distinct clinical types: Symptomatic and idiopathic. *Journal of Criminology and Psychopathology*, 3, 112–137.

King, T., & Dennis, C. (2006). Unethical Consumers: Deshopping Behaviour Using the Qualitative Analysis of Theory of Planned Behaviour and Accompanied (De)shopping. *Qualitative Market Research*, 9(3), 282-29.

Kobasa, C. (1979). Stressful life events, personality, and health: An inquiry into hardiness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37 (1), 1–11.

Kochanska, G., Murray, K., & Coy, K. (1997). Inhibitory control as a contributor to conscience in childhood: From toddler to early school age. *Child Development*, 68 (2), 263–267.

Kraus, S. (1995) Attitudes and the Prediction of Behavior: A Meta-Analysis of the Empirical Literature. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21 (1), 58-75.

Krohn, M., Lizotte, A., Thornberry, T., Smith, C., & McDowall, D. (1996). Reciprocal causal relationships among drug use, peers, and beliefs: A five-wave panel model. *Journal of Drug Issues*, 26 (2), 405-428.

LaPiere, R. (1934). Attitudes vs. actions. *Social Forces*, 13 (2), 230–237.

Lillienfeld, S., Patrick, C., Benning, S. Berg, J., Sellbom, M. & Edens, J. (2012). The role of fearless dominance in psychopathy: Confusions, controversies, and clarifications. *Personality Disorders*, 3 (3), 327-340.

Lin, C., & Chen, C. (2010). Application of Theory of Planned Behavior on the Study of Workplace Dishonesty. *2010 International Conference on Economics, Business and Management*, 2, 66-69.

Listwan, S., Voorhis, P. & Ritchey, P. (2007). Personality, Criminal Behavior, and Risk Assessment: Implications for Theory and Practice. *Criminal Justice and Behavior*, 34(1), 60-75.

Lykken, D. (1957). A study of anxiety in the sociopathic personality. *Journal of Abnormal and Clinical Psychology*, 55 (1), 6–10.

Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Madden, T., Ellen, S., & Ajzen, I. (1992). A Comparison of the Theory of Planned Behaviour and the Theory of Reasoned Action. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18 (1), 3-9.

Makarios, M., Steiner, B. & Travis, L. (2010). Examining the Predictors of Recidivism Among Men and Women Released From Prison in Ohio. *Crime Justice and Behavior*, 37(12), 377-1391.

Maltz, M. (2001). *Recidivism*. Florida: Academic Press.

Mann, L. (1977). The effect of stimulus queues on queue-joining behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 437-442.

Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. Lisboa: Edições Sílabo.

McCord, W., & McCord, J. (1964). *The psychopath: An essay on the criminal mind*. Princeton, NJ: Van Nostrand.

McGuire, W. (1986), the vicissitudes of attitudes and similar representational constructs in twentieth century psychology. *European Journal of Social Psychology*, 16 (2), 89–130.

Miller, J. & Lynam, D. (2012). An examination of the Psychopathic Personality Inventory's nomological network: A meta-analytic review. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, 3 (3), 305-326.

Morris, W. & Miller, R. (1975). The effects of consensus-breaking and consensus-preempting partners on reduction of conformity. *Journal of Experimental and Social Psychology*, 11 (3), 215-223.

Moscovici, S. (1985). Social influence and conformity. In Lindzey, G. & Aronson, E. (Eds.), *the handbook of social psychology* (Vol. 2, pp. 347-412). New York: Random House.

Nail, P. (1986). Toward an Integration of Some Models and Theories of Social Response. *Psychological Bulletin*, 100 (2), 190-206.

Patrick, C. (2010). Operationalizing the Triarchic Conceptualization of Psychopathy: Preliminary: Description of Brief Scales for Assessment of Boldness, Meanness, and Dishinibition. Manual não publicado

Petersilia, J. (1980). Criminal Career Research: A Review of Recent Evidence. *Crime and Justice: Annual Review of Research*, 2, 321-379.

Poy, R., Segarra, P., Esteller, À., López, R., & Moltó, J. (2013). FFM Description of the Triarchic Conceptualization of Psychopathy in Men and Women. *Psychological Assessment*, 26 (1), 69-76.

Pratkanis, A. & Greenwald, A. (1989). A sociocognitive model of attitude structure and function. In Berkowitz, L. (ed.) *Advances in experimental social psychology* (pp. 245-286). San Diego: Academic Press.

Quay, H. (1964). Dimensions of personality in delinquent boys as inferred from the factor analysis of case history data. *Child Development*, 35 (2), 479–484.

R Development Core Team (2011). R: A language and environment for statistical computing. *R Foundation for Statistical Computing*. Austria.

Raine, A. (1997). Antisocial behavior and psychophysiology: A biosocial perspective and a prefrontal dysfunction hypothesis. In Stoff, D., Breiling, J. & Maser, J. (Eds.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 289-304). New York: Wiley.

Raven, B., & French, J. (1958). Group support, legitimate power, and social influence. *Journal of Personality*, 26 (3), 400–409.

Rhodes, W. (2010). Predicting Criminal Recidivism: A Research Note. *Journal of Experimental Criminology*, 7(1), 57-71.

Saucier, G. (1992). Benchmarks: Integrating affective and interpersonal circles with the Big-Five personality factors. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62 (6), 1025–1035.

Shaw, M., Rothschild, G., & Strickland, J. (1957). Decision processes in communication nets. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 54 (3), 323-330.

Sheppard, B., Hartwick, J. & Warshaw, P. (1988). The theory of reasoned action: A meta-analysis of past research with recommendations for modifications and future research. *Journal of Consumer Research*, 15 (3), 325–343.

Sherif, M. (1936). *The psychology of social norms*. New York: Harper.

Simons-Morton, B., Lerner, N., & Singer, J. (2005). The observed effects of teenage passengers on the risky driving behavior of teenage drivers. *Accident Analysis & Prevention*, 37 (6), 973–982.

Skeem, J., Johansson, P., Andershed, H., Kerr, M., & Louden, J. (2007). Two subtypes of psychopathic violent offenders that parallel primary and secondary variants. *Journal of Abnormal Psychology*, 116 (2), 395–409.

Smith, B., & Stasson, M. (2000). A comparison of health behavior constructs: Social psychological predictors of AIDS-preventive behavioral intentions. *Journal of Applied Social Psychology*, 30 (3), 443-462.

Smith, M., Bruner, J., & White, R. (1956). *Opinions and personality*. New York: John Wiley & Sons.

Stang, D. (1972). Conformity, ability, and self-esteem. *Representative Research in Social Psychology*, 3, 97-103.

Stang, D. (1976). Group size effects on conformity. *Journal of Social Psychology*, 98, 175-181.

Stanley, J., Wygant, D. & Sellbom, M. (2013). Elaborating on the Construct Validity of the Triarchic Psychopathy Measure in a Criminal Offender Sample. *Journal of Personality Assessment*, 95 (4), 343-350.

Suls, J. & Wheeler, L. (2000). *Handbook of social comparison: Theory and research*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.

Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In Austin, W. & Worchel, S. (Eds.), *the social psychology of intergroup relations* (pp. 33–47). Monterey, CA: Brooks/Cole

Thomas, W. & Znaniecki, F. (1958). *The Polish Peasant in Europe and America Volumes I and II*. New York: Dover Publications.

Thurstone, L. (1931). The Measurement of Social Attitudes. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 26 (2), 249-269.

Trafimow, D. & Finlay, K. (1996). The Importance of Subjective Norm for a Minority of People: Between-Subjects and Within-Subjects Analyses. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22 (8), 820-828.

Turner, J. & Oakes, P. (1986). The significance of the social identity concept for social psychology with reference to individualism, interactionism and social influence. *British Journal of Social Psychology*, 25 (3): 237–252.

Van den Putte, B. (1991). 20 years of the theory of reasoned action of Fishbein and Ajzen: A meta-analysis. Artigo Não Publicado.

Vaughan, G. (1964). Ethnic awareness in relation to minority group membership. *Journal of Genetic Psychology*, 105 (1), 119-130.

Vieira, J., Almeida, P., Ferreira-Santos, F., Moreira, P., Barbosa, F. & Marques-Teixeira, J. (2014). The Triarchic psychopathy measure (TriPM): translation and adaptation to European Portuguese. Artigo Não Publicado.

Warr, M. (1993). Age, peers, and delinquency. *Criminology*, 31 (1), 17-40.

Warr, M. & Stafford, M. (1991). The influence of delinquent peers: What they think or what they do? *Criminology*, 29 (4), 851-866.

Watson, J. (1930). *Behaviourism*. Chicago: University of Chicago Press.

Wicker, A. (1969). Attitudes versus actions: The relationship of verbal and overt behavioral responses to attitude objects. *Journal of Social Issues*, 25 (4), 41–78.

Wilder, D. (1977). Perception of groups, size of opposition, and social influence. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13 (3), 253-268.

Zanna, M., & Rempel, J. (1988). Attitudes: A new look at an old concept. In Bar-Tal, D. & Kruglanski, A. (Eds.), *the social psychology of knowledge*. New York: Cambridge University Press.

Zawawi, S., Jusoff, K., Rahman, R., & Idris, K. (2008). Behavioural Intention for Fraudulent Reporting Behaviour Using Cognitive Theory. *Asian Social Science*, 4(1), 43-47.

Zuckerman, M. (2009). Sensation seeking. In Leary, Mark R. & Hoyle, Rick H. *Handbook of Individual Differences in Social behavior* (pp. 455–465). New York/London: The Guildford Press.

LEGISLAÇÃO

Código Penal (1995). Decreto-Lei nº48/95, de 15 de março.

ANEXO 1

FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Formulário de Consentimento Informado

O presente estudo tem como objetivo analisar um conjunto de elementos individuais (atitudes, crenças, traços de personalidade) de forma a melhor compreender a forma como se processa o comportamento humano, mais especificamente o comportamento de furto. A sua tarefa consiste em preencher um conjunto de questionários nos quais lhe pediremos a opinião acerca de um conjunto de questões.

Salienta-se que a sua participação deve ser completamente voluntária e que, da sua participação ou recusa de participar, não advêm quaisquer benefícios ou penalizações.

Garante-se confidencialidade dos dados e anonimato dos participantes. Os dados não serão tratados individualmente mas apenas em grupo e serão única e exclusivamente utilizados para fins da presente investigação científica. Estes dados não serão divulgados a qualquer elemento dos Estabelecimentos Prisionais ou a qualquer outra autoridade prisional ou judiciária. Se assim entender, o participante poderá desistir a qualquer momento. Caso solicite ser-lhe-ão fornecidos resultados de grupo divulgados em publicações científicas.

A assinatura deste consentimento pressupõe que tomou conhecimento dos objetivos do estudo e procedimentos a realizar e que aceita que as informações prestadas sejam utilizadas no âmbito da investigação.

Eu _____, declaro que aceito participar voluntariamente na investigação conduzida por João Cardoso da Silva Próspero Luís no âmbito da dissertação de mestrado em Criminologia, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Fui esclarecido sobre os objetivos deste trabalho, tendo sido igualmente informado de que este estudo se realizará com recurso a instrumentos de avaliação psicológica. Foi-me transmitido que sou livre para interromper ou desistir a qualquer momento do estudo. Fui informado de que da minha participação ou recusa em participar não advém qualquer benefício ou penalização. Asseguraram-me que os meus dados não serão transmitidos a qualquer instância de controlo ou autoridade ou a qualquer elemento do estabelecimento prisional ou autoridade judiciária. De igual modo, foi-me garantida a salvaguarda da confidencialidade e anonimato e fui informado de que os dados não serão tratados individualmente, mas apenas em grupo.

Tomei conhecimento dos objetivos do estudo e aceito que as informações decorrentes da minha participação sejam analisadas e utilizadas pela equipa científica, no âmbito deste estudo.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante:

Assinatura do investigador:

ANEXO 2

FORMULÁRIO DE DADOS BIOGRÁFICOS

Código

Formulário de Recolha de Dados de Processo

Estabelecimento Prisional	Paços de Ferreira <input type="checkbox"/>	Santa Cruz do Bispo <input type="checkbox"/>
----------------------------------	--	--

Nome

Idade	Número
-------	--------

Nível de Escolaridade

Profissão

A cumprir pena por			
Furto <input type="checkbox"/>	Furto Qualificado <input type="checkbox"/>	Roubo <input type="checkbox"/>	Outro <input type="checkbox"/>
Consumado <input type="checkbox"/>	Tentativa <input type="checkbox"/>		
Primário <input type="checkbox"/>	Reincidente <input type="checkbox"/>		

Duração da Pena	Termo da Pena
------------------------	----------------------

Concurso	Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>
-----------------	------------------------------	------------------------------

Processos Pendentes	
Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>

Infrações Disciplinares	
Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>
Quantas: _____	

Número de crimes cometidos até à data				
Furtos	Furtos Qualificados	Roubos	Outros	Total

Consumos	Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>	Que drogas: _____
-----------------	------------------------------	------------------------------	--------------------------

Observações:

100

ANEXO 3

QUESTIONÁRIO DO ESTUDO DE ELICITAÇÃO

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

Instruções: Por favor leia as perguntas abaixo e escreva o que pensa sobre cada uma.

Quando um indivíduo encontra um objeto que não é seu mas que gostaria de ter:

1. Quais seriam as vantagens de o roubar?

2. Quais seriam as desvantagens de o roubar?

3. Há mais alguma coisa que queira dizer sobre o que pensa relativamente a roubar um objeto?

4. Há alguma pessoa, amigo, familiar ou grupo que aprovaria que roubasse um objeto?

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

5. Há alguma pessoa, amigo, familiar ou grupo que **desaprovaria** que roubasse um objeto?

6. Há mais alguma coisa que queira dizer sobre o que julga que os outros pensam relativamente a roubar um objeto?

7. Que acontecimentos o poderiam **ajudar** **ou facilitar** a roubar um objeto?

8. Que acontecimentos **poderiam dificultar** **ou impedir** que roubasse um objeto?

9. Há mais algum assunto que lhe venha à cabeça quando pensa em roubar um objeto?

ANEXO 4

QUESTIONÁRIO DA TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEADO

Este questionário mede diferentes tipos de crenças, atitudes, intenção, controle e influência de grupos – isto é, o modo como as pessoas veem e agem com o meio à sua volta.

Por favor, leia cuidadosamente cada afirmação. Assinale com um círculo a opção que corresponde à sua resposta.

Por exemplo:

Vestir uma camisola verde.						
Pouco Provável	1	2	3	④	5	Muito Provável

Se achar **Pouco Provável** *vestir uma camisola verde* assinale o número 1.

Se achar **Muito Provável** *vestir uma camisola verde* assinale o número 5.

Se achar **mais ou menos provável** *vestir uma camisola verde* assinale o número 3.

Se a sua resposta se encontrar **entre alguma destas** assinale o número que lhe corresponde.

Mesmo que pense que a afirmação não é verdadeira nem falsa a seu respeito, ou não tem a certeza da resposta a escolher, selecione aquela que estiver mais próxima daquilo que pensa que está correto.

Tente ser o mais honesto possível. Por favor certifique-se que dá a sua própria opinião sobre as seguintes questões.

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

Parte 1.1

Instruções: Esta parte do questionário contém afirmações que poderiam ser usadas para expressar possíveis *vantagens* e *desvantagens* de furtar um dado objeto (ou até dinheiro). Cada afirmação é seguida por números de 1 a 5, sendo que 1 representa algo **Pouco Provável** e 5 representa algo **Muito Provável**.

Na sua opinião, quão provável é cada uma destas *vantagens/desvantagens* quando alguém furta. Assinale com um círculo o número que corresponde à sua resposta.

1. Se eu cometer furtos poderei usar os objetos furtados.	Pouco Provável	1	2	3	4	5	Muito Provável
2. Se eu cometer furtos irei prejudicar os outros.	Pouco Provável	1	2	3	4	5	Muito Provável
3. Se eu cometer furtos voltarei a ser preso.	Pouco Provável	1	2	3	4	5	Muito Provável
4. Se eu cometer furtos sentirei adrenalina.	Pouco Provável	1	2	3	4	5	Muito Provável
5. Se eu cometer furtos ganharei dinheiro fácil.	Pouco Provável	1	2	3	4	5	Muito Provável
6. Se eu cometer furtos ficarei mal visto pela sociedade.	Pouco Provável	1	2	3	4	5	Muito Provável
7. Se eu cometer furtos poderei magoar-me.	Pouco Provável	1	2	3	4	5	Muito Provável

Responda apenas se consome ou consumiu drogas.

8. Se eu cometer furtos ganharei dinheiro para droga.	Pouco Provável	1	2	3	4	5	Muito Provável
--	----------------	---	---	---	---	---	----------------

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

Parte 1.2

Instruções: Classifique as seguintes afirmações de acordo com o quanto gostaria que elas acontecessem. Cada afirmação é seguida por números de 1 a 5, sendo que 1 representa algo **Pouco Desejável** para si e 5 representa algo **Muito Desejável** para si.

Assinale com um círculo o número que corresponde à sua resposta.

9. Ficar com o objeto furtado é:	Pouco	1	2	3	4	5	Muito
	Desejável						Desejável
10. Prejudicar os outros é:	Pouco	1	2	3	4	5	Muito
	Desejável						Desejável
11. Voltar a ser preso é:	Pouco	1	2	3	4	5	Muito
	Desejável						Desejável
12. Sentir adrenalina é:	Pouco	1	2	3	4	5	Muito
	Desejável						Desejável
13. Ganhar dinheiro fácil é:	Pouco	1	2	3	4	5	Muito
	Desejável						Desejável
14. Ser mal visto pela sociedade é:	Pouco	1	2	3	4	5	Muito
	Desejável						Desejável
15. Magoar-me é:	Pouco	1	2	3	4	5	Muito
	Desejável						Desejável

Responda apenas se consome ou consumiu drogas.

16. Ganhar dinheiro para droga é:	Pouco	1	2	3	4	5	Muito
	Desejável						Desejável

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

Parte 2.1

Instruções: Esta parte do questionário contém afirmações que descrevem as opiniões de diferentes *pessoas e grupos* sobre o crime de furto. Cada afirmação é seguida por números de 1 a 5, sendo que 1 representa algo que a *pessoa/grupo* acha que **Não Deveria** fazer e 5 representa algo que a *pessoa/grupo* acha que se **Deveria** fazer.

De acordo com aquilo que sabe, qual a opinião das seguintes *pessoas/grupos* sobre praticar o crime de furto. Assinale com um círculo o número que corresponde à sua resposta.

17. A minha família acha que eu

Não Devo 1 2 3 4 5 Devo

furtar.

18. Os meus amigos que furtam acham que eu

Não Devo 1 2 3 4 5 Devo

furtar.

19. Os meus vizinhos acham que eu

Não Devo 1 2 3 4 5 Devo

furtar.

20. As pessoas que compram bens furtados acham que eu

Não Devo 1 2 3 4 5 Devo

furtar.

21. Os meus amigos que não furtam acham que eu

Não Devo 1 2 3 4 5 Devo

furtar.

Responda apenas se é ou foi consumidor de drogas.

22. Os meus amigos que consomem droga acham que eu

Não Devo 1 2 3 4 5 Devo

furtar.

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

Parte 2.2

Instruções: Nesta parte do questionário é-lhe pedido que indique quão importante para si é a opinião de cada uma das *pessoas/grupos* apresentados.

Assinale com um círculo o número correspondente à sua resposta tendo em conta que 1 indica que a opinião da *pessoa/grupo* é **Nada Importante** para si e 5 indica que a opinião dessa *pessoa/grupo* é **Muito Importante** para si.

23. Para mim, a opinião da minha família é:	Nada Importante	1	2	3	4	5	Muito Importante
24. Para mim, a opinião dos meus amigos <u>que furtam</u> é:	Nada Importante	1	2	3	4	5	Muito Importante
25. Para mim, a opinião dos meus vizinhos é:	Nada Importante	1	2	3	4	5	Muito Importante
26. Para mim, a opinião das que compram bens roubados é:	Nada Importante	1	2	3	4	5	Muito Importante
27. Para mim, a opinião dos meus amigos que <u>não furtam</u> é:	Nada Importante	1	2	3	4	5	Muito Importante

Responda apenas se é ou foi consumidor de drogas.

28. Para mim, a opinião dos meus amigos que consomem droga é:	Nada Importante	1	2	3	4	5	Muito Importante
---	--------------------	---	---	---	---	---	---------------------

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

Parte 3.1

Instruções: Imagine que se encontra numa situação em que tem **oportunidade de furtar** determinado objeto ou dinheiro (seja de uma casa, veículo ou mesmo de uma pessoa). Das seguintes frases, responda de acordo com aquilo que acha mais provável acontecer.

Assinale com um círculo o número correspondente à sua resposta tendo em conta que 1 indica algo **Pouco Provável** de acontecer e 5 indica algo **Muito Provável**.

29. Quão provável é haver vigilância (camaras, alarmes, cães) no local em que vou furtar.

Pouco	1	2	3	4	5	Muito
Provável						Provável

30. Quão provável é haver pessoas no local em que vou furtar.

Pouco	1	2	3	4	5	Muito
Provável						Provável

31. Quão provável é haver autoridades (polícia, guardas noturnos, carros patrulha) no local

Pouco	1	2	3	4	5	Muito
Provável						Provável

32. Quão provável é ter comigo ferramentas (chaves de fendas, velas, pés de cabra) quando vou

Pouco	1	2	3	4	5	Muito
Provável						Provável

33. Quão provável é ter acesso difícil aos bens que quero furtar.

Pouco	1	2	3	4	5	Muito
Provável						Provável

34. Quão provável é conhecer o local onde vou furtar.

Pouco	1	2	3	4	5	Muito
Provável						Provável

35. Quão provável é ter comigo armas (pistolas, facas) quando vou furtar.

Pouco	1	2	3	4	5	Muito
Provável						Provável

36. Quão provável é ter comigo luvas, máscaras ou gorros quando vou furtar.	<table> <tr> <td>Pouco</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>Muito</td> </tr> <tr> <td>Provável</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Provável</td> </tr> </table>	Pouco	1	2	3	4	5	Muito	Provável						Provável
Pouco	1	2	3	4	5	Muito									
Provável						Provável									
37. Quão provável é o objeto que quero furtar estar à vista.	<table> <tr> <td>Pouco</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>Muito</td> </tr> <tr> <td>Provável</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Provável</td> </tr> </table>	Pouco	1	2	3	4	5	Muito	Provável						Provável
Pouco	1	2	3	4	5	Muito									
Provável						Provável									
38. Quão provável é estar nervoso ou stressado quando vou furtar.	<table> <tr> <td>Pouco</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>Muito</td> </tr> <tr> <td>Provável</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Provável</td> </tr> </table>	Pouco	1	2	3	4	5	Muito	Provável						Provável
Pouco	1	2	3	4	5	Muito									
Provável						Provável									
39. Quão provável é estar a ressacar quando vou furtar.	<table> <tr> <td>Pouco</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>Muito</td> </tr> <tr> <td>Provável</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Provável</td> </tr> </table>	Pouco	1	2	3	4	5	Muito	Provável						Provável
Pouco	1	2	3	4	5	Muito									
Provável						Provável									

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

Parte 3.2

Instruções: As seguintes afirmações apresentam diferentes situações em que é possível cometer um furto. Na sua opinião, indique a probabilidade de cometer um furto quando algum destes obstáculos está presente.

Assinale com um círculo o número correspondente à sua resposta tendo em conta que 1 indica uma situação em que será **Menos Provável** furtar e 5 indica uma situação em que será **Mais Provável**.

40. Quando há algum tipo de vigilância (camaras, alarmes, cães) no local é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

41. Quando há pessoas no local é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

42. Quando há autoridades (polícia, guardas noturnos, carros patrulha) no local é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

43. Quando tenho comigo ferramentas (chaves de fendas, velas, pés de cabra) é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

44. Quando tenho difícil acesso aos bens que quero furtar é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

45. Quando conheço o local onde vou furtar é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

46. Quando tenho comigo armas (pistola, faca) é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

47. Quando tenho comigo luvas, máscaras ou gorros é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

48. Quando o bem que quero furtar não está à vista é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

49. Quando me encontro nervoso ou stressado é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

50. Quando me encontro a ressacar é

Menos Provável 1 2 3 4 5 Mais Provável

eu furtar.

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

Parte 4.1

Instruções: As seguintes afirmações dizem respeito à intenção de cometer um crime de furto.

Responda de acordo com aquilo que pensa.

Assinale nas linhas abaixo uma cruz de acordo com a sua resposta. Veja o exemplo.

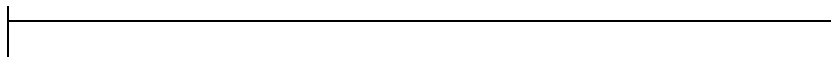
Eu tenho a certeza
absoluta que não
voltarei a vestir uma
camisola verde.



Eu acho que
que vou voltar
a vestir uma
camisola verde.

51.

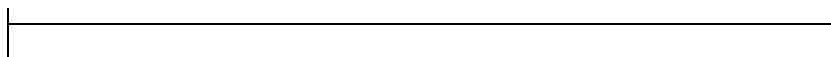
Eu tenho a certeza
absoluta que não
voltarei a furtrar.



Eu acho que
que vou voltar
a furtrar.

52.

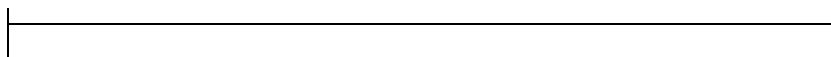
É impossível
eu voltar a furtrar



Se calhar eu vou
voltar a furtrar.

53.

Nunca mais na
minha vida irei
furtrar.



Poderei voltar
a furtrar.

ID Estudo: _____

ID Sujeito: _____

Data: _____

Parte 4.2

Instruções: As seguintes afirmações dizem respeito à intenção de cometer um crime de furto.

Responda de acordo com aquilo que pensa.

Assinale com um círculo o número correspondente à sua resposta tendo em conta que 1 indica algo com que **Discorda Completamente** e 5 algo com que **Concorda Completamente**.

54. Eu espero vir a cometer um furto quando sair da prisão.

Discordo	1	2	3	4	5	Concordo
Completamente						Completamente

55. Eu quero cometer um furto quando sair da prisão.

Discordo	1	2	3	4	5	Concordo
Completamente						Completamente

56. Eu tenho a intenção de cometer um furto quando sair da prisão.

Discordo	1	2	3	4	5	Concordo
Completamente						Completamente